

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TATIANA AMÉLIA VALENTE MALEWSCHIK

**DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM PIRAQUARA/PR**

CURITIBA

2013

TATIANA AMÉLIA VALENTE MALEWSCHIK

**DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM PIRAQUARA/PR**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Tarcisa Silva Bega

CURITIBA

2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Malewschik, Tatiana Amélia Valente

Desejo, necessidade, vontade: análise das políticas públicas de qualificação profissional de jovens em Piraquara/PR. / Tatiana Amélia Valente Malewschik. – Curitiba, 2013.
162f.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Tarcisa Silva Bega
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Jovens – Qualificação profissional – Piraquara, PR . 2. Jovens – Políticas públicas. 3. Formação profissional. I. Título.

CDD 331.128

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **Tatiana Amélia Valente Malewshik**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM PIRAQUARA/PR" é de parecer favorável à aprovação do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa linha de pesquisa "Instituições e Poder" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 10 de abril de 2013.

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida da Cruz Bridi

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Quintal de Freitas

Prof.^a Dr.^a Maria Tarcisa Silva Bega
Orientadora e presidente da banca examinadora

Para Carlão, meu grande amigo e cúmplice.

*Dedico este trabalho aos jovens de Piraquara e do
Brasil na permanente busca por condições de
sobrevivência e reconhecimento.*

AGRADECIMENTOS

Pesquisar é um processo árduo e que exige abrir mão de muitas coisas ao longo da construção de um trabalho. Felizmente, a ciência é inspiradora! As pequenas gratificações e descobertas das novas possibilidades de analisar condições concretas é algo que compensa a dedicação por ela exigida.

O processo de construção deste trabalho, apesar da exigência de muitos momentos de solidão ou companhia apenas dos livros, também contou com a contribuição de várias pessoas que têm parte nas formas que ele tomou e neste ensejo, agradeço muito todas essas importantes contribuições.

Em especial à minha orientadora Maria Tarcisa Silva Bega a quem admiro profundamente, que ao aplicar à risca o sentido de orientar, me deixou livre para desenvolver o trabalho e apontou possibilidades sempre que eu chegava a dúvidas cruciais, me permitindo sempre fazer a escolha final.

Agradeço também em especial, ao professor José Miguel Rasia que aceitou participar da qualificação dessa dissertação e me “apadrinhou” ao final do processo, me ensinando o sentido da análise sociológica. Suas contribuições ampliaram minha visão da sociologia e levarei esse aprendizado para o resto de minha vida. Destaco ainda a Professora Maria Aparecida Bridi que gentilmente aceitou participar da qualificação e trouxe belíssimas considerações para uma discussão mais rica.

Aos colegas e amigos que ganhei nessa caminhada, em especial aos do “nosso” grupo de políticas públicas que fizeram parte e compartilharam na construção deste trabalho em momentos de dúvidas, mas também de muita alegria e carinho: vocês estão presentes em cada leitura dos trechos dessa dissertação, em especial ao Leonildo que foi meu companheiro de aulas, trabalhos e linha de pesquisa.

Agradeço ao programa de pós-graduação em sociologia da UFPR que permitiu o desenvolvimento deste na figura dos professores com que tive a oportunidade de estudar, e também do coordenador Alfio Branderburg e dos secretários que sempre foram muito solícitos e gentis. Além da CAPES que proporciona aos estudantes/pesquisadores a possibilidade de levar adiante suas pesquisas através da oferta de vagas e bolsas de estudo.

Aos amigos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Piraquara, Cristina, Carlão, Regina, Cecília e Raquel que forneceram dados e me apoiaram nesse período. À minha família, principalmente meu companheiro Rodrigo e minha mãe, que compreenderam minha ausência e apoiaram de todas as maneiras possíveis.

Por fim às mães, instrutores e jovens entrevistados que constituem o verdadeiro motivo para existência desse trabalho.

“Quem escreve os roteiros de nossos sonhos?”

Norbert Elias.

RESUMO

A partir das muitas questões que envolvem as políticas públicas, esta dissertação objetiva estudar quais são os motivos que mantêm os programas de qualificação profissional em vigor e os tem feito ser ampliados e ajustados de um governo para outro. Com o aumento das demandas de mão de obra qualificada, a qualificação tornou-se cada vez mais importante e as ações ganharam um aspecto social de combate a exclusão e a garantia de direitos. Dentro desse movimento a qualificação de jovens se destacou. Assim, esse trabalho visa compreender a expansão das políticas públicas de qualificação profissional voltada para jovens nas últimas décadas, apesar dos indicadores apontarem baixo índice de inserção dos mesmos no mercado de trabalho. A pesquisa foi realizada com jovens egressos, mães e instrutores de cursos dos programas federais executados na cidade de Piraquara/PR. Cidade que concentra a maior área de ocupação irregular do Estado, o bairro do Guarituba, onde foram realizadas a maior parte das entrevistas. As ações oferecem resultados diferentes das prioridades pautadas nas diretrizes da política pública de qualificação. As mudanças na vida dos jovens são muito mais em outros sentidos como socialização e integração social do que a exclusiva inserção imediata no mercado de trabalho. Assim, os programas geram resultados inesperados e que contribuem para os jovens como possibilidade de futuro e escolhas próprias, elevando sua perspectiva de futuro em relação não apenas ao trabalho, mas muitos outros elementos que compõe sua vida. Entre os motivos estão o afastamento do jovem das drogas e do crime, elevação da escolaridade e ampliação dos conhecimentos profissionais, com acesso posterior a outros cursos ou a universidade e a influência na sociabilidade e metas de vida do jovem, entre outros. Estes, não estão presentes nos indicadores atuais, mas podem constituir motivos para a continuidade desses programas e demandas permanentes por este tipo de ação do Estado.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Qualificação Profissional. Jovens. Trabalho.

ABSTRACT

Starting from the many questions that involve the public policies, this dissertation presents a study about the reasons that keeps the professional qualification programs in effect and has done be expanded and adjusted from one government to another. With increasing demands for qualified workforce, the skill has become ever more important and the actions earned one aspect of fighting social exclusion and ensuring rights. Within this movement the qualification of young stands out.

This study seeks to understand expansion of public policies oriented to young professional qualification in the last decades, although indicators suggest potential a low rate of insertion of them on the labor market. The survey was conducted with young egresses, mothers and instructors of courses of federal programs implemented in the city of Piraquara/PR. City that has the largest area of irregular occupation of the state, Guarituba slum, where did most of the surveys. The actions provide different results of the guidelines the priorities in public policy guidelines of qualification. The changes in the lives of young people are much more in other ways how socialization and social integration of that the insertion unique and immediate in the labor market. The programs creates unexpected results which contribute to young people as a possibility for the future and their own choices, increasing its prospects for the future in relation not only to work, but many other elements that compose your life.

Between these reasons are the distance of the young people from drugs and the crime, increasing schooling and expansion of professional knowledge, with subsequent access to other programs or university and the influence on sociability and life goals of young people, and others. These are not present in current indicators, but can constitute reasons for the continuation these programs and permanent demand for this kind of state action.

Key-words: Public Policies. Professional Qualification. Young people. Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - REPASSES DO GOVERNO FEDERAL PARA AÇÕES DO PROJOVEM ADOLESCENTE ATÉ JUNHO DE 2012	62
FIGURA 2 - MAPA DE PIRAQUARA COM ÁREA DO GUARITUBA	74
FIGURA 3 - ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR DA REGIÃO DE CURITIBA	75
FIGURA 4- MANANCIAIS HÍDRICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	78
QUADRO 1 – TESES E DISSERTAÇÕES	65
QUADRO 2 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PIRAQUARA/ PARANÁ	87
QUADRO 3 - RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PIRAQUARA/PR EM 2009	89
QUADRO 4 - SITUAÇÃO DOS JOVENS NO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO	90
QUADRO 5 - ESCOLARIDADE MÉDIA DOS JOVENS NO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO DO CURSO E POSTERIOR A PARTICIPAÇÃO	91
QUADRO 6 - SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS JOVENS NO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO DO CURSO E DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO	91
GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE OS ANOS 2000 E 2011 EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TEMAS MAIS RECORRENTES NA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS	63
TABELA 2 - GRUPOS DE PESQUISA NA ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS	68
TABELA 3 - TEMAS E LINHAS RELACIONADAS MAIS RECORRENTES NA ÁREA	68
TABELA 4 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M)	82
TABELA 5 - ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) - 2009	82

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CAD único	Cadastro Único da Assistência Social
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CSJ	Consórcio Social da Juventude
DPJ	Departamento de Políticas para Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAT	Fundo de amparo ao trabalhador
FIEP	Federação das Indústrias do Paraná
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Medida provisória
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PEQ's	Planos Estaduais de Qualificação
PLANFOR	Plano Nacional de Formação do trabalhador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios
PNPE	Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da educação profissional com a educação básica modalidade de educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SCV	Serviço Civil Voluntário
SECJ	Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das nações unidas para a educação a ciências e a cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E SEUS DESAFIOS	21
1.1 OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	21
1.2 OS DESAFIOS DAS MUDANÇAS NO TRABALHO	27
1.3 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E AS MUDANÇAS NO TRABALHO	37
2 O JOVEM COMO PÚBLICO DE POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	39
2.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO DE JUVENTUDE	39
2.2 HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS	42
2.2.1 Situação social da juventude brasileira	53
2.3 O RECONHECIMENTO DO JOVEM ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS	55
2.4 A PRODUÇÃO TEÓRICA A RESPEITO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS	62
2.4.1 Teses e dissertações	63
3 DO LOCAL PARA O GLOBAL: O CASO DOS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM PIRAQUARA/PR	71
3.1 O LOCAL	71
3.2 IMPRESSÕES DO CAMPO E PESQUISA	84
3.3 CONTEXTO DA PESQUISA	87
3.4 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	91
4 A EXPERIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DOS SUJEITOS	95
4.1 TRABALHO	97
4.2 SOCIALIZAÇÃO	116
4.3 INTEGRAÇÃO	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICES	155
ANEXOS	158

INTRODUÇÃO

As políticas de qualificação profissional para jovens são um assunto relevante e de grande importância para tratar do desenvolvimento das políticas públicas de caráter social no Brasil, tanto por sua trajetória de garantia de direitos, mas também por que cria novos sujeitos de direito, reconhecendo públicos diversos e com necessidades específicas.

Realizar estudos em políticas públicas é um desafio por envolver sempre uma diversidade de objetos que se entrelaçam e dizem respeito a diferentes áreas, no caso das políticas de qualificação profissional entrelaçam as áreas da educação, do trabalho e área social.

No Brasil, as políticas de qualificação profissional com recorte específico para jovens, ganharam maior destaque no final da década de 1990, foram ampliadas e consolidadas na década de 2000 - 2010, e continuam sendo executadas como demanda social, como resposta do Estado às necessidades sociais de sujeitos jovens e adultos-jovens. Uma dessas necessidades é o suprimento da grande massa de mão de obra precocemente excluída do mercado de trabalho e sem postos na economia capitalista. Apesar da situação de grande oferta de mão de obra vivida atualmente pelo país, a demanda por empregabilidade também é cada vez maior e o grande número de pessoas disponíveis para o trabalho permite às empresas escolher os mais qualificados, ou seja, com maior conhecimento para exercício das tarefas.

Na tentativa de minimizar a exclusão, nas últimas décadas o governo federal vem qualificando um número muito grande de pessoas em todo o país através de diversos programas ligados ao Ministério do Trabalho, da Educação e do Desenvolvimento Social, principalmente para jovens de diferentes idades. Os programas atenderam no país mais de 2,4 milhões de jovens entre todas as modalidades de ações oferecidas até o final de 2010, com investimentos na casa dos 1,6 bilhões de reais. Apenas em 2011, o investimento foi de 1,3 bilhões de reais com cerca de 400 mil jovens qualificados.

O número de jovens qualificados é muito superior ao de todas as outras ações anteriores, porém a inserção no mercado não acompanha a formação. Os indicadores mostram o número de qualificados e a meta pré-estabelecida de 30% de jovens inseridos em atividades laborais ao término do curso, mas

desconsideram a área de inserção e a permanência do jovem no mercado de trabalho.

Nesta dissertação pretendemos, a partir das muitas questões que envolvem as políticas de qualificação profissional, compreender quais são os motivos que mantêm os programas e tem os feito ser ampliados e ajustados de um governo para outro, principalmente nas últimas décadas. Para isso, buscaremos compreender os significados da participação em projetos de qualificação na vida do jovem, pois, de acordo com a opinião geral, a importância da qualificação se dá para uma melhor posição social, trabalho digno e realização dos anseios pessoais.

Assim, é importante levar em consideração outros fatores que não aparecem na análise geral, mas podem ser vistos, inclusive no contexto do programa, como o afastamento do jovem das drogas e do crime, elevação da escolaridade e ampliação dos conhecimentos profissionais com acesso posterior a outros cursos ou à universidade e a influência na sociabilidade e metas de vida do jovem. Entre outros motivos, estes não estão presentes nos indicadores atuais, mas podem constituir motivos para a continuidade desses programas e demandas permanentes por este tipo de ação do Estado.

Em discussão com gestores e estudiosos, observamos a baixa eficácia direta e falta de avaliação das políticas sociais e do quanto é difícil fazer levantamentos a respeito das mudanças que os projetos sociais, em geral, traziam para a vida dos beneficiários. O interesse por este tema de pesquisa, seus resultados e aplicações, nasce da crescente ampliação desses projetos, que tem parte significativa na agenda do governo a mais de 10 anos visando suprir a falta de qualificação e baixa inserção profissional desse público, foi levantado a partir de um trabalho realizado junto à coordenação de cursos de qualificação profissional na cidade de Piraquara/PR, observando e problematizando a baixa inserção dos jovens no mercado de trabalho após a conclusão de cursos de qualificação.

Após observar a mesma característica em várias turmas formadas, bem como a crescente demanda por estudos nas áreas tanto de juventude, quanto de políticas públicas, fomos inspirados a fazer a análise da eficácia desses programas quanto ao objetivo de inserção no mundo do trabalho, já que possuíamos acesso à gestão municipal, aos jovens egressos e aos dados disponíveis sobre os programas. Por consequência, analisamos “por dentro” a aplicação dessas políticas, destacando as peculiaridades com que são executados.

Após iniciar o mestrado, em conversas com a orientadora, decidimos pesquisar não apenas a inserção dos jovens no mercado, que aparece como o principal objetivo dos projetos, mas as possíveis mudanças que esses programas trouxeram para a vida dos jovens, inclusive com a opinião de seus familiares, para, a partir daí, buscar os indicadores sociais apresentados pelo governo federal e outros estudos sobre esses programas visando analisar outras faces dessas políticas públicas que surgiram com a pesquisa empírica.

Inicialmente, como parte da metodologia para essa investigação, pretendíamos observar uma pequena amostra quantitativa dos 200 jovens qualificados no município de Piraquara entre os anos de 2007 a 2010, e do percentual que se inseriu no mercado de trabalho de acordo com a área da qualificação realizada. Mas posteriormente, definimos que o ideal seria trabalhar com uma pesquisa qualitativa semiestruturada, levando em conta não apenas o trabalho, mas outros fatores, como sociabilidade, cidadania e elevação da escolaridade, que não aparecem nos indicadores apresentados pelo Estado.

Desse modo, o caminho traçado mudou o eixo da pesquisa ampliando o campo de análise do objeto, não limitando à questão da inserção profissional, mas das mudanças sociais que pode trazer para a vida do jovem que participou do programa, ou seja, um estudo de impacto. Para tanto, adotamos um caminho diferente do costumeiro em estudos de políticas públicas, não começando pela trajetória política de sua constituição e avaliação, mas realizando entrevistas com os jovens a respeito da qualificação e suas perspectivas anteriores e posteriores ao programa, incluindo entrevista com familiares dos jovens e educadores dos programas.

Assim, este trabalho traz a perspectiva qualitativa da avaliação de programas de qualificação profissional, buscando evidenciar o caráter social atribuído a elas nos últimos anos, enfatizando as possibilidades geradas e os resultados observáveis na vida dos jovens através da participação nos programas. Aqui, isto se dá a partir de diversos elementos que não são computados quantitativamente, ou pelo motivo de não constarem nas diretrizes e metas explícitas dos programas – e, portanto, não serem avaliados – ou, por não existir avaliações que permitam medir os resultados destes programas, se não as que avaliam o investimento e os números de atendidos entre outros mais tangíveis e explícitos.

Tomando como base o objetivo último dos programas de qualificação de jovens, objetivamos, a partir dos resultados da pesquisa e da análise de como esses resultados são explicitados pela gestão dos programas, observar quais as mudanças que a participação na qualificação traz para a vida desses jovens, além de buscar compreender o que o governo pretende com a implantação, permanência e ampliação desses programas.

As perspectivas teóricas das autoras Marta Arretche e Argelina Figueiredo ressaltam a importância da avaliação para o estabelecimento das políticas públicas, afirmando que este processo deve ser estabelecido em fatores confiáveis de avaliações rigorosas e tecnicamente bem feitas (1998). Sônia Carvalho também enfatiza a avaliação de políticas sociais e considera a institucionalização ainda precária, pois entende que o sistema de políticas públicas é um processo em fluxo, com constantes barganhas, pressões e contrapressões e por definições do próprio objeto das decisões (2003). Carvalho destaca, também, a diferença entre as formas de avaliação de processo e avaliação de impacto que analisa a efetividade social e o efeito na sociedade, e esse último, norteará nossa perspectiva nesta discussão. Outros referenciais importantes nos apoiarão nesta discussão como Costa (2007), Neves (2008), Pizzio (2007), entre outros, que tratam da prioridade da avaliação em políticas públicas.

Optamos por trabalhar com a cidade de Piraquara pela sua peculiaridade de constituição. Composta por movimentos de imigrações de pessoas em busca de trabalho na capital do Paraná, em função da industrialização da região metropolitana de Curitiba ao longo das décadas de 1970 e 1980, Piraquara era um espaço de referência para os imigrantes, tanto para os do próprio Estado como aqueles vindos de outras regiões do país (DESCHAMPS, 2004). Porém, devido a grande migração, a ocupação da Região Metropolitana de Curitiba – RMC deu-se de maneira irregular e intensa, e em Piraquara, constituiu a maior área de ocupação irregular do Estado: o bairro do Guarituba, que é nosso principal foco de pesquisa. Além disso, o município é conhecido por abrigar diversas instituições penais e instituições hospitalares especializadas (KULAITIS, 2004). Segundo o diagnóstico da Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ, em 2009, a presença dessas instituições colaborou para a representação do município de Piraquara como um aglomerado de hospitais e prisões.

Suas características peculiares de pobreza, devido a grande área de ocupação irregular e abrigar grande parte dos mananciais da RMC, além de ter mais de 50% do seu território constituído em APA e, portanto, ter dificuldade de estabelecer indústrias; Ser referência de lugar excluído e de um complexo de prisões, aliados à violência como um dos municípios mais violentos, encontrando-se no 70º lugar no ranking do país em homicídios e no 26º quando se trata de homicídios entre a população jovem, e no Paraná, está em 4º lugar como um dos mais violentos do Estado (WAISELFISZ, 2012).

Essas características revelam Piraquara em uma condição díspar e com muitos públicos vulneráveis para execução de programas e ações sociais, mas que dependem ainda das possibilidades dos programas federais e da gestão municipal em atender essas demandas.

Dentro desse contexto, entrevistamos 13 jovens egressos dos cursos de qualificação profissional realizados no município e destes, 9 eram do Guarituba. É relevante citar que duzentos jovens foram qualificados no município entre 2007 e 2009 e apenas 60 eram desse bairro. Considerando a situação peculiar e a relação entre o número de qualificados e entrevistados, tomaremos os jovens do Guarituba como nosso foco de análise, trabalhando com os outros jovens entrevistados no município em comparação às opiniões e resultados. Foram entrevistadas também 6 mães para verificar a opinião e as expectativas pessoais delas sobre os resultados conquistados através dos programas de qualificação na vida de seus filhos. Por fim, completando o quadro de análise, entrevistamos também três instrutores e uma monitora, buscando construir uma visão total do programa, a partir de todos os sujeitos participantes dessa política.

Assim, nossa pesquisa se caracteriza a partir de um local peculiar e vulnerável no qual residem jovens que são o público que a política visa atingir. Deste modo, apesar dos objetivos globais da política pública, ela chega até a ponta final atingindo resultados também particulares, muitas vezes diferentes das proposições iniciais, mas nem por isso são negativos.

Utilizamos os termos de referência dos programas de qualificação e as bases nacionais do conselho nacional de juventude – CONJUVE, cruzando suas propostas para chegar às principais metas que os programas se propõem a atingir, juntamente com a análise das entrevistas e do material institucional dos programas a serem tratados, comparamos os objetivos dos programas com a análise empírica,

visando elucidar os seguintes questionamentos que norteiam essa discussão: Por que as políticas públicas de qualificação profissional com foco em juventude se expandiram tanto nas últimas décadas, mesmo com a inserção profissional parecendo ser tão baixa? E desse modo, quais são as possibilidades que a participação em programas de qualificação oferece para os jovens? O que pensam eles a respeito das perspectivas dos programas e dos seus objetivos pessoais com relação à participação, e o que essa acarreta para suas vidas?

Pretendemos, enfim, verificar as seguintes hipóteses:

a) O benefício da política pública de qualificação profissional é muito mais em relação aos fatores de sociabilidade e integração social do que efetivamente para a inserção no mercado de trabalho.

b) A participação pode fornecer subsídios para o jovem definir seus caminhos, traçar sua trajetória de e obter identidade, com direitos assegurados e condições para realizar suas escolhas sociais e profissionais.

Assim, é consistente argumentar com os indicadores apresentados que indicam o sucesso do programa em contraponto com a pesquisa que foi realizada e sob o olhar dos teóricos das políticas sociais brasileiras, nos três estágios descritos a seguir: 1) Pesquisa com jovens egressos dos programas em Piraquara/PR, seus familiares e instrutores. 2) Análise dos programas de qualificação para jovens, suas trajetórias, constituição e relevância social e política. 3) Busca de informações a respeito dos programas em sites, revistas, materiais publicados, teses e dissertações a respeito das construções sociais que os programas representam e da eficácia segundo os indicadores governamentais. Consideraremos aqui o período entre 2000 e 2011 devido ao caráter social atribuído às políticas de qualificação profissional nesse período.

Os estágios da pesquisa, uma vez que analisados, resultam nos seguintes capítulos: No primeiro abordamos a implantação das políticas públicas sociais com foco na qualificação profissional, a partir das consequências que as mudanças no mundo do trabalho acarretam para a vida dos cidadãos e para as políticas, bem como os seus desafios contemporâneos direcionados pelas argumentações teóricas de avaliação de políticas públicas de Marta Arretche (1998), Sônia Draibe (1990), Sônia Carvalho (2003), entre outros. Dialogando com as teorias a respeito das mudanças no mundo do trabalho discutidas por Antunes (2001, 2004), Harvey (2010), Baltar (2006) e sua influência na demanda por políticas de qualificação

profissional, principalmente na relação dos jovens com o mundo do trabalho, na perspectiva de Marcio Pochmann (2000, 2007).

No segundo capítulo trataremos do reconhecimento dos jovens como público específico das políticas de qualificação profissional, a partir do histórico das políticas e a focalização em qualificação de jovens, partindo da legislação voltada a atender as demandas de reconhecimento de novos sujeitos de direito, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a política nacional de juventude, o Conselho nacional de juventude - CONJUVE, entre outros. Fazendo ainda a revisão de trabalhos e pesquisas sobre o assunto, para compreensão do lugar da pesquisa no contexto atual dos estudos sobre políticas públicas e qualificação profissional de jovens.

No terceiro capítulo trataremos da trajetória de pesquisa a partir do local e da metodologia utilizada para desenvolver nosso trabalho, das impressões do campo e do perfil dos grupos de entrevistados. Em seguida, no quarto capítulo, discutiremos o aspecto da participação dos jovens em programas de qualificação utilizando a pesquisa realizada com jovens egressos dos cursos, buscando compreender o sentido da participação para os jovens nas ações a partir de três categorias: integração, sociabilidade e trabalho. Baseando-nos principalmente nas discussões de Norbert Elias (1990, 2000) sobre interação social, assim como Berger e Luckmann (2003) com a perspectiva da construção social da realidade; além de Robert Castel (1998) sobre o papel do trabalho enquanto elemento de integração e Marcio Pochmann (2000,2007) que discute centralidade do trabalho na vida dos jovens. Além das impressões e expectativas do programa, considerando também a opinião das mães e dos instrutores.

Nas considerações finais buscaremos confrontar os objetivos dos programas com a expectativa dos jovens, avaliando até onde eles cumprem com seus objetivos enquanto política pública, assim como trazer à luz os aspectos mais relevantes para compreender a permanência e consolidação dessas ações, objetivando explorar o tema do futuro das políticas públicas de qualificação profissional com seus limites e possibilidades.

1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

O contexto deste estudo parte da trajetória que fizeram as políticas públicas de qualificação profissional no Brasil, com um histórico de existência de mais de 70 anos e que, nos últimos 20 anos altera seu caráter passando de eminentemente economicista para tons mais sociais, o que acarretou ampliação de todas as modalidades dos programas de qualificação em volume de ações, oferta de vagas e a priorização da juventude no atendimento.

Ainda há muito para se avançar no que diz respeito à implantação e avaliação dos projetos e motivos para permanência e estabelecimento prioritário. Além dos novos elementos que surgem com as mudanças nas configurações do trabalho e as questões sociais e econômicas, que geram desafios constantes para a elaboração, execução e permanência das políticas de qualificação profissional.

O termo qualificação profissional é atribuído às condições que o indivíduo tem de exercer uma atividade. Segundo a Federação das Indústrias do Paraná, qualificação profissional é composta por “atributos e características de um indivíduo para se posicionar bem no mercado de trabalho” ou “qualificação profissional é a preparação para aprimorar suas habilidades, e especializar-se em determinadas áreas para executar da melhor forma suas atribuições”, ou ainda, “qualificação profissional é um requisito básico para ter sucesso no mundo globalizado” (FIEP, 2012). Porém, para os objetivos deste trabalho, entendemos como qualificação profissional tão somente a condição vivida por um jovem que passou por um programa governamental, sem buscar aprofundarmo-nos se o jovem de fato recebeu conteúdos e conhecimentos suficientes para exercício da profissão para a qual fez o curso.

1.1 OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas públicas sociais¹ podem ser consideradas uma resposta do Estado às demandas de novos sujeitos de direitos que conquistam espaço a partir

¹ Nosso trabalho diz respeito às políticas públicas de caráter social, ou seja, políticas que visam garantir o acesso a direitos básicos de cidadania e sobrevivência aos cidadãos, como uma forma

de um contexto histórico de criação de benefícios sociais para a população, principalmente através da Constituição Brasileira de 1988 que estabelece os direitos sociais, visando proteção a direitos básicos de sobrevivência e cidadania². No caso dos programas de qualificação profissional o caráter social se dá devido a um de seus objetivos principais: a garantia do direito ao trabalho digno³.

A Constituição de 1988 estabelece em seu texto o princípio constitucional fundado na importância do trabalho na construção da ordem social e da dignidade da pessoa. Assim, pode-se avaliar a dimensão de prioridades de uma pauta nacional que o Estado deve empreender em direção à redução das desigualdades sociais, por meio do desenvolvimento de programas sociais geradores de oportunidades de trabalho digno. Porém, a implementação desses programas se defronta com a precariedade de informações importantes sobre sua execução, que permitam seu acompanhamento e o controle sobre a atuação dos diversos setores, instituições e pessoas envolvidas nas intervenções. Segundo Costa (2007), a conjunção destes fatores tende a dificultar fortemente o gerenciamento dos programas e políticas, e também a identificação e correção de problemas em sua execução.

Nesta direção, observa-se a necessidade de muito ainda se avançar, para além da identificação dos atores envolvidos (BRASIL, 2007). Os estudos apontam que nas estratégias de formulação e gestão de políticas e programas é importante que haja um significativo passo adiante, no que se refere às formas de incorporação da participação desses atores no processo da construção participativa da própria política, e após este, da sua avaliação,

As políticas e programas frequentemente possuem objetos múltiplos, às vezes inconsistentes e suas metas são definidas de maneira ambígua,

particular de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, afetando diretamente o nível de vida da população (DRAIBE, 1990). Portanto sempre que usarmos o termo políticas públicas ou políticas de qualificação estaremos nos referindo às políticas sociais.

2 É o que marca a Constituição Federal de 1988 e faz com que seja um marco para todos os estudos de direitos sociais, pois anterior a ela existiam apenas direitos civis e políticos. Os direitos sociais com garantias de determinadas condições mínimas de igualdade e resposta do Estado às demandas sociais, só foram consolidados neste documento legal.

3 Mocellin (2009) discute a noção trabalho digno em relação ao trabalho decente. Segundo o autor o trabalho digno remete ao trabalho apropriado e adequado, acompanhado de dignidade ou honra. Assim a dignidade traz uma dimensão moral, apenas subentendida na noção de trabalho decente. A esse respeito ver ainda Gosdal (2006) e Rosenfeld (2012).

devido tanto a razões técnicas, quanto a necessidades táticas para assegurar sua aprovação [...]. E mais ainda, boa parte dos programas sociais tem bases teóricas frágeis, as quais frequentemente não são explicitadas nem nos próprios programas nem nas avaliações. (COSTA, 2007, p.195).

A mesma autora destaca que nos últimos anos vem crescendo a experimentação no campo das políticas sociais, pois não se sabe muito bem quais os resultados alcançados pelos programas⁴, quais os custos das diferentes alternativas, quais fatores concorrem para o sucesso ou fracasso dos programas, como os diversos atores envolvidos tendem a se comportar, e que muitas vezes os programas se adaptam e são domesticados pela realidade.

A prioridade da avaliação e da criação de instrumentos para tal avaliação é de extrema necessidade se o país deseja avançar na execução dessas políticas, sendo necessário entender que “o relatório final da consultoria não é o fim da avaliação; é o começo.”. (COSTA, 2007, p.124). O maior risco que se corre ao permitir a execução de programas e projetos sem uma estrutura sólida em sua formulação e avaliação é um lugar comum na gestão pública: os gestores deixam de buscar melhorar os programas e projetos e se concentram apenas nos indicadores. Deste modo, aprofundar os estudos sobre a execução e avaliação das políticas públicas no contexto atual e dos avanços ao longo dos anos é de grande importância para permitir a continuidade das ações com qualidade, evitando que se tornem meros paliativos assistencialistas, mas permitindo a construção de políticas públicas para fortalecimento social.

A avaliação de políticas públicas no Brasil enfrenta ainda grandes dificuldades e entraves que precisam ser superados, Devido a falta de controle das informações quantitativas sobre os programas, mas principalmente porque existem etapas do processo que são muito difíceis de mensurar ou quantificar, como qualidade teórica e metodológica das ações, acompanhamento de egressos, entre outras⁵. Não é apenas pela ausência de informações precisas e confiáveis ou da adequação conceitual, mas porque as políticas públicas não são um sistema

4 Não é o caso do Programa Bolsa família, que é considerado um programa de alta programabilidade e baixos riscos. A esse respeito ver Neves J. et al. (2007).

5 Wanderley Guilherme dos Santos é pessimista ao tratar de análise de políticas públicas: “Desconfio seriamente de que qualquer política de qualquer governo venha a obter êxito” (1998, p.63),

fechado onde os dados se adequam a análise, e sim um sistema aberto com partes do processo que não se pode explicar.

Argelina Figueiredo (1997) afirma que o crescente número de trabalhos de avaliação de políticas públicas, não revela uma importante preocupação que deveria ser levada em conta, a de estabelecer critérios de avaliação para o julgamento defensável de uma política, respondendo sobre sua eficácia ou não e os graus de utilidade que ela apresenta.

A avaliação tem por objeto central o processo de constituição das políticas públicas. Segundo Carvalho (2003) “a avaliação acompanha todas as fases da política” sendo necessário distinguir entre avaliação de processo - que verifica a eficácia e eficiência de determinado programa – e a avaliação de impacto, que analisa a efetividade social e o impacto sobre a sociedade. O que estamos tratando aqui é da avaliação de impacto desses programas na vida dos jovens. Apesar de alguns autores concordarem que a avaliação do processo é um caminho para o avanço das políticas sociais⁶, a avaliação de impacto é que vai mostrar o que de fato a política atingiu, como ela chegou até a ponta final na construção de uma trajetória longa e tortuosa e que, antes de ser avaliada como cumpridora de metas, perpassa a vida de pessoas que dependem dela.

A avaliação das políticas de qualificação de jovens se dá através da análise de bancos de dados que são alimentados pelos gestores municipais⁷ e com a publicização destes dados, em geral numéricos, de jovens capacitados ou inseridos no mundo do trabalho. Esses dados numéricos são registrados em um sistema de informações e ficam sob a tutela do governo federal. Após o processo de qualificação não existe acompanhamento do jovem qualificado⁸ para a avaliação da eficácia dos resultados propostos nos cursos oferecidos. Os indicadores gerados mostram o número dos jovens qualificados e a meta pré-estabelecida de 30% de jovens inseridos no mercado de trabalho, porém sem levar em conta a área de inserção, a permanência do jovem no mercado de trabalho e os demais jovens que

6 Para o autor Vilmar Faria “mais importante talvez que a avaliação de impacto seja a avaliação de processo de uma política à medida que ela vai sendo desenvolvida” (FARIA, 2002, apud CARVALHO, 2003).

7 O mais atual e am plio é o SINPROJOVEM, criado em 2011 para ser alimentado pelos gestores do Projovem.

8 Exceto por sua inserção no cadastro das agências do trabalhador (SINE), para casos em que este procure ou seja inserido em vagas nela ofertadas.

concluíram o curso além deste percentual inserido ao término do curso. Se a avaliação dessa política social não apresenta resultados significativos quanto a seus fins, cabe questionar quais os motivos que não apenas mantêm os programas em funcionamento, como levam à ampliação e ajustes de um governo para outro, principalmente nas últimas décadas.

Recorrendo à teoria de análise de políticas públicas, os motivos podem ser variados. Frey parte da premissa que “as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados” (2000, p.219). Sendo necessário levar em consideração tanto a tendência de uma crescente fragmentação e setorialização do processo político, como também a interferência de padrões peculiares de comportamentos políticos como o clientelismo, populismo e patrimonialismo, que eventualmente exercem uma influência maior na definição das políticas públicas do que as instituições formais. Carlos Aurélio Pimenta Faria reafirma a opinião de Frey, alegando que no universo político o conflito é, normalmente, camuflado pela barganha e mitigado pela prevalência das relações de tipo clientelista, sendo reduzido o papel do argumento e do convencimento e que, talvez, seja legítimo indagar se essa ênfase na cooperação não poderia vir a ser um desestímulo para adoção dessas perspectivas analíticas no país (FARIA, 2003).

Assim, diante do detrimento do uso da análise e da constante barganha e clientelismo para consolidação das políticas públicas, principalmente as de caráter social, observa-se o quanto ainda é frágil seu processo de consolidação, como constata Carvalho “a fragilidade dos critérios utilizados no registro e armazenamento dos dados dos programas públicos, dificultando e por vezes impossibilitando seu acompanhamento e avaliação”. (2003, p.195).

Marta Arretche chama a atenção para a necessidade de distinguir a avaliação de uma dada política pública de outros tipos de avaliações e também da distinção de análise de políticas públicas. A avaliação “examina os pressupostos e fundamentos políticos de um determinado curso de ação pública, independentemente de sua engenharia institucional e de seus resultados prováveis”, trata-se, portanto das “razões que a tornam preferível a qualquer outra” (1998, p. 2). Já por análise entende-se o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas como as formas de financiamento, as modalidades de prestação de serviços e as relações entre os setores públicos e

privados. Como afirma a autora “a análise de políticas públicas busca reconstituir estas diversas características, de forma a apreendê-las em um todo coerente e compreensível”. (ARRETCHÉ, 1998, p. 2).

A literatura sobre avaliação de políticas públicas costuma distingui-las em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência, que segundo Arretche é basicamente um recurso analítico destinado a separar aspectos distintos dos objetivos implicando na abordagem e nos métodos e técnicas de avaliação. A avaliação de eficácia considera a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. Já a avaliação de eficiência pode ser entendida como a relação entre o esforço empregado na implantação de uma dada política e os resultados por ela alcançados. Ambas são partes da avaliação de processo, em que, segundo Arretche, a avaliação de eficiência é o ponto mais necessário e urgente a ser desenvolvido. No entanto, a avaliação de processo não será o foco desta discussão, mas sim a avaliação de impacto, que trata da efetividade e busca relação entre produto oferecido e resultados atingidos. Este é o que mais se aproxima da nossa argumentação, e busca enfatizar no trabalho de investigação, a compreensão da distância entre as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa. Sendo a maior dificuldade dessa avaliação, a obtenção e confiabilidade das informações (ARRETCHÉ, 1998).

Apesar do crescimento na área de avaliação de políticas públicas no país, esse recurso ainda não é suficiente para dar conta da implantação ou não de programas ou projetos. Faria (2003) versa que no Brasil, apesar do *boom* das duas últimas décadas, o campo da análise de políticas públicas ainda é bastante incipiente, padecendo de grande fragmentação organizacional e temática e de fraca institucionalização. Talvez por que, como assegura Carvalho (2003) o sistema de políticas públicas é um processo em fluxo, com constantes barganhas, pressões e contrapressões por definições do próprio objeto das decisões.

Arretche é pessimista em relação ao processo de definição da aplicação de políticas públicas no país,

Ora, nós todos sabemos que, em sociedades em que o mercado eleitoral tem peso, o impacto social de uma política tende a ter menor peso no processo decisório que seu impacto sobre a opinião pública ou seu impacto eleitoral. Em outras palavras, a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das políticas tende a ser apenas um dos elementos [...] na decisão pela adoção, reformulação ou supressão de um programa público,

dato que as razões do mercado eleitoral têm forte influência no processo decisório. (ARRETCHE, 1998, p.8).

Contudo, a autora não se precipita em concluir pela irrelevância da realização de estudos de avaliação, pois esses se caracterizam como instrumentos que capacitam o eleitorado a exercer o princípio democrático de controle sobre a eficiência da ação dos governos, rejeitando a ideia de desperdiçar recursos públicos. Para tanto, a produção e divulgação de avaliações rigorosas e tecnicamente bem feitas, permitem o controle do contribuinte sobre as ações do governo.

Para além dos motivos de barganhas e pressões políticas, como já apontamos anteriormente, é importante levar em consideração outros fatores como o afastamento dos jovens das drogas e do crime, elevação da escolaridade, a influência na sociabilidade e metas de vida dos jovens, entre outros. Estes não estão presentes nos indicadores gerados nas avaliações, mas que podem constituir motivos para o sucesso dos programas e demandas por este tipo de ação do Estado.

1.2 OS DESAFIOS DAS MUDANÇAS NO TRABALHO

A trajetória dos programas de qualificação profissional no Brasil se dá de acordo com o contexto histórico e político do país. As muitas mudanças que as relações de trabalho e emprego sofreram desde o início do século XX no Brasil foram consequências do processo de estruturação política e econômica, baseado na indústria e, posteriormente, para acompanhar as mudanças mundiais e o processo de globalização, buscando seu lugar nessa nova cadeia global de relações econômicas.

Baltar (2006) divide a formação e estruturação do mercado de trabalho brasileiro em cinco momentos: primeiro, com a passagem do trabalho escravo para assalariado; segundo, com a estruturação urbana após revolução de 1930; terceiro, da consolidação e industrialização nos governos autoritários depois do golpe de 1964; o quarto, em meados de 1980, com interrupção da industrialização e estagnação; por fim, o quinto, pós 1990, com a liberalização do comércio exterior e flexibilização das formas de trabalho.

Nessas muitas mudanças, o papel do Estado para tentar equilibrar a situação econômica do país sempre foi fundamental. Porém, não foram em todos os momentos que as intervenções ocorreram como poderiam e deveriam. Em muitos momentos, o próprio mercado é que acabou fazendo esse papel, o que acarretou muitos problemas como inflação, elevação da dívida externa, diminuição dos salários e desproteção dos trabalhadores.

A industrialização do país se fortaleceu no governo Getúlio Vargas (1930-1945), com a política do nacionalismo econômico. Nesse período houve aumento da produção e controle das importações, compra e venda conduzida pelo poder político, visando o aumento da capacidade produtiva. Em consequência a esse aumento, ocorreu um desequilíbrio entre oferta e demanda, assim como a alta da inflação e dos preços. Iniciou-se ainda, um vasto processo migratório para as cidades, gerando falta de postos de trabalho para todos os imigrantes. O mercado de trabalho que era bastante desregrado passou a ser regido pela nova legislação trabalhista que culmina com a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT em 1943, iniciando um processo de formalização do trabalho. Mas a influência da Guerra Fria e da nova divisão internacional do trabalho, que ocorreu após a segunda guerra mundial, dificultava o avanço do país, que em seguida passou pelo golpe militar de 1964⁹.

O padrão de acumulação capitalista industrial desenvolvido no Brasil, especialmente no pós 64 estruturou-se através de um processo de superexploração da força de trabalho, dada pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, chegando a se alinhar entre as oito grandes potências industriais (ANTUNES, 2004, p.15) perdurando de tal modo até a década de 1970.

A prioridade do governo visava elevar a produção e consequentemente o produto interno bruto - PIB. A reforma tributária e a entrada de empresas e bancos internacionais geraram inflação e queda no poder de compra da população. Juntamente com isso, iniciou-se um processo de flexibilização e rotatividade nas indústrias, sem grandes garantias de direitos aos trabalhadores e formação de estoque de operários (BALTAR, 2006). Houve também grandes discrepâncias entre

⁹ A esse respeito da influência internacional na estruturação do mercado de trabalho e na economia brasileira ver Proni (2006) e Baltar (2006).

os salários dos técnicos de comando das empresas e da classe operária, o que contribuiu e aguçou ainda mais a desigualdade social do país.

O projeto neoliberal de reestruturação produtiva, globalmente difundida, gerou mudanças políticas e econômicas, às quais o Brasil demorou a se adaptar, mas já sentia as influências da nova divisão internacional do trabalho que afetou fortemente o mundo do trabalho. A modernização e o desenvolvimento de novas tecnologias tendendo a miniaturização e redução de custos na produção (TAUILE, 2001) também contribuíram para as mudanças. Ao final dos anos 1980 “foram dados os primeiros passos da abertura comercial, ainda em pleno ambiente de hiperinflação” (LOPES, 2003, p.166). Nesse contexto histórico, iniciaram-se os processos de reestruturação econômica e produtiva a partir das fusões, privatizações, especializações e reorganização das empresas e processos de trabalho.

Com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a consequente crise do *welfare state*, deu-se um processo de regressão da própria socialdemocracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional. (ANTUNES, 2001, p.194)

Na década de 1980 o papel do governo foi tentar manter a estabilidade econômica a partir da iniciativa privada. Houve elevação da exportação e queda nas importações e, com isso, crescimento da população ativa e a incorporação da mulher no mercado de trabalho. Havia mais ocupações, porém sem crescimento do PIB e com disputa acirrada entre preços e salários. Até este momento, a formalização dos trabalhadores era bastante alta com mais de 50% de trabalho formal, contudo havia grande desigualdade de renda, além da alta da inflação. Em meio à crise, houve aumento dos serviços e das pequenas empresas e grande expansão do serviço público e o informal passou a crescer mais que o formal. Segundo Baltar (2006), o Brasil viveu um processo de acomodação conservadora juntamente com a democratização do país; para sua superação seriam necessárias medidas do Estado para regular a economia e minimizar a crise, mas que não foram tomadas.

O processo se alastrou pelos anos seguintes e a década de 1990 foi marcada por mudanças que resultaram em desregulação econômica e diminuição da influência do Estado no controle dos preços, aliados à tecnologia da informação e mudanças na posição das empresas em relação ao mercado, bem como na seleção do perfil dos trabalhadores, diminuindo a quantidade de postos de trabalho e aumentando a exigência por profissionais cada vez mais qualificados. Na relação trabalhista, houve a flexibilização dos direitos, por que neste momento histórico, como afirma Oleski, “não há sincronia entre as novas formas de produção de distribuição de riquezas. De um lado a síndrome da insegurança alastrou-se sobre a classe trabalhadora e do outro a desregulação dos mercados e a concorrência acirrada intercapitalista gera incertezas crescentes.” (2009, p.91). A reestruturação produtiva do país foi fortemente caracterizada pelas mudanças organizacionais e pela automação flexível, tratando-se de uma mudança não só de base técnica, mas principalmente política e econômica.

A estabilização monetária ocorrida em 1994 acelerou a entrada de capitais estrangeiros e privatizações,

A raiz de todo o processo de mudança econômica mundial está na incessante procura de maior competitividade, que acompanha a queda das barreiras comerciais. Com cada vez maior integração dos mercados, este é um processo de mudança contínua, afetando as relações inter e intra-empresas. (LOPES, 2003, p.168).

Tais mudanças geraram novas formas de trabalho em um processo de transformação estrutural do mercado e emprego, com descentralização da produção nas fábricas através de cadeias produtivas espalhadas pelo país, com a terceirização, com a instalação das empresas em regiões onde os custos da força de trabalho são mais baixos, gerando desconcentração econômica¹⁰ e informalização do trabalho; acarretou também, por consequência, trabalhadores com alto nível de qualificação que prestam serviços e adotam a forma de pequenas empresas. Estas são particularidades dessas mudanças, consistindo em flexibilização e precarização do trabalho (HARVEY, 2010), em que “características arcaicas e modernas se mesclam de maneiras inesperadas, nas mesmas estatísticas, constituindo uma problemática complexa, mal apreendida pelos

10 A desconcentração econômica é considerada uma desconcentração concentrada, em que as empresas terceirizam e subcontratam, mas o poder econômico continua concentrado nas grandes empresas.

conceitos usuais a ser enfrentada pelas políticas públicas.” (LOPES, 2003, p.169).

Assim,

Enquanto se opera no plano gnosiológico a desconstrução ontológica do trabalho, paralelamente, no mundo real, este se converte (novamente?) em uma das mais explosivas questões da contemporaneidade. Trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, trabalho e etnia, trabalho e nacionalidade, trabalho e corte geracional, trabalho e imaterialidade, trabalho e (des)qualificação, muitos são os exemplos da transversalidade e da vigência da forma trabalho. (ANTUNES, 2001, p.174)

As novas formas de organização do trabalho e produção previam, portanto, funcionários sem remuneração fixa, por hora, produzidas sem vínculos formais, temporários, *freelancers*, prestadores de serviços, pessoas jurídicas, entre outros. Funcionando como uma relação comercial entre empresas sem as proteções previstas através dos direitos sociais conquistados na CLT, gerando efeitos desastrosos para os trabalhadores e a subutilização do conhecimento, com baixo crescimento econômico nos quais sobram braços e faltam empregos,

O que pode ocorrer, algumas vezes, é a utilização de trabalhadores qualificados em ocupações de menor grau de exigência profissional, como fenômeno resultante do acirramento da competição no interior do mercado de trabalho e a marginalização da mão de obra de baixa qualificação. (POCHMANN, 2007, p.29)

Outros ramos da produção e outras formas que nunca estiveram no universo “seguro” do emprego como o trabalho doméstico, a agricultura, a construção civil, entre outros, também tiveram suas relações diferenciadas: algumas funções passaram a ter melhor remuneração sem as garantias sociais, como diaristas e pedreiros, sendo condicionadas à informalidade e a grande maioria, caracterizando-se como serviços. Assim, a queda na participação relativa dos empregos nos setores industriais e agropecuários tem sido compensada pela elevação das ocupações no setor de serviços, ou seja, “na década de 1990, os serviços passaram a absorver mais postos de trabalho, sem compensar, entretanto, a destruição dos empregos verificada tanto no campo quanto na indústria.” (POCHMANN, 2000, p.31).

Nota-se que as mudanças ocorridas no país entre os anos 1980/90 foram os principais fatores que influenciaram nas ações de qualificação dos

trabalhadores, tanto na construção de políticas públicas como no atendimento às necessidades do mercado,

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador "polivalente e multifuncional" da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural. (POCHMANN, 2007, p.185)

As mudanças pelas quais o mercado de trabalho brasileiro passou, demandaram diferentes formas de qualificação profissional. As publicações oficiais do fim da década de 1990 mostram que o modelo institucional dos programas de qualificação foi consolidado no contexto da política econômica e da sociedade dos anos 1940, remontando, em algumas situações, ao Brasil-Colônia. Ainda assim, esta se manteve e funcionou com relativa eficiência, até início dos anos 1980, preparando grande volume de trabalhadores urbanos para a indústria, comércio e serviços nascentes. Mesmo a despeito de adaptações, na sua essência, as bases do padrão resistiram a praticamente meio século. Assim, “no antigo paradigma a educação profissional podia ser pensada como um evento único, de longa duração, suficiente para se encontrar no mercado ou se obter um posto de trabalho.” (PLANFOR, 1999, p. 07).

Poucas instituições de qualificação, inclusive as que prestavam serviços para o governo, se prepararam para o novo perfil de trabalho e qualificação exigido pelo setor produtivo, resultante tanto da democratização, como também da crise econômica e de mudanças dos conceitos tradicionais de emprego e de carreira profissional. “Diante das novas formas de produção, sabe-se que uma pessoa vai mudar de profissão pelo menos três vezes na vida – por que a única constante hoje é a mudança.”. (PLANFOR, 1999, p.07).

As políticas públicas de qualificação profissional e de emprego dos anos 1990 tiveram caráter essencialmente reativo ao quadro de desemprego agravado pelas políticas macroeconômicas dos governos neoliberais (SAUL e FREITAS, 2007). Nesse contexto, a instituição do Plano Nacional de Formação do Trabalhador - PLANFOR em 1995 introduziu novos conceitos à qualificação profissional.

Cunha (2005) Identifica o PLANFOR como um dos primeiros programas de qualificação profissional lançados após a reestruturação econômica do país,

surgido numa conjuntura econômica de retração da força de trabalho do parque industrial brasileiro. Para tanto, convergiram vários fatores ou causas como a concorrência estrangeira desleal vigente no novo quadro de abertura do mercado interno, a adoção de novas tecnologias de processo e de produtos e privatizações de empresas estatais, resultando em um maior contingente de desempregados buscando novas vagas principalmente no setor de serviços.

Manter-se atualizado e bem treinado virou exigência básica para sobreviver, enquanto a modernização se acelera e cresce a necessidade de acompanhar os avanços. Patrões pedem mais qualificação, que nem todo sistema educacional fornece. O sonho do emprego para a vida toda acabou. Mobilidade virou norma tanto para o trabalhador quanto para a empresa. (POCHMANN, 2007, p.26).

Ações como qualificação para o empreendedorismo e associativismo, também foram incentivadas pelo governo da época, buscando ensinar a gerir e estimular novos negócios para uma economia em expansão. Houve incentivo também aos empreendimentos coletivos e empresas recuperadas na lógica socialista de produção, buscando garantir meios para subsistência dos cidadãos, enquanto trabalhadores formais, informais ou empreendedores. “Diante do considerável avanço do que se reconhece cada dia mais por sociedade pós-industrial, acumulam-se novas e importantes perspectivas acerca do trabalho do futuro (mas não tão distante), muito mais como dúvidas do que necessariamente como certezas”. (POCHMANN, 2007, p.19).

As mudanças decorrentes do quadro político e econômico do país passaram a exigir qualificação em áreas antes inexistentes como arrumadeira, pedreiros, agricultores, auxiliar de produção, vendedores, entre outros; alterando assim as características das ações dos governos, antes voltadas para formação técnica, agora para funções muito específicas. Ou seja, a formação precisou ser composta de qualificação social juntamente com a profissional, incluindo atendimento em diferentes funções como relacionamento e comunicação, para que os trabalhadores pudessem exercer diversas funções ou as mesmas funções, mas de diversas formas, moldando-se às novas configurações do trabalho.

Para atender essa demanda, em 2003, foi lançado o Plano Nacional de Qualificação – PNQ que substituiu o PLANFOR. Esse plano possuía caráter social e visava atender também a necessidade de qualificação do trabalhador, e não

apenas suprir a demanda do mercado. Juntamente com o PNQ, que vigora até o presente, vários outros programas, que serão descritos nos próximos capítulos, foram lançados com este mesmo intuito social, direcionados para públicos específicos como jovens, comunidades tradicionais, agricultores, segmentos de produção, entre outros; E também trabalhadores com maior ou menor grau de educação formal, com prazos e técnicas de formação diferenciadas para cada público.

O que podemos observar nessa trajetória é que o trabalho sofreu mudanças e a própria categoria aparece ao longo do tempo com múltiplos significados e várias ópticas, desvinculando os termos trabalho e emprego. O mesmo ocorre com a qualificação profissional que muda sua ênfase de qualificação técnica para atender a necessidade de crescimento das indústrias para a qualificação social consolidada nas políticas públicas de trabalho e geração de renda.

Constatamos, portanto, que houve continuidades e descontinuidades nas políticas de qualificação profissional. Na primeira fase da qualificação profissional, a partir dos anos 1940, os trabalhadores eram preparados para uma formação única e sólida, disciplinando pela assiduidade, pontualidade e obediência, com domínios técnicos na lógica da produção, formando “operários padrão” e técnicos. A qualificação dos trabalhadores era voltada para operar máquinas e desenvolver tarefas com habilidades e produtividade, sendo essa qualificação uma necessidade premente das indústrias para competirem economicamente, sem pensar no desenvolvimento social e humano do trabalhador.

As mudanças no mundo do trabalho nas décadas de 1980 e 1990 passaram a exigir “qualificação flexibilizada”, na qual fossem desenvolvidas as competências e habilidades do trabalhador para que se diminuísse o risco de desemprego. Essa nova perspectiva trouxe também a preocupação com o jovem que ainda não tinha colocação e que enfrentaria, além da inexperiência e falta de qualificação, um problema ainda mais sério pela frente: as mudanças de um novo mercado de trabalho mais exigente e com concorrência cada vez mais acirrada. Essa é o que denominamos como a segunda fase da qualificação profissional, em que a instituição da educação profissional se consolida como parte integrante das políticas públicas de trabalho e geração de renda.

Neste novo formato, os programas de qualificação profissional se concretizam como políticas públicas em resposta à garantia de direitos,

pretendendo promover o avanço na condição de reconhecimento de uma parcela da população em contexto de exclusão, juntamente com outros referentes à raça, cultura, sexo, condições físicas e mentais, para que as chances que eles venham a ter sejam em âmbito de igualdade de oportunidades. Assim, as ações preveem qualificação social, além da profissional com noções de ética, cidadania e direitos, buscando o desenvolvimento do cidadão.

Conclui-se que a adaptação da qualificação às mudanças do trabalho faz emergir um novo modo de qualificação que passa por reconfigurações e reestruturações em comparação ao que se compreendia por qualificação profissional no início do século. Historia-se algo novo e diverso, incidindo em discussões e muitas divergências sobre o papel da qualificação profissional, tanto como parte da educação formal integral e continuada, como de sua concepção apenas para o trabalho.

Essas argumentações são diversas e paradigmáticas, e devido aos vários lugares que ela pode ocupar na agenda social e as muitas faces a que se pode atribuir a questão da qualificação profissional, iremos nos ater à qualificação para o trabalho, sem avançar na discussão sobre o papel da educação. Pochmann afirma que mesmo “com os esforços associados à educação e a formação profissional, o mundo do trabalho não consegue se distanciar dos sinais desiguais da profusão da estratégia de sobrevivência e da sofisticação da organização criativa da vida humana” (2007, p. 39).

Faz-se necessário destacar o caráter moldável que tem sido dado à qualificação por parte dos governos, de seus formuladores e executores e a busca pela adaptação às mudanças do trabalho de forma a atender às novas exigências do trabalho, procurando inserir as ações da política pública de qualificação ora dentro da educação, ora do trabalho, ora nas questões sociais, algumas vezes conectando-as em ações correspondentes e multidisciplinares. Essas tentativas talvez continuem sendo seu maior desafio, apesar de todas as mudanças e exigências, pois o modelo de qualificação parece estar sempre obsoleto com relação ao que o mercado demanda, visto que “as trajetórias de vida já não correspondem a uma linearidade mais ou menos previsível, as políticas públicas devem se pautar por uma maior flexibilidade e pela capacidade de dar respostas rápidas às necessidades dos cidadãos.” (CUNHA, 2005, p. 43).

Podemos considerar que os principais desafios das políticas públicas de qualificação são:

- sua adaptação às mudanças do trabalho, buscando sanar as necessidades mais prementes dos trabalhadores em sua jornada pelo trabalho e emprego; e,
- a criação de estratégias que possibilitem ao trabalhador condições de acompanhar as mudanças e não visem apenas o discurso da empregabilidade.

Visto que o emprego formal tem diminuído e também a estabilidade através dele “na verdade estamos em uma era em que fenece o emprego e vai renascendo o trabalho.” (PLANFOR, 1999, p. 07).

As políticas públicas de qualificação devem, portanto, proporcionar ao trabalhador, meios e conhecimentos que lhes permitam ter uma visão ampliada do mundo do trabalho, das possibilidades e desafios, tanto para os já atuantes que precisam se “reciclar” quanto os novos. Os jovens são os que mais enfrentam dificuldades para ingressar no mundo do trabalho cheio de incertezas e instabilidade, com pouca ou nenhuma clareza do que se pode fazer no futuro, pois a visão empresarial liberal parte do princípio de que a produtividade do jovem é inferior a do adulto e, por isso, seria preciso oferecer compensações ao empregador para a contratação de um trabalhador jovem (POCHMANN, 2007). Tais mecanismos pressupõem contratos de experiência, de estágios, de aprendiz, entre outros, incidindo em custos menores ao empregador e redução dos encargos sociais. Nessas circunstâncias, devem as políticas públicas, então, enfatizar não apenas a qualificação, mas também a geração de trabalho.

Educação profissional certamente não cria empregos. E pode ser um desperdício, formando “qualificados desempregados”, caso não tenha o foco mencionado (tanto no mercado quanto na clientela). E, sobretudo, da constituição do cidadão produtivo, sem o qual nenhuma economia se torna moderna e competitiva, nem a sociedade se faz mais aberta e igualitária. Pois a educação profissional, se de um lado aprimora o desempenho técnico, também alarga a competência coletiva necessária à melhoria da qualidade de vida das populações. (PLANFOR, 1999, p.11)

Estas questões trazem a tona, a centralidade do papel do Estado enquanto formulador e mantenedor das políticas públicas, principalmente enquanto Estado democrático e regulador. Nesse sentido,

Somente com uma melhor compreensão acerca das condições de produção e reprodução do trabalho nos dias de hoje é que as políticas públicas poderão alcançar efetividade e eficácia plena. Do contrário os esforços realizados podem prejudicar o que se pretende ajudar. (POCHMANN, 2007, p. 38).

Portanto, para elaboração de políticas de qualificação profissional, é necessário abandonar os modelos pré-estabelecidos de qualificação em grande escala e impessoal, passando a pensar no todo, levando em consideração as mudanças nas configurações do trabalho, nas novas demandas e os sujeitos, que devem ser o objeto principal na formulação das políticas.

1.3 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E AS MUDANÇAS NO TRABALHO

A política pública de qualificação profissional é considerada uma política social, pois busca garantir aos cidadãos o acesso a direitos básicos de cidadania e sobrevivência. A política social é usualmente definida pela teoria sociológica como o conjunto de atividades ou programas governamentais destinados a remediar as falhas do *laissez-faire*¹¹ (FIGUEIREDO, 1997, p.97). Wanderlei Guilherme dos Santos critica este tipo de definição e sugere que a política social é “toda política que ordene escolhas estratégicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente” (1986, p.05).

A definição passa obrigatoriamente pelo conceito do *welfare state*, ou Estado de bem-estar social, que segundo Draibe (1990), no âmbito do Estado capitalista é uma forma particular de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, afetando o nível de vida da população, no Brasil, esse projeto regulador possui característica corporativista e caráter compensatório. A autora versa que a política social se construiu no país primeiro através de planos emergenciais de combate a fome e ao desemprego e com as prioridades sociais. Seguida posteriormente, pela reforma do padrão brasileiro de bem-estar social, com objetivos de descentralização e integração de

11 A expressão *Laissez-faire* é utilizada como símbolo do liberalismo econômico e defende que o Estado deve intervir o menos possível na atividade econômica, deixando que as relações econômicas seja reguladas pelo mercado.

serviços e benefícios sociais que proporcionassem universalidade da cobrança de atendimento e uniformidade dos serviços.

Constituída historicamente de forma atomizada e sem proporcionar o atendimento integral, que é o cerne dos mínimos nacionais, a política social brasileira é apontada pela maioria dos estudiosos como de caráter compensatório, pois a falta de garantia de determinados direitos como educação de qualidade, acarreta má formação e pouca qualificação para o trabalho. Desse modo, programas de qualificação precisam ser criados para compensar tal perda e proporcionar novas oportunidades. Devido a esse caráter social e compensatório, as ações implantadas são pautadas pela vulnerabilidade dos que serão atendidos, ou seja, dos que não têm acesso a determinados bens e serviços e, portanto, se encontram socialmente em desvantagem.

Quanto aos programas de qualificação, apesar de todas as modalidades atenderem a públicos vulneráveis como adultos com baixa escolaridade, ou trabalhadores que precisam se “reciclar”, a prioridade tem sido dada à juventude devido ao grande número de jovens no país. Em 2010 os jovens representavam 41% da população que concorrem num mercado de trabalho cada vez mais exigente e com muita mão de obra disponível, tornando a qualificação um diferencial em suas vidas.

Observa-se, portanto, que devido às muitas mudanças nas configurações do trabalho, a qualificação profissional precisou se constituir enquanto política pública social, para atender a esse grande montante de pessoas em situação de vulnerabilidade, e como preparatório para as mudanças que ocorreram e continuam ocorrendo, principalmente em relação aos jovens que, dependendo de sua posição de classe, podem ser excluídos antecipadamente do mundo do trabalho.

Para desenvolvimento dessas questões relacionadas à juventude como público específico de políticas sociais, trataremos da construção do conceito de juventude e do desenvolvimento das políticas direcionadas para este público a partir da situação social da juventude brasileira e de como as mudanças no mundo do trabalho afetam particularmente os jovens.

2 O JOVEM COMO PÚBLICO DE POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Para tratar das políticas de qualificação de jovens, faz-se necessário abordar o conceito de juventude, que tem ganhado importância devido às conquistas e esforços dos movimentos sociais no reconhecimento dos jovens em todos os âmbitos sociais.

2.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO DE JUVENTUDE

O conceito de juventude ou de “juventudes” ¹² pode ser considerado um termo em construção, uma vez que muitos trabalhos buscam compreender esses novos atores, as mudanças nos comportamentos e no trato dos jovens, obtendo um novo destaque nas pesquisas, principalmente em políticas públicas.

Juventude é uma categoria sociohistórica, ou seja, construída socialmente e perpassada por diferentes compreensões (DAYRELL, 2007), deste modo, o conceito de juventude não teve o mesmo significado ao longo do tempo. A construção social da juventude se dá de maneira mais concreta a partir da emergência da modernidade, em um processo relacionado com a industrialização e enquanto produto das condições e demandas sociais impostas por estes dois contextos, tendo em vista a generalização do trabalho assalariado e o surgimento de novas instituições sociais (ROCHA, 2007). Também, e de forma associada, fatores como a mentalidade burguesa, a representação da família nuclear, entre outros, passaram a destinar diferentes funções sociais para cada fase da vida.

A juventude, enquanto uma fase vem sendo tratada como categoria que vai além dos critérios de idade, ou seja, como “uma etapa de transição que processa a passagem de uma condição social, mais recolhida e dependente, para uma mais ampla; um período de preparação para o ingresso social na vida adulta” (ABRAMO, 1994, p.75). Considerando os jovens como sujeitos de direitos, em condição

12 O termo juventude pode assumir significados distintos ao levar em conta as diversas condições, biológicas, sociais, culturais e demográficas, constituindo assim, diversas “juventudes”. Este tema é tratado por diversos autores como Touraine (1996), Abramo (1994), Bango (2003), Sallas (2008).

peculiar de desenvolvimento e levando em conta tanto os aspectos biológico, cognitivo e social, com vivências articuladas e múltiplas possibilidades, a juventude deixou de ser considerada apenas uma referência de idade,

A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais. (MELUCCI, 1997, p.13).

O conceito não é definido concretamente, pois as características podem variar em diferentes sociedades de acordo com o modo de vida de cada uma. Segundo Pierre Bourdieu as categorias de juventude, bem como de velhice não são “dadas”, mas “construídas socialmente”, extraíndo as consequências decorrentes para dizer que a “idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” e que falar dos jovens como se fossem uma “unidade social” homogênea e com interesses comuns, constitui-se em uma “manipulação” (1983, p.113). Na mesma perspectiva Touraine afirma que “juventude não é uma categoria social, mas uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que a sociedade tem de si mesma” (1996, p.2).

Porém, para que os jovens sejam caracterizados como público de políticas é importante criar a noção de pertencimento a uma categoria, e se tenham definidos aspectos que identifiquem e institucionalizem tal categoria, garantindo identidade a esses sujeitos. Segundo a UNESCO, a institucionalização visa respeitar esses diferentes modos de construção enquanto categoria social, que existe como representação sociocultural e situação social, com suas múltiplas determinações culturais, econômicas, de gênero e étnicas, assumindo significados distintos. (UNESCO, 2004).

No Brasil o documento *Política Nacional da Juventude – Diretrizes e Perspectivas*, publicado em 2006, afirma que

Ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso – por opção ou por origem – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos/das jovens. (BRASIL, 2006).

A Secretaria Nacional e o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVÉ, adotam a faixa que compreende dos 15 aos 29 anos para designar a juventude (IPEA, 2008, p.12). Já na Europa, alguns indicadores trabalham com a idade máxima de 32 anos para determinados fins, reafirmando a maleabilidade desse conceito, pois é necessário levar em conta, além de questões culturais, a perspectiva de vida e mesmo questões do mundo do trabalho.

Em países emergentes, como o Brasil em que a expectativa de vida aumentou em 25,4 anos, de 1960 a 2010, ao passar de uma média de 48 anos para 73,4 anos¹³ gerou, conseqüentemente, o adiamento da aposentadoria bem como a extensão da juventude. Isto é, em muitos casos, um adulto com 30 anos de idade ainda está em fase de formação e sequer ingressou no mercado de trabalho. Desse modo, questões como a expectativa de vida, condições de trabalho e também questões culturais influenciam para a construção e as mudanças no conceito de juventude.

Para além da categorização, no Brasil a juventude tem sido tratada como público de políticas de garantia de direitos que, através da representação dos movimentos sociais se fortaleceram muito nas últimas décadas. Segundo o CONJUVÉ, a noção de jovens como sujeitos de direito surge com o reconhecimento e a valorização da diferença e das identidades coletivas, portanto o reconhecimento dos direitos da juventude envolve seu desenvolvimento integral atendendo os direitos civis e sociais. Assim, a construção de políticas públicas contribui ativamente para novas formas de representação (SPOSITO e CARRANO, 2003).

De acordo com a institucionalização e o crescimento de políticas públicas voltadas para a juventude, que ajuda a definir essa construção social, iremos nos ater aos dados considerados pelos órgãos de pesquisa e gestão no Brasil - IPEA e CONJUVÉ -, que trabalham com a faixa etária de 15 a 29 anos, a mesma dos programas de qualificação profissional, e abordaremos a questão da construção social ao longo do próprio trabalho.

13 IBGE – Censo 2010

2.2 HISTÓRICO DOS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS

A trajetória dos programas de qualificação profissional no Brasil se dá de acordo com o contexto histórico e político do país. As primeiras ações foram registradas a partir da constituição de 1937, quando o “Estado Novo”, personificado em Getúlio Vargas, dava início à industrialização e à normatização dos princípios trabalhistas consolidando-os na CLT¹⁴. Nos anos de 1960 ocorreram profundas transformações no país que antes agrário, tornou-se industrial. A qualificação dos trabalhadores era voltada para operar máquinas e desenvolver tarefas com habilidades e produtividade, sendo essa qualificação uma necessidade premente das indústrias para competirem economicamente. Nesse contexto competia somente ao SENAI e ao SENAC¹⁵ estabelecer os ofícios e ocupações que eram objetivo da aprendizagem.

O processo de industrialização e crescimento se alastrou pelas décadas de 1940 até 1980 e as mudanças resultaram em desregulação econômica, concorrência acirrada intercapitalista e diminuição da influência do Estado no controle dos preços, aliados à tecnologia da informação e mudanças na posição das empresas em relação ao mercado, bem como na seleção do perfil dos trabalhadores, diminuindo a quantidade de postos de trabalho. Esse processo se agravou e se concentrou na década de 1990, que teve como marcos a globalização, a flexibilização do emprego (TOLEDO, 1997) e o ajuste contínuo às novas formas de trabalho.

O desemprego se configurou ao longo dos anos 1990 como um dos mais graves problemas sociais do país (e do mundo). Trata-se do agravamento de um quadro já dotado de características histórico estruturais: a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho, com alto grau de informatização e precariedade nas relações de trabalho. (AZEREDO, 1998, p.125).

Esse processo gerou insegurança nos trabalhadores devido à diminuição das contratações, da seleção do perfil dos trabalhadores pelas empresas e a concorrência acirrada, além da diminuição das remunerações para funções

14 Consolidação das Leis trabalhistas – Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

15 SENAI e SENAC fazem parte do Sistema S, formado por organizações e instituições referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas. As instituições do Sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo.

consideradas especializadas e que se tornaram indispensáveis como a informatização. As empresas deixaram de contratar para ensinar e passaram a exigir previamente o conhecimento, diminuindo também as perspectivas de ascensão de carreira. Os trabalhadores que tinham condições recorreram à especialização em diversas áreas tornando-se profissionais superqualificados, cujos custos para se manter atualizados é muito alto, mesmo com melhores salários. Como a maioria dos trabalhadores não possuía recursos para se qualificar e para tentar minimizar as inseguranças e garantir lugar no mercado de trabalho, foram implantadas ações de educação profissional sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Ministério da Educação através do Plano Nacional de Formação do Trabalhador - PLANFOR em 1996.

O PLANFOR foi instituído através da resolução nº126/96 do CODEFAT e pode ser considerado a primeira ação de política pública preocupada em promover inserção profissional, visando a melhoria de vida da população, não somente atendendo o interesse empresarial, como foram os programas de qualificação anteriormente executados. A qualificação oferecida pelo PLANFOR era direcionada para muitas áreas, desde agroindústria e serviços pessoais com os maiores índices de qualificação, até qualificação para áreas do comércio, esporte, serviços, administração pública, entre outros.

O programa era orientado pelas diretrizes de participação, descentralização e fortalecimento da capacidade de execução local através dos Planos Estaduais de Qualificação – PEQs, que propunham metodologias locais de acordo com as especificidades regionais. Esses planos já previam adequações para o público jovem que viria a buscar inserção no mercado de trabalho.

O perfil dos atendidos era, preferencialmente, aquele em situação de vulnerabilidade social, em função de atributos ou condições que implicassem em desvantagem ou discriminação no mercado de trabalho com alguma dificuldade de acesso a possibilidades de qualificação, entre elas:

- pobreza: considerando pessoas situadas no primeiro terço da distribuição da renda familiar per capita¹⁶;

16 A renda per capita pode ser considerada em subdivisões por faixa, no primeiro terço estão famílias que tem renda inferior ou igual de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, na segunda faixa estão os que possuem renda de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo e na terceira mais de 1 salário mínimo. (NOB/SUAS, 2005)

- escolaridade: pessoas com instrução inferior ao 1º grau (ensino fundamental), em especial até quatro anos de estudo (analfabetos absolutos ou funcionais);
- sexo: mulheres chefes de família;
- idade: jovens de 14 a 24 anos, em especial candidatos ao primeiro emprego e em situação de risco social;
- raça/cor: em especial pessoas de etnia afro-brasileira ou indígena, além de outras minorias étnicas que possam existir nas diferentes regiões;
- localização: moradores de periferias de áreas urbanas metropolitanas; e,
- necessidades especiais de visão, audição ou mentais (PLANFOR, 1999).

A execução era realizada por entidades de diferentes categorias, como universidades, sindicatos de trabalhadores e ONGs, além do Sistema S. No período entre 1996-1998, o PLANFOR atendeu cerca de 4,7 milhões de trabalhadores, tendo como perspectiva a inclusão da educação profissional na pauta das políticas públicas de trabalho e geração de renda.

Em relação à qualificação de jovens, os critérios eram definidos em parceria com o programa Comunidade Solidária¹⁷ e o viés voltado para qualificá-los era dividido em três vertentes: a primeira atendendo adolescentes com cursos de duração média de 200h e meta de 100 mil treinados por ano. A segunda era o Serviço Civil Voluntário – SCV, para jovens a partir de 18 anos em situação crítica de pobreza, como oportunidade de profissionalização. O SCV tinha duração de 6 a 8 meses, orientado pela Secretaria de Direitos Humanos com meta de 50 mil jovens ao ano. A terceira vertente era voltada para jovens empreendedores e visava qualificação de recém-formados em cursos técnicos ou superior para montagem de empreendimentos, com meta de 100mil jovens por ano.

Em paralelo ao PLANFOR, o MTE propôs o Programa Especial de Trabalho Educativo, que buscava garantir que os jovens de 14 a 18 anos estivessem frequentando a escola básica e profissionalizante, associada à inserção no mercado de trabalho. Previam jornadas diárias de quatro horas em empresas e

17 O “Comunidade Solidária” foi um programa federal criado em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso através do decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995. O programa foi presidido pela então primeira-dama do país Ruth Cardoso e instaurou um novo tipo de mobilização social no Brasil, articulando recursos do Estado, da iniciativa privada e do setor privado sem fins lucrativos (Terceiro Setor), com projetos para a qualificação profissional, a inclusão digital e abertura de novas vagas de emprego e foi encerrado em dezembro de 2002, sendo substituído pelo programa “Fome Zero”.

salário superior ao salário mínimo vigente por hora, benefícios como transporte e alimentação e dava como contrapartida benefício fiscal para as empresas contratantes. Anos depois, esse programa veio a se consolidar como Programa Nacional de Estimulo do Primeiro Emprego – PNPE e passou a ser regido pela lei nº 10.748/2003.

O PNPE era um programa com ações dirigidas à promoção da inserção de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho e elevação da escolaridade, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, especialmente, promover a inserção de jovens e prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas.

Com características muito próximas a do PLANFOR, o PNPE era dividido em modalidades: os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ); o Empreendedorismo que visava capacitar jovens para constituir seu próprio negócio; a Subvenção Econômica que concedia incentivos financeiros para empresas que participassem do programa; Jovem Aprendiz colocando os jovens como aprendiz nas empresas; E o Juventude Cidadã, que foi a modalidade de maior sucesso¹⁸ em critérios de formação e procura, devido a suas características de contra turno e formação alongada durante cerca de seis meses.

Os programas de qualificação profissional para jovens desde as primeiras ações tinham os mesmo objetivos, mas com ênfases diferentes. Todos visavam qualificação profissional e capacitação para o mundo do trabalho, mas as ações do PNPE, por exemplo, tinham também a pretensão de criar postos de trabalho, como se observa na lei:

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica à geração de empregos destinados a jovens que atendam aos requisitos fixados no art. 2º desta Lei.

§ 1º Os empregadores que atenderem ao disposto no art. 4º terão acesso à subvenção econômica de que trata este artigo no valor de:

I - até seis parcelas de R\$ 200,00 (duzentos reais) por emprego gerado, para empregador com renda ou faturamento inferior ou igual a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) no ano-calendário anterior;

II - até seis parcelas de R\$ 100,00 (cem reais), por emprego gerado, para o empregador com renda ou faturamento superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) no ano-calendário anterior.

18 O sucesso dos programas era medido pela taxa de inscritos e formados e não pelos resultados atingidos em inserção no mercado de trabalho.

§ 1º Os empregadores que atenderem ao disposto no art. 4º-A desta Lei terão acesso à subvenção econômica de que trata este artigo, no valor de 6 (seis) parcelas bimestrais de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por emprego gerado. (Lei 10.748/2003).

As ações do PNPE previam principalmente:

- A promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização;
- O fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda;
- A criação de postos de trabalho para jovens, ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; E,
- A qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

No entanto, a falta de resultados comprovados do PNPE mostrou que a inserção do jovem não depende unicamente de superação do preço da mão de obra, com oferecimento aos empregadores de subvenção econômica por emprego gerado. Posteriormente, algumas de suas ações como o Juventude Cidadã e o Empreendedorismo passaram a constituir modalidades do Projovem.

As políticas públicas de emprego, que foram implantadas nesse contexto, possuíam caráter reativo diante do quadro de crise estrutural do emprego e como consequência da opção por uma política macroeconômica. “As as ações eram marcadas por inúmeras fragilidades, particularmente pela incapacidade de atuarem de maneira efetivamente articulada.” (SAUL; FREITAS, 2007, p. 44). A partir de 2003, houve mudanças e renovação dos programas, com a criação de novos eixos de atuação e as ações foram expandidas de forma globalizante envolvendo diversas dimensões da formação sendo então afirmadas como direito social, principalmente as que visavam qualificação de jovens, algumas ligadas ao MEC, outras ao MTE e MDS¹⁹.

O programa Escola de Fábrica vinculado ao Ministério da Educação, instituído pela MP nº 251/05 convertida na Lei nº 1180/05 apresentava as seguintes características: era destinado a adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, que estivessem matriculados na rede pública regular de ensino ou na modalidade de educação de jovens e adultos. A execução podia ser realizada por unidades gestoras de

19 Existem ainda, outros projetos como “soldado cidadão” ligado ao exército brasileiro e PROTEJO ligado ao Ministério da Justiça, mas que fazem atendimentos pontuais em suas áreas.

qualquer órgão ou ainda entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista e/ou qualquer esfera do governo, inclusive instituição oficial de educação profissional ou tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos com experiência nesta área.

A prioridade era dada para jovens do ensino médio com concessão de bolsa auxílio de R\$150,00 durante seis meses. Através de atividades teóricas e práticas em módulos que contemplavam a formação profissional inicial e o apoio à educação básica, previa-se um estágio obrigatório dentro de empresas parceiras na área de formação. Objetivando uma formação de profissionais com perfil mais técnico e produtivo, baseava-se no desenvolvimento de habilidades específicas para uma única função, principalmente na área da indústria e que atendesse a demanda do mercado de trabalho. Posteriormente, o projeto Escola de Fábrica também foi revertido para o Projovem na modalidade Projovem Urbano.

O Projovem “original” foi Instituído pela Lei nº 11.129/2005 visando a elevação da escolaridade e a profissionalização de jovens que tivessem concluído a quarta série, mas com ensino fundamental incompleto e não possuísem vínculo empregatício. Ao ser instituído, o programa mudou o foco da qualificação profissional que vinha vigorando até aquele momento. Seu caráter emergencial e experimental visava qualificação profissional e certificação da conclusão do ensino fundamental. A oferta de qualificação profissional era voltada para estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. O programa tinha duração prolongada de até dois anos e oferecia auxílio financeiro para o jovem em até 12 parcelas de R\$ 100,00. Assim, o foco do programa era preparar o jovem para atividades produtivas ou ações autônomas geradoras de renda, visto que os jovens em idade elevada, de 18 a 24 anos, ainda estariam concluindo o ensino fundamental.

O Projovem “original” foi alterado pela MP nº 411/2007 conjugando a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e do Ministério da Educação. Em 2008 passou a ser regido pela lei nº. 11.692/2008 que atribuiu sua gestão, além dos ministérios citados, a Secretaria Geral da Presidência da República com esforços conjugados para execução das ações. Essa lei aprovou ainda a unificação de vários projetos - O Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao

Primeiro Emprego (Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã) e Escola de Fábrica nesse único programa: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. A partir dessa nova formulação o programa passou a atender a faixa etária de 15 a 29 anos e foi concebido em modalidades com objetivo de atender a maior parcela possível de jovens e permanece vigorando com esse mesmo formato.

O Projovem Adolescente – *Serviço socioeducativo* atende jovens de 15 a 17 anos de idade e não possui caráter de qualificação profissional, seus principais objetivos são:

- a) Criar mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária;
- b) Criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

O programa pode durar até dois anos, com ações de inclusão social através da convivência comunitária e ações de esporte e lazer. Oferece auxílio financeiro através de benefício variável em complementação ao programa bolsa família de acordo com a renda per capita dos membros da família²⁰.

O Projovem Urbano que abarcou programas como a Escola de Fábrica, SCV, entre outros, possui caráter de iniciação profissional, ofertando cursos

20 Lei 11.692/2008: Art 2º.

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 3 (três) benefícios por família;

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais).

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição:

I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e

II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II e III.

§ 5º A família cuja renda familiar mensal per capita esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º deste artigo receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos.

voltados para o mercado de trabalho para jovens de 18 a 29 anos que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental. O programa tem objetivo de elevar a escolaridade oferecendo certificação de conclusão do ensino fundamental. Visa também promover qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania na forma de curso. A carga horária do Projovem Urbano é de 2.000 horas, a serem cumpridas ao longo de 24 meses e a bolsa auxílio é de R\$ 100,00 podendo ser pagos até 20 benefícios ao jovem.

O Projovem Campo – *Saberes da Terra*, que também possui o mesmo caráter de iniciação profissional para jovens de 18 a 29 anos da agricultura familiar, proporciona a formação integral através de certificação do ensino fundamental em regime de alternância que respeite/valorize o calendário de produção agrícola, extrativista e pesqueira. A formação é direcionada para a produção rural familiar e tem duração de 18 meses dos quais poderão ser pagos até 12 auxílios financeiros também com valor de R\$100,00.

Já o Projovem Trabalhador – *Juventude Cidadã* atende jovens de 18 a 29 anos com caráter de inserção e/ou reinserção de jovens com idade profissional e previamente excluídos do mercado de trabalho. Visa preparar o jovem para o mercado ou para inserção em ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção. Também estimula a elevação da escolaridade, pois o jovem precisa estar matriculado no ensino básico fundamental ou médio para participar do programa, mas não oferece certificação escolar. A carga horária é de 350 horas e tem duração de até seis meses com auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 mensais. Nessa nova formulação, os cursos do Projovem são direcionados para diversas áreas, desde indústria e comércio até serviços, como podemos observar no ANEXO A desta dissertação.

Os programas atenderam em torno de 685 mil jovens entre 2007 e 2008 e foram ampliados, posteriormente, para suprir as expectativas de um público com uma demanda social crescente por qualificação e inserção profissional, visto que o Brasil tinha 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos no ano de 2010, dos quais 34 milhões estavam entre 15 e 24 anos e, nessa faixa etária se encontrava a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, compondo os indicadores de maior

número de mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade²¹.

Esses programas se concretizam como políticas públicas sociais em resposta à garantia de direitos da criança e do adolescente. Determinada na legislação brasileira pela universalidade dos direitos sociais para a faixa etária de zero a 18 anos e, entre eles, o direito à vida, à saúde, à educação, ao trabalho e à convivência familiar e comunitária, no aspecto de efetivação da cidadania. O art. 227 da carta magna prevê como dever

...da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação a **educação a profissionalização**, a cultura a dignidade a respeito, a liberdade e a convivência familiar e a comunitária além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988). **(grifo nosso)**

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.906 de 13 de julho de 1990), a responsabilidade pela profissionalização do adolescente passou a ser, além da família, também da sociedade e do Estado.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9394 de 20 de dezembro, estabeleceu as bases da educação no país, e em seguida foi alterada pela Lei nº 11.741 de 2008, que incluiu a educação profissional em seu conteúdo como parte da educação. O artigo nº 39 da LDB dispõe que a educação profissional e tecnológica abrangerá os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, inclusive pode ser desenvolvida junto com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, reforçando, assim, a importância da qualificação profissional.

Nessa mesma perspectiva surge a Lei da Aprendizagem nº 1.097/2000, que traz novas expectativas para o advento da aprendizagem, referido na Consolidação das Leis Trabalhistas há mais de 50 anos. A lei da Aprendizagem incorporou à CLT a doutrina da proteção integral aos adolescentes, de forma a aperfeiçoá-la e torná-la compatível com a necessidade de milhões de adolescentes (FONSECA, 2009) através de ações afirmativas e incentivos fiscais para as

21 Dados da Secretaria Nacional de Juventude.

empresas. Sob tal perspectiva, “mais do que uma ação formativa de conteúdo técnico, visando tão somente uma inclusão produtiva, a qualificação deve orientar-se para a busca de uma inclusão cidadã”. (SAUL e FREITAS, 2007, p.55).

O objetivo principal dos programas é, em sua essência, aumentar a empregabilidade dos jovens, além de reintegrá-los ao processo educacional, garantir acesso a ações de cidadania, inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer. Até a década de 1990, as políticas para a juventude desenvolvidas no Ministério do Trabalho e Emprego atendiam aos mesmos princípios que norteavam todas as ações voltadas à qualificação profissional e intermediação de mão de obra dos possíveis beneficiários do Sistema Público de Emprego.

Para auxiliar no atendimento da demanda, em 2004, foi criado no MTE o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude – DPJ, com objetivo de atuar na promoção de mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda nesse segmento geracional. Dedicado inicialmente ao desafio de inserir jovens entre 14 e 24 anos de idade, com baixa renda familiar e baixa escolaridade no mercado formal de trabalho, em 2008, o DPJ adaptou algumas das ações de qualificação de jovens aos moldes da Política Nacional da Juventude, enfatizando o papel do jovem:

- enquanto pessoa, na busca de crescente autonomia no exercício de seus direitos e de sua liberdade;
- enquanto cidadão, consciente da importância do papel indispensável da juventude e da necessidade da sua efetiva participação no aprimoramento da democracia, na defesa dos direitos civis, políticos e sociais e no exercício da solidariedade para a mudança social;
- e, enquanto trabalhador, qualificado social e profissionalmente para a inserção ativa e cidadã, no mundo social e do trabalho. (MTE, 2008)

A política implantada pelo Governo Federal objetivava unificar as ações ministeriais e otimizar os resultados, visando romper definitivamente com o círculo vicioso, seletivo e excludente da baixa escolaridade aliada à ausência de qualificação social e profissional dos brasileiros nessa faixa etária. A unificação em 2007, com adequação do DPJ em 2008, resultaram na desfragmentação das ações de cada ministério colocando todas as ações governamentais sob a denominação

do PROJOVEM, gerido pela Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com os ministérios que executam os programas²². Esses foram os principais programas desenvolvidos com ações de caráter social voltadas para jovens, constituindo uma trajetória de mais de 15 anos de ações e investimentos inferidas a esse público.

Entre os anos 2000 – 2010 as políticas voltadas para a qualificação e inserção de jovens no mundo do trabalho foram fortemente ampliadas e continuam sendo executadas como demanda social em resposta do Estado às necessidades sociais de novos sujeitos jovens e “adultos-jovens”. A demanda por empregabilidade é grande e os postos exigem cada vez mais qualificação mesmo para tarefas simples²³.

O que podemos observar é que o trabalho sofreu mudanças e a própria categoria foi se diversificando, desvinculando os termos trabalho e emprego²⁴. Desse modo, ressaltamos duas fases da educação profissional no Brasil: primeiro, para garantir operários que produzissem para o desenvolvimento do país, com formação técnica sólida e disciplina; e a fase pós-crise do trabalho, em que a instituição da educação profissional se consolida nas políticas públicas de geração de trabalho e renda.

O retorno da oferta de postos de trabalho e regulação da economia, nos anos 2000, e as mudanças no mundo do trabalho com exigência por mão de obra mais e melhor qualificada fizeram com que o Governo Federal passasse a oferecer qualificação em grande escala, buscando equilibrar a relação oferta/demanda de mão de obra, frente às vagas de emprego que exigem cada vez mais conhecimento e adaptação a diferentes tarefas.

No Brasil a qualificação de jovens se dá em escala de milhões, mas a taxa de desemprego entre jovens ainda permanece elevada em relação ao índice geral de desemprego. Entre 2005 e 2012, realmente houve diminuição dessa taxa geral de 19,4% para 10,5% (SARRES, 2012). Ainda assim, o desemprego entre jovens

22 Decreto nº 6.629 de novembro de 2008: o “Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo” será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome, O Projovem Urbano e o Projovem Campo- Saberes da Terra pelo Ministério da Educação, e o Projovem trabalhador pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

23 Após os anos 2000 as demandas para cursos em áreas que não exigiam esse tipo de qualificação como pedreiro, serviços domésticos, arrumadeira, serviços pessoais, entre outros, foram incluídos no rol das políticas de qualificação, buscando garantir a empregabilidade.

24 A respeito das mudanças na caracterização do trabalho ver ANTUNES, R. (2001).

de 15 a 24 anos é em média três vezes maior que entre adultos de 30 a 59 anos (CARNEIRO, 2012).

Sendo assim, há de se questionar a efetividade da qualificação para inserção profissional e suas relações com as mudanças no mundo do trabalho, principalmente levando em consideração o cenário do mercado de trabalho flexível, no qual as qualificações tornam-se rapidamente obsoletas. Procuramos compreender, enfim, quais são as possibilidades que a participação em programas de qualificação traz para os jovens, e o que pensam eles a respeito das perspectivas dos programas, quais seus objetivos pessoais com relação à participação e o que essa participação acarreta para suas vidas.

2.2.1 Situação social da juventude brasileira

Segundo projeções do IBGE, em 2009 os jovens brasileiros entre 15 e 29 anos representavam 25,5% da população brasileira, ou seja, um total de 49,7 milhões de pessoas. Desse percentual, 83,3% moravam em áreas urbanas e 16,7% no campo, estando a juventude brasileira concentrada predominantemente em áreas urbanas. Segundo o relatório “Trabalho Decente e Juventude” da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2009, a taxa de jovens brancos que possuíam apenas entre cinco e oito anos de estudo era de 29,5% e 39,7% dos jovens negros. Mais de 13% dos brancos tinham 12 anos ou mais de estudo, enquanto apenas 3,7% dos negros possuíam esse grau de escolaridade²⁵. Segundo a PNAD 2009, a proporção de jovens fora da escola cresce de acordo com a faixa etária, pois entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 15,9% estavam fora da escola, enquanto havia 64,4% na faixa etária de 18 a 24 anos e 87,7% entre 25 e 29 anos na mesma condição. Já o desemprego entre os jovens com idade entre 21 e 29 anos passou de 5% para 11% nos anos de 1997 e 2007 e atingiu o pico de 19% entre os de 15 a 24 anos em 2005. Além disso, cerca de 50% dos jovens entre 18 e 24 anos trabalhavam sem carteira assinada, mas as maiores desigualdades no trabalho prevalecem ainda em termos de cor, raça e etnia e local de moradia (IPEA, 2011).

25 O estudo considerou como população negra o total de pessoas pardas e pretas.

Nesse sentido, é importante levar em consideração as diferenças entre os próprios jovens, “a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda e das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade”. (NOVAES, 2008, p.47). Trata-se, portanto, de diversas “juventudes”, e um público não homogêneo. Desse modo, os programas de qualificação profissional visam atender a parcela dos jovens que está em situação de vulnerabilidade, principalmente em termos de renda, baixa escolaridade, raça e informalidade no trabalho.

A concepção do Projovem Original em 2005, deu-se em um período em que cerca de 17% do total de jovens entre 18 e 24 anos, nas dez maiores Regiões Metropolitanas do Brasil, tinham entre quatro e sete anos de escolaridade, isto é, haviam concluído a 4ª série do ensino fundamental, mas não haviam concluído a 8ª série, e 81,6% do contingente de jovens não tinham carteira assinada, esses foram fatores que ajudaram a definir os critérios para inserção no programa. O Programa Escola de Fábrica, também definia seus critérios por renda e escolaridade, pois os jovens deviam ter entre 16 e 24 anos e estarem matriculados na rede pública regular do ensino básico, além de terem renda per capita de no máximo um salário mínimo e meio.

Os programas concebidos para buscar minimizar a desigualdade social tem o objetivo de atender o público vulnerável às adversidades, ou seja, os “mais vulneráveis entre os vulneráveis”²⁶, considerando que os jovens estão mais suscetíveis à violência e as dificuldades no mundo do trabalho, entre outros fatores que os remete a tal situação. O termo de referência do Projovem afirma que o programa foi concebido com a seguinte finalidade:

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem foi concebido pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. O programa permitirá que os jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, inserção no mundo do trabalho, esporte, cultura e lazer. (MTE, 2012).

26 Os “mais vulneráveis entre os vulneráveis” significa que a condição de jovem já é considerada de vulnerabilidade por estarem mais suscetíveis à violência, às drogas, ao desemprego, entre outros, ou seja, devido ao seu estado de desenvolvimento e passagem para vida adulta. Os mais vulneráveis, portanto, são os que além desses fatores se encontram em situação de desigualdade como baixa escolaridade, pobreza e/ou risco social.

A seleção dos jovens atendidos se dá pelo contexto social de exclusão vivida por eles e busca fornecer algumas oportunidades, mas o âmbito de igualdade está ainda muito distante, pois algo que começa a partir da seleção e exclusão não pode garantir igualdade e inclusão social, e não é capaz de ir além da inserção, conforme argumenta Alba Zaluar:

Percebe-se que essa inserção da juventude nas políticas públicas está caracterizada pelo negativismo e determinismo e giram em torno da contradição entre criminalidade e inserção social, descartando qualquer possibilidade de participação ativa e de escolhas. (1997, p. 26).

Ressaltando que consideramos a diferença entre inclusão e inserção, consideramos que na inclusão existe o fator reconhecimento mútuo do indivíduo com a sociedade, dando-lhe a perspectiva de cidadão; já a inserção apenas pode colocá-lo no meio social, mas não necessariamente cria condições para que o mesmo se sinta parte - no sentido de pertencimento desse ambiente social.

A concepção através da exclusão desvirtua o caráter universal que deve conduzir as políticas públicas, é preciso, portanto, buscar alternativas para sua execução que não sejam baseadas apenas na exclusão, mas em outras muitas características das necessidades pessoais dos cidadãos.

2.3 O RECONHECIMENTO DO JOVEM ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A priorização de jovens nas políticas públicas é bastante recente, intensificando-se a partir dos anos 1990 com um esforço na construção teórica acerca do tema da juventude. Com a declaração do Ano Internacional dos Direitos da Criança em 1979, a Organização das Nações Unidas – ONU passou a propagar um fecundo discurso sobre a infância e a juventude, principalmente no que se refere ao seu potencial para o desenvolvimento do futuro da humanidade. Com isso, pretendia também potencializar políticas públicas voltadas a esse segmento social. Neste momento histórico, mais especificamente a partir da década de 1990, para dar conta dessa demanda surgem e se intensificam as políticas públicas de qualificação, com esforço próprio voltado para o público jovem.

No Brasil, as condições de produção ditaram as mudanças nas relações de emprego e do mercado de trabalho, a passagem da linha de produção para os

trabalhos especializados demandou mão de obra qualificada e especializada. Surgiu então, a necessidade de capacitar os trabalhadores de todas as idades e áreas, mas com esforço próprio para os jovens visto o grande número de mão de obra precocemente excluída do mercado de trabalho. Nesse contexto, o desemprego passa a ser atribuído ao trabalhador, exigindo sua adequação às novas exigências do mercado de trabalho e não somente a escassez de postos de trabalho. (BAPTISTA, 2004).

A partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, as crianças e adolescentes passam a se constituir como sujeitos de direito, por lei e sob proteção do Estado, tendo preferência na formulação e execução de políticas públicas sociais conforme seu Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990).

Com o ECA, os movimentos sociais continuaram a reivindicar ações específicas para o público jovem que abrangessem uma parcela de maior faixa etária, não considerando apenas adolescentes de 12 a 18 anos como prevê o estatuto supracitado, mas atendendo até os 24 anos. Após conquistas desses movimentos, o atendimento através da política nacional de juventude passou a ser para jovens de 15 a 29 anos.

A implantação da Política Nacional de Juventude se deu devido às reivindicações desses variados movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil, de iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal, materializando-se na consolidação do Conselho Nacional da Juventude, criado em 2003 e da Secretaria Nacional da Juventude. Essas ações refletem o empoderamento de novos atores sociais, na busca pelo reconhecimento social e pelo fim das desigualdades sociais (PIZZIO, 2008).

O conceito de reconhecimento é objeto de discussão na teoria sociológica. Para Nancy Fraser, é uma categoria que se refere ao *status* social, pois não ser reconhecido significa estar subordinado socialmente. A subordinação se expressa na forma como a injustiça priva certos grupos de participar igualmente na vida social, portanto, o reconhecimento requer políticas que promovam as pessoas

injustiçadas ao *status* de membro integral da sociedade. Segundo a autora, o reconhecimento exige “remédios” econômicos e culturais de modo a combater a má distribuição e as interpretações distorcidas e humilhantes que certas comunidades sofrem (FRASER, 2006).

O reconhecimento desses atores sociais vai além da inclusão no mundo do trabalho; ele passa pela criação da identidade do indivíduo como parte do todo, como membro da sociedade com direitos e oportunidades iguais. Para Honneth, os indivíduos padecem em sua dignidade por não terem concedidos para si os direitos morais e as responsabilidades de uma pessoa legal e plena em sua própria comunidade. O *status* de pessoa, ou sua honra e dignidade, corresponde ao grau de aceitação social de uma dada sociedade para com o indivíduo e de acordo com a hierarquia de valores sociais, ou seja, se essa for estruturada de modo a determinar um grau de inferioridade sobre suas convicções e estilo de vida, a pessoa é impedida de atribuir valor social às suas habilidades (HONNETH, 1992).

O papel do Estado é fundamental para os que lutam por reconhecimento, ele busca nivelar a diferença entre os indivíduos, determinando as funções individuais e funcionando como protetor, pois “o nível de integração do Estado, tem mais do que qualquer outro nível da identidade do nós [...]. Ele tem a função só para a consciência da maior parte das pessoas que pertencem ao Estado” (ELIAS, 1990, p.232) A função de protetor se dá por meio das entidades de assistência social procurando manter o equilíbrio das relações, exercendo, portanto o papel de unidade de sobrevivência principal, indispensável e permanente aos indivíduos. Para Elias, “O ser humano singular se vê sob exclusão de forma física, inserido numa competição, regida por regras muito severas por um lado e por outro bastante abrangente por oportunidades [...] são vistas como valiosas e desejáveis” (1990, p.167).

A inserção representa uma modalidade de existência social, um *status* intermediário. Segundo Robert Castel, a inserção social tenta realizar uma “socialização secundária” dos indivíduos em situação marcada pela instabilidade e incerteza do amanhã, que atestam para vulnerabilidade de massa, os “inúteis para o mundo”. A socialização secundária se dá no apoio do Estado ao oferecer medidas de inserção como a qualificação e definição de tarefas. Se a pessoa pode se reconhecer como indivíduo pode existir como pessoa privada, porém o que a

define como indivíduo é o *status* profissional e este é público e coletivo (CASTEL, 1998, p.601).

O Estado precisa dar conta de uma demanda levantada por esses novos atores em diversas formas de reconhecimento que passam pela diversidade, liberdade e igualdade de direitos, não sendo possível pensar somente em jovens pobres para elaboração das políticas, mas estreitar as relações entre reconhecimento e desigualdade social.²⁷ Contemporaneamente,

Podemos observar um desafio tanto para o entendimento da realidade quanto para a proposição de políticas públicas: a complexidade social nos remonta não mais a um tipo de enfrentamento da questão social, mas sim, à consideração da diversidade tanto de grupos quanto de realidades. (COSTA, & LEWTCHUK, 2008, p.6)

Ao criar novos incluídos criam-se também novos excluídos, já que as políticas não conseguem ser universais, uma vez que “os processos de mudança que permeiam a sociedade contemporânea, impulsionam também mudanças no arcabouço teórico e conceitual que modela a maneira como vemos as relações do Estado nacional com o mercado e a sociedade” (REIS, 2003, p.1). Desse modo, novas categorias criadas geram novas demandas e ações para as políticas sociais. Nesse sentido, Sposito e Corrochano (2005) afirmam que para um campo importante de atores, os jovens teriam satisfeitas suas principais demandas no âmbito das políticas setoriais, sendo desnecessário qualquer recorte que os privilegiasse como destinatários específicos de ações públicas ou governamentais e, em outro extremo, estariam as políticas da juventude como ações com um foco claro, sendo destinadas apenas aos jovens em “situação de exclusão social” ou em condições de “vulnerabilidade”.

Mesmo com os avanços, os programas de qualificação profissional ainda são direcionados a uma parcela da população em situação de exclusão, juntamente com outros referentes à raça, cultura, sexo, condições físicas, psicológicas, entre outros, pretendendo promover o avanço na condição de reconhecimento desses segmentos, diminuindo as diferenças na busca por oportunidades. Nesse caso específico das políticas de qualificação profissional, a exclusão passou a designar desempregados e populações em situação de risco

27 Sobre a questão de desigualdade e reconhecimento ver COSTA, J. & SOARES, S. (2009).

social, porém, do ponto de vista da educação esses programas estabelecem um movimento contrário aos objetivos propostos por força de políticas públicas conduzidas na direção da democratização, que aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas se precarizam os processos educativos resultam em simples oportunidade de certificação que não asseguram nem inclusão nem permanência do jovem no mercado de trabalho (KUENZER, 2006).

Apesar da lógica de discriminação, por atender uma parcela “desintegrada” da sociedade, as políticas de qualificação ainda são uma possibilidade na tentativa de suprir a grande demanda de jovens fora do mercado e/ou sua inserção precoce e precarizada, oferecendo qualificação e buscando abrir espaços de inserção para que os jovens tenham condições de almejar melhores postos de trabalho. Entretanto, apesar da ampliação dos programas e projetos é necessário que esses se consolidem como programas do governo federal, através de definição legal com destinação orçamentária para a execução das ações e deixem de ser ações fragmentadas e paliativas em constante mudança, para que não venham a acabar ou passar por grandes reduções.

É importante ressaltar que os programas de qualificação visam melhor preparação do jovem para seu ingresso no mercado de trabalho. Pochmann defende que a entrada dos jovens se dê o mais tardiamente possível no mercado de trabalho, por isso são necessárias políticas públicas que “financiem a inatividade”. Os programas, contudo, limitam-se à qualificação e elevação da escolaridade para busca de melhores empregos e salários, nesse objetivo oferecem bolsas-auxílio para garantir a participação e a não desistência do jovem antes da conclusão do curso, mas muito distante da perspectiva do autor, pois a duração média da qualificação é de apenas seis meses e as bolsas com valores ínfimos, como tratamos anteriormente.

Para que as políticas sociais se consolidem como programas de governo, é necessária uma resposta às necessidades mais expressivas da população, como é o caso do programa “Fome Zero” e sua principal ação, o “Bolsa Família”²⁸. Eles

28 O “Fome Zero” foi criado em 2003 em substituição ao “Comunidade Solidária” para combater a fome e as suas causas estruturais, consistindo em um conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda com condicionalidades para integrar e unificar o “Fome Zero” aos antigos programas implantados no Governo FHC: o “Bolsa Escola”, o “Auxílio Gás” e o “Cartão Alimentação”. Em

tiveram início como programas emergenciais e solidificaram-se respondendo a uma parcela muito grande da população em termos de redução da pobreza absoluta.²⁹

A consolidação de projetos como programas de governo se dá de acordo com a avaliação desses, em resposta às demandas que eles visam atender com a construção de indicadores sociais que representam a população atendida e as mudanças sociais que um programa é capaz de promover. Deste modo, é importante verificar quais são os critérios usados na avaliação de programas que se constituem como políticas sociais para compreender como ocorre sua consolidação, sendo especificamente esse o objetivo inicial desta discussão.

Em geral, são apresentados dados numéricos de alunos qualificados e dos investimentos nos programas, buscando dar uma resposta à sociedade frente aos altos índices de desemprego baixa escolarização e questões sociais como pobreza, violência e criminalidade, já que, principalmente na fase de maior ampliação dos programas entre os anos 2000 e 2008, a taxa de desemprego juvenil chegou a 22,6% entre os jovens de 15 a 17 anos, 16,7% entre 18 e 24 anos, e 9,5% entre 25 e 29 anos, enquanto era de 5% entre os adultos de 30 a 59 anos. (IPEA, 2012).

Os programas são voltados para a população mais vulnerável e acabam por reforçar a diferença e exclusão. Aqui, a inclusão se dá através da exclusão, pois os critérios de participação selecionam pela necessidade e vulnerabilidade, diferente de políticas universais como educação e saúde em que podem participar pessoas de todas as classes, independente da condição em que se encontram. Além do mais, a inserção mostrada nos indicadores diz respeito à inserção imediata em quaisquer áreas e não necessariamente a da qualificação, inclusive em trabalho temporários e comprovação de prestação de trabalho autônomo, ou formas de inclusão produtiva³⁰, conforme podemos observar no ANEXO B, ao final deste.

julho de 2011 a Presidente Dilma Rousseff lançou o Programa “Brasil sem Miséria” como uma reedição do programa Fome Zero.

29 A Situação de Pobreza absoluta é estar abaixo do rendimento mínimo e grave privação das necessidades básicas e possuir rendimento mensal de até R\$ 70,00 percapita na família. No Brasil em 2012 cerca de 16 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza absoluta.

30 Que pode se dar através do recebimento pelo aluno de um KIT de trabalho para prestação de trabalho autônomo.

Segundo o MTE, a partir do seu lançamento em 2003, as modalidades do PNPE atenderam a 574.076 jovens até o final de 2006, destes, apenas a modalidade “Jovem Aprendiz” atendeu 81.114 jovens. O programa Juventude Cidadã se destacou entre as modalidades do PNPE, desde sua criação até meados de 2008, formou mais de um milhão de jovens e colocou cerca de 800 mil no mercado de trabalho e, segundo os dados do próprio MTE, previa-se que até o final de 2009 mais 180 mil jovens receberiam formação.

Nas ações do Ministério da Educação, o Programa Escola de Fábrica teve início em setembro de 2005 com 11,4 mil jovens matriculados em 19 Estados, e até o final de 2006 havia formado 13 mil jovens. Ao mesmo tempo, o Projovem Original lançado em 2005 atendeu 202.193 jovens até outubro de 2007 (MTE, 2007). Já o Projovem Integrado atendeu cerca de 685 mil jovens entre 2007 e 2008; e para 2010 a meta foi de 1,3 milhão, chegando ao final do ano com mais de 2,4 milhões de jovens que concluíram os cursos ³¹.

Os investimentos correspondem ao número de qualificados. A avaliação da execução do Projovem 2010 mostrou a elevação dos investimentos em programas de qualificação entre 2008 e 2009, em que se passou de cerca de 494 milhões em 2008 para 664 milhões de reais com investimentos em todas as modalidades de atendimento. No ano de 2012, o investimento apenas no Projovem Adolescente superou a marca dos 200 milhões de reais, conforme figura 1.

31 Levantamento oficial do Projovem Urbano.

FIGURA 1 - REPASSES DO GOVERNO FEDERAL PARA AÇÕES DO PROJovem ADOLESCENTE ATÉ JUNHO DE 2012

Ações		Beneficiários/Metas		Repasse do mês jul/12	Repasse acum. até jul/12	Cobertura (Municípios)
CRAS	PAIF - Serviços de Proteção Social Básica à Família	5.210.471	Capacidade de Atendimento das Famílias	46.916.100,00	263.840.400,00	5.565
	Número de CRAS: 7.719 Cofinanciados: 7.447 Próprios: 272 Cobertura dos Cofinanciados: 5.565 Municípios					
Serviço de Equipe Volante		0	Quantidade de Equipes Volantes Cofinanciadas	0	27.504.000,00	1.037
Serviço de Convivência do Idoso e/ou Criança até 6 anos		7.000.021	Crianças e/ou Idosos e Suas Famílias	7.004.725,83	49.003.967,01	3.853
ProJovem Adolescente	22.301	Coletivos	53.313.846,00	200.375.065,50	3.439	
	557.525	Vagas				
	391.107	Jovens (Sisjovem)				
Total Proteção Social Básica				107.234.671,83	540.723.432,51	↗

FONTE: Diagnóstico do Projovem Urbano (2011/2012)

De 2007 até o final de 2010 o investimento total no Projovem chegou a 1,6 bilhões de reais e, apenas em 2011, o investimento foi de 1,3 bilhões de reais, um volume muito superior ao dos outros anos, com cerca de 400 mil jovens qualificados até o final do ano.

A expansão e a dimensão que as ações tomaram constituem muitos motivos para realização de estudos em diversas áreas a respeito das políticas de qualificação profissional, principalmente as do trabalho, políticas sociais, juventude, entre outras. Para compreender o lugar dessa agenda de pesquisa, levantamos estudos realizados visando considerar a importância dessas questões que compõe uma agenda social e política de reconhecimento e inserção social.

2.4 A PRODUÇÃO TEÓRICA A RESPEITO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS

A produção teórica na área de políticas públicas com eixo para qualificação de jovens vem se expandindo devido às muitas nuances que permeiam essa questão e a dimensão que as ações tomaram, constituindo-se em ações de políticas públicas que visam reduzir as desigualdades sociais e garantia de direitos. Observamos a importância do tema para diversas áreas de estudo que vem se

atentando para essas ações, mas ainda não constituem uma agenda de pesquisa na área. Para nos auxiliar na compreensão sob o ponto de vista de diversas áreas, realizamos uma pesquisa da produção teórica nos últimos anos, com os seguintes resultados.

2.4.1 Teses e dissertações

Foram encontradas 37 teses e dissertações relacionadas ao tema através da consulta ao banco de teses e dissertações da CAPES com as palavras: políticas públicas, juventude e qualificação³², entre os anos 2000– 2011 conforme a tabela 1.

TABELA 1 - TEMAS MAIS RECORRENTES NA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS

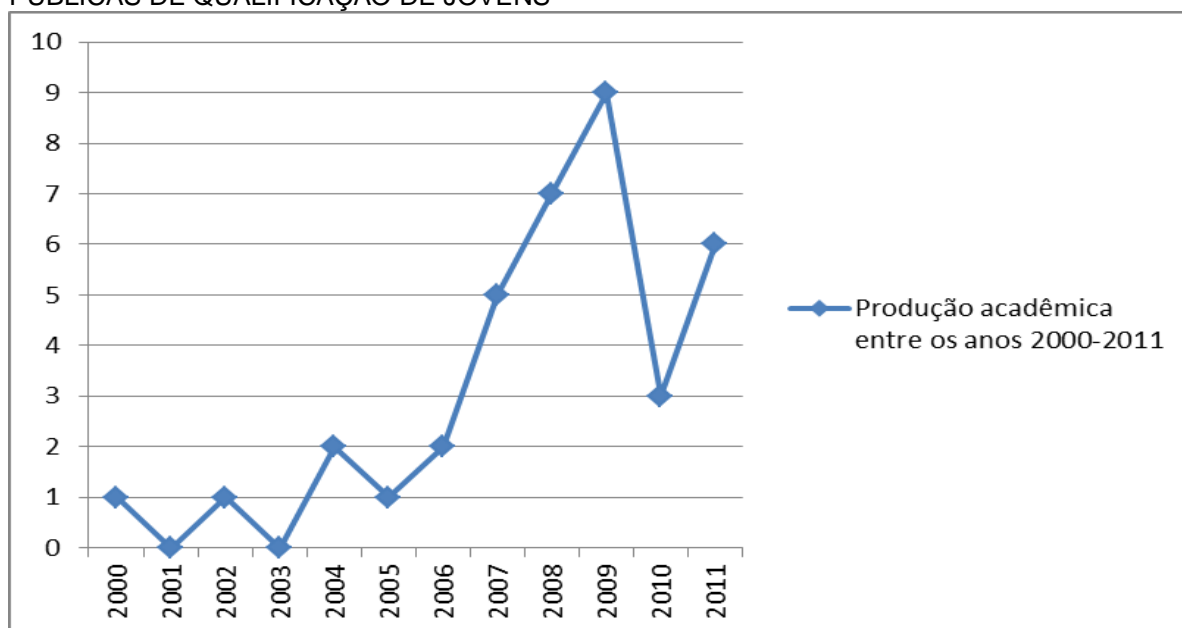
Políticas Públicas, governo e análise institucional	10
Sujeito, identidade, reconhecimento	06
Educação, Educação profissional	18
Mundo do trabalho	03

FONTE: CAPES (2012). Elaborado pela autora.

A trajetória da produção acadêmica se deu em uma linha crescente como mostra o gráfico, com breve queda em 2010:

32 Consulta em 18 de agosto de 2011, 19 de janeiro de 2012 e em 18 de dezembro de 2012. Foram também consultados, intercaladamente os termos jovens, políticas de qualificação e profissionalização, porém os trabalhos levantados ou eram os mesmos já procurados ou de áreas e temas completamente diversos a esta finalidade.

GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE OS ANOS 2000 E 2011 EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS



FONTE: CAPES (2011). Elaboração própria.

A produção de teses e dissertações concentrou-se nas áreas da educação com 16 trabalhos levantados como ponto de partida para estudos do desenvolvimento da educação e política públicas de educação no país. Na sociologia foram 5 trabalhos sendo 3 na área de estudos do trabalho. Em serviço social foram encontrados 5 trabalhos. Além desses surgiram trabalhos também em áreas diversas como tecnologia, políticas públicas, ciência política, psicologia social, gestão pública, geografia, economia, saúde pública e matemática. Algumas delas não trabalham especificamente com as políticas públicas de qualificação profissional, apenas passam por elas para abordar outros assuntos, com maior recorrência em educação, identidade e trabalho. Quase todos os trabalhos abordam as questões de trabalho e flexibilização das mudanças pós década de 1990 na educação e pós 1988 no trabalho, em geral como contexto histórico, mas não aprofundam nos motivos que isso se deu no contexto político e social do país. Além disso, a maioria passa também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como marco das políticas públicas para jovens no Brasil.

Das teses e dissertações encontradas no banco de teses, apenas seis tratam de temas relacionados à nossa pesquisa e desenvolvem análises sobre temas que serão trabalhados aqui. Todas elas abordam mais e diversos temas de acordo com suas especificidades e singularidades de estudo, portanto os pontos

que vem ao encontro dos interesses desse trabalho é que foram privilegiados nesta discussão, nos seguintes trabalhos:

QUADRO 1 – TESES E DISSERTAÇÕES

Trabalho	Título	Autor	Instituição	Área	Ano
Tese	Mutações no mundo do trabalho. A concepção de trabalho de jovens pobres	André Langer	Universidade Federal do Paraná	Sociologia do Trabalho	2009
Tese	Jovem e qualificação profissional: programas e trajetórias de jovens em busca do primeiro emprego em Mato Grosso do Sul.	Erivã Garcia Velasco	Universidade Federal do Maranhão	Políticas públicas	2007
Dissertação	Entre o desalento e a invenção: experiências do desemprego em São Paulo.	Fabiana Augusta Alves Jardim	Universidade de São Paulo	Sociologia do Trabalho	2004
Dissertação	Juventude, trabalho e educação profissional: o programa nacional de estímulo ao primeiro emprego em discussão	Carlos Soares Barbosa	Universidade Estácio de Sá	Política	2007
Dissertação	Possibilidades e Limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: A experiência do programa Agente jovem em Porto Alegre	Simone Rocha da Rocha	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Serviço Social	2007
Dissertação	Análise de Redes e Políticas de Juventude	Julia Alves Marinho Rodrigues	Universidade de Brasília	Ciência Política	2008

FONTE: CAPES (2012). Elaborado pela autora.

A tese de André Langer “Mutações no mundo do trabalho: a concepção de trabalho de jovens pobres” faz uma forte referência à condição juvenil como orientadora da extensão da juventude. O diferencial é que a tese, além de atribuir o desemprego à falta de qualificação, atribui também à falta de experiência. O autor trabalha com as mudanças no mundo do trabalho, flexibilização e precarização

para que, a partir disso, surja a qualificação com reinserção. O diferencial dessa tese também é que cogita o ideal do "ser jovem" em contraponto com o "ser adulto", compreendendo que na atualidade o ideal é ser jovem com uma busca constante da juventude. Aborda ainda a individualização da responsabilidade por se manter competitivo e, por fim, trata que não há criação de postos de trabalho suficientes para abrigar todos os trabalhadores disponíveis, não existindo emprego para todos, sendo que essa culpa é atribuída à falta de qualificação.

Ao encontro do tema do trabalho a tese de Erivã Garcia Velasco, "Jovens e qualificação profissional: programas e trajetórias de jovens em busca do primeiro emprego em Mato Grosso do Sul", tem como objetivo o estudo da qualificação profissional de jovens na sociedade brasileira a partir de programas com o intuito de prepará-los para a entrada no mercado de trabalho, com foco na análise da ideologização da qualificação profissional, para tanto, perfaz a trajetória a partir das novas configurações do mundo do trabalho, da passagem de um modelo fordista para flexibilização e da busca da inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho. O diferencial de abordagem dessa tese é que busca relacionar a disciplina e vigilância dentro dos programas de qualificação que geram um controle do Estado sobre o chamado jovem "problema", por fim relacionando à ideologização e trajetórias de jovens que passaram por qualificação especificamente do Serviço Civil Voluntário (SCV) e do Agente Jovem no sentido de sujeitos e não de categorias de juventude.

Ainda no campo do trabalho, a dissertação "Entre o desalento e a invenção: experiências do desemprego em São Paulo" de Fabiana Augusta Alves Jardim aborda a questão do desemprego ou da "invenção do desemprego" e seus sentidos para os sujeitos e analisando a trajetória de trabalho, cultura do trabalho e desemprego por desalento, articulando com termos como enraizamento. Na trajetória aborda a construção dos sentidos de desempregos para jovens e adultos, analisando-as de forma particular. Como contribuição ao nosso trabalho a autora afirma que existe um estigma ou "desalento" dos jovens com relação aos adultos, a falta de experiência concreta de trabalho, que geralmente aparece como raiva ou indignação. Segundo ela, o acúmulo de cursos de qualificação aumenta a expectativa do jovem com relação ao trabalho e opera como um catalizador da tensão entre aquilo que o jovem foi ensinado a querer e aquilo que de fato lhe é possível. Conclui, portanto, que o desalento é mais heterogêneo e vai além de

sexo, idade e escolaridade, ele está em analisar as categorias de inserção/exclusão em relação ao momento, buscando dar sentido a noção de ordem dentro da cultura do trabalho nos significados compartilhados e nas definições de significado de emprego e trabalho.

Pelo viés da política, a dissertação de Carlos Soares Barbosa “Juventude, trabalho e educação profissional: o programa nacional de estímulo ao primeiro emprego em discussão” trata as políticas públicas de qualificação com caráter paliativo e compensatório, além de precarizadas devido ao deslocamento dessas políticas da área da educação para o trabalho, sendo elas mera certificação e não garantem a qualificação e a inserção profissional. Assim, reforçam o “apartheid social” uma vez que destinam aos jovens das camadas populares uma qualificação não criativa e operacional. Segundo este trabalho, o sentido de cidadania tem sido alterado de participação para corresponsabilidade social e não proporciona capital social a esses jovens.

Com outra abordagem no viés da política, a dissertação de Simone Rocha da Rocha “Possibilidades e Limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: A experiência do programa agente jovem em Porto Alegre” trabalha com a construção do sentido de juventude como categoria sócio-histórica construída na modernidade, juntamente com as ideias de identidade juvenil e juventudes, bem como a categoria de jovens como sujeitos de direitos. Segundo a autora, a inserção da juventude nas políticas públicas está caracterizada pelo negativismo e determinismo e giram em torno da contradição entre criminalidade e inserção social, sendo a inclusão dada pela exclusão, o reconhecimento se dá pelo não ter, pela necessidade e pobreza.

Rocha, tal qual Velasco e Barbosa, faz a trajetória da construção das políticas para juventude como uma significativa reestruturação do Estado, porém trata desse como sendo definida pelo processo de privatização e pela diminuição da sua presença no campo das políticas sociais, quando o cenário político era demarcado pelo esforço de articular a perspectiva neoliberal com a ambição socialdemocrata no enfrentamento da questão social.

A dissertação de Julia Alves Marinho Rodrigues “Análise de Redes e Políticas de Juventude” traz uma abordagem bastante diferente e tem por objetivo principal analisar a rede de relações entre os diversos atores que compõem esse processo, seus vínculos, conexões e as transformações dos papéis na trajetória

dessa construção a partir de uma metodologia de análise de rede em sociogramas de escala própria. Além disso, discute a necessidade de políticas específicas para juventude que passam a existir a partir da década de 1990 e trabalha mais com o surgimento da categoria juventude para o poder público do que com as políticas e sua aplicação, seus resultados e quais são elas, tanto no Brasil como na América Latina.

Esses trabalhos são os que mais se aproximam da nossa discussão, e contribuíram muito para a construção metodológica e teórica de nossas pretensões.

2.4.2 Grupos de pesquisa

Os grupos de pesquisa do banco de dados do CNPQ relacionados a área somam 18 no total³³.

TABELA 2 - GRUPOS DE PESQUISA NA ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS

Educação	10
Serviço social	3
Direito	1
Ciência política	2
Psicologia	1
Sociologia	1

FONTE: CNPQ (2012). Elaborado pela autora.

TABELA 3 - TEMAS E LINHAS RELACIONADAS MAIS RECORRENTES NA ÁREA

Projetos de qualificação profissional voltados para formação do trabalho	3
Jovens no mundo do trabalho e questões do mundo do trabalho	4
Educação escolar, práticas pedagógicas dos programas.	6
Identidade juvenil, subjetividade.	6
Avaliação de políticas públicas.	4
Direitos e políticas públicas.	2

FONTE: CNPQ (2012). Elaborado pela autora.

³³ A tabela com todos os grupos e linhas encontrados no CNPQ está no Anexo C. A pesquisa partiu das palavras: políticas públicas, juventude e qualificação, consultados em 22 de janeiro de 2012.

Apesar da nomenclatura, os grupos possuem pesquisas muito diversas nas áreas propostas, observando que a maioria está relacionada à educação, na qual se misturam educação formal e profissional, ou estudos que focam programas em parceria com a escola e com os PROEJAs. Em alguns casos, a direção é outra como direito ou psicologia que são bastante úteis para se pensar Estado e identidade, mas uma pesquisa que enfoque de fato em qualificação e juventude não está presente. Em certas linhas de pesquisa, como é o caso do grupo “Políticas Públicas de Inclusão Social” da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, as duas linhas relacionadas são “Direito, Cidadania e Políticas Públicas” e “Direitos da Criança, do Adolescente e Juventude”, que enfocam mais o comportamento do cidadão e a produção de base teórica frente às políticas públicas do que ações, resultados e programas em si. No único grupo que está na área da sociologia “Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas” da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, as duas linhas que trabalham com o tema de juventude “Trabalho e Qualificação Profissional” e “Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda”, dão mais enfoque nas transformações do mundo do trabalho e mudanças na orientação de emprego, abordando as políticas públicas de qualificação como possibilidade e estratégia para ajuste a essas novas configurações.

Na área da Educação há um grupo fortemente relacionado a esse tema no “Núcleo de pesquisa em educação profissional” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no qual possuem uma linha voltada para “Experiências educativas de jovens trabalhadores: uma análise do Projovem como política pública” que tem por objetivo investigar as experiências de escolarização dos jovens trabalhadores, a partir do Projovem local. Ainda na educação, mais dois grupos trabalham com subjetividade e identidade juvenil - que é também foco desta pesquisa - são eles os grupos: “Jovens, violência e educação” da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP na linha de pesquisa “Processo de inserção social de jovens na sociedade contemporânea: políticas sociais, violência e educação”, que tem como foco de investigação as políticas educacionais e sociais e o sujeito contemporâneo, assim como as ações cotidianas dos sujeitos. No Núcleo de Estudos e Pesquisa “Trabalho, Trajetórias e Educação” da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, a linha “Juventude, Cultura e Inserção Social” busca compreender a juventude dentro de uma perspectiva

multidimensional, tomando as relações juventude-escola; juventude-família e juventude-sociedade como mediadoras em suas trajetórias de inserção social onde os espaços educativos formais e não-formais são considerados contextos privilegiados para se compreender a construção de mecanismos de participação social e significação na vida dos jovens.

A produção de material institucional também tem sido bastante ampliada. Muito material sobre direitos e reconhecimento da infância e juventude, execução e avaliação sobre políticas e programas têm sido produzidas por organismos nacionais e internacionais como ONU, UNESCO e OIT. As publicações oficiais e institucionais mostram os avanços nas áreas dos estudos das políticas públicas e dos direitos humanos, da importância que tem sido dada às questões de juventude, qualificação profissional e políticas sociais. Todos esses trabalhos, grupos e temas constituem um escopo teórico, que nos auxilia a pensar nas questões da qualificação a partir de várias áreas do conhecimento, abrindo um caminho para composição de novos estudos visto que, em geral, as discussões se limitam a eixos específicos e em subtemas dentro da discussão da qualificação profissional e políticas públicas, assim, inúmeros outros campos e questões podem surgir a partir e para além desses trabalhos e discussões.

Assim a relação entre o mundo do trabalho e as políticas públicas que reconhecem sujeitos de direito a partir do direcionamento de políticas específicas para jovens e do observado na área da pesquisa acadêmica em políticas de qualificação profissional, nos remetem a um quadro de análise que busca refletir sobre em que resultam essas relações que desembocam na política pública de qualificação. Principalmente os fatores que estão além da implantação da política, mas que se tratam dos reflexos da participação na vida do jovem.

Para analisar a partir desse viés é necessário conhecer a opinião do jovem a partir de suas expectativas e percepções da participação em programas para realizar essa análise. Trataremos de jovens qualificados na cidade de Piraquara que constitui um quadro peculiar de vulnerabilidade territorial e tem grande público alvo de políticas públicas, neste sentido, iremos analisar as peculiaridades locais para situar nosso objeto e em seguida buscar observar os resultados da participação na vida desses jovens.

3 DO LOCAL PARA O GLOBAL: O CASO DOS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM PIRAQUARA/PR

3.1 O LOCAL

Piraquara, cidade da região metropolitana de Curitiba, é considerada uma cidade-dormitório, pois a maioria dos seus habitantes não trabalha na cidade e tem que se deslocar até a capital diariamente.

A colonização de Piraquara se deu no século XVII com a chegada de portugueses e a exploração da pecuária e agricultura. No século XIX houve a migração de italianos (Trento) e alemães (Tirol) seguidos por espanhóis, poloneses, ucranianos e japoneses. Nesse período foi fundada a Colônia Imperial de Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra que em 1889 foi proclamada Vila Deodoro. O município foi constituído oficialmente em 1929 quando passou a chamar-se Piraquara.

Um fator importante para a constituição da cidade é a implantação das instituições hospitalares de tratamento especializado, uma das primeiras a se instalar foi o Hospital Colônia São Roque em 1926, cuja especialidade é o tratamento da hanseníase e que ficou conhecido também como “leprosário”, assim famílias de várias regiões do país vieram tratar seus doentes. Em seguida, foram estabelecidas a Penitenciária Central do Estado, o “Presídio das Mulheres”, a Escola Correccional Queiroz Filho, a Colônia Penal Agrícola, o Manicômio Judiciário e Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, conhecido como San Julian, e o Centro de Ressocialização São Francisco, conhecido como “educandário” por atender jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em regime fechado e semiaberto.

As prisões foram estabelecidas em local distante da capital, mas de fácil acesso, muitas famílias de presos também vieram para a região denominada Vila Macedo que hoje tem cerca de 10 mil moradores, fica a 5 km do centro e possui cerca de 1/3 de sua área com ocupação irregular. Seu estabelecimento se deu com o loteamento da região em 1980 e não permitiu que as áreas de ocupações irregulares se expandissem muito. Até 1999 a região já tinha 85% dos seus lotes ocupados (KULAITIS, 2004, p. 42). Apenas depois de 1999 é que começaram os focos de ocupação irregular na vila.

Como a vila foi loteada pelo plano diretor do município, ela foi estabelecida em área regular e sem mananciais, mas os problemas se deram devido a ser um loteamento relativamente isolado e também mais afastado da capital. Com pouca infraestrutura urbana “Os moradores [...] vivem em um padrão semelhante de habitação, geralmente precário. Ou seja, quase a totalidade da Vila Macedo segue os padrões da habitação periférica” (KULAITIS, 2004, p.42). Ainda assim, grande parte das famílias que foram para o município e não conseguiam comprar lotes na vila se deslocou para a área de ocupação do Guarituba que fica a cerca de 5 km dela.

Dentro da Vila Macedo estão presentes a Colônia Penal Agrícola e o Educandário São Francisco, sendo também próxima à Penitenciária Central do Estado e à Prisão Feminina. A localização de tantas instituições, principalmente as públicas, em uma área tão concentrada pode ser explicada pelo fato de que, na época da construção dessas instituições o Governo do Estado do Paraná possuía em Piraquara uma área desocupada com cerca de 700 alqueires (VEJA, 1975).

Nos limites da zona urbana, foi construído o Hospital São Roque, único no Estado especializado em tratar Hansenianos. A partir daí, Piraquara passou a ser o desaguadouro natural de projetos combatidos ou desprezados por outros municípios. Logo após o hospital veio a penitenciária central do Estado. E, a seguir, a assustada cidadezinha foi sendo bombardeada com o Presídio de Mulheres, a Escola de Correção de Menores, o Manicômio Judiciário, a Colônia Penal Agrícola, e, para terminar o Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho. (VEJA, 1975)

Nesse sentido é que foi sendo construído um imaginário sobre o município, caracterizado como um amontoado de hospitais e prisões (KULAITIS, 2004), cercado pela negatividade do contato com presos e doentes e da possibilidade de contágio. Assim, surge a concepção de “cidade refugio”, pelo fato que “se dispõe a receber qualquer espécie de gente, seja doente, bandido, ladrão, assassino, a escória afinal” (PERON apud KULAITIS, 2004, p. 50) ou ainda devido a “maldição pelo fato de sua população de 120 mil habitantes ter contingentes flutuantes como leprosos, loucos e presidiários”. (LOPES, 1988, p. 11).

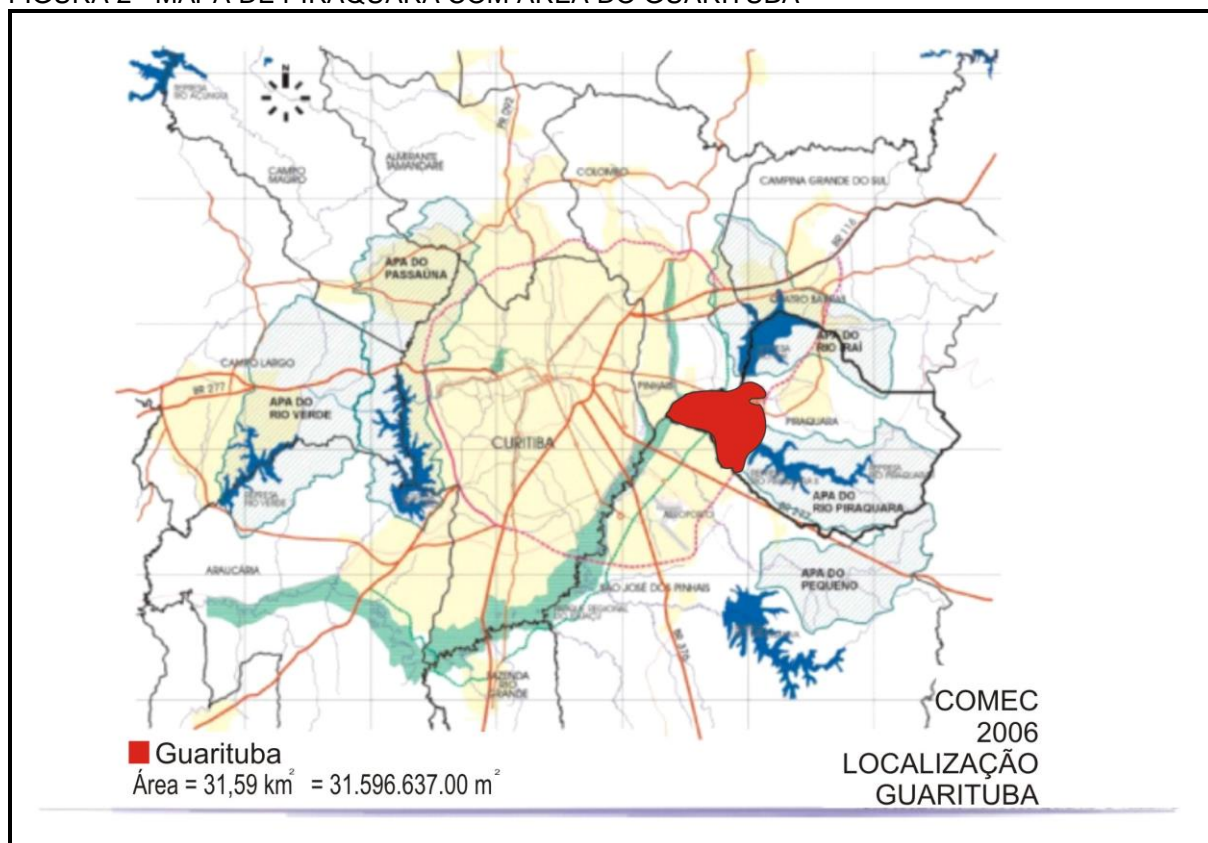
A cidade que possuía 21.253 habitantes no ano de 1970 passou a comportar 106.882 moradores até 1990 e destes, 81% se estabeleceram na área de ocupação irregular do Guarituba (LIMA, 2001, p.11). Os fatores mais significativos para o aumento da população em Piraquara, além das famílias dos presos e doentes, são os mesmos de todas as regiões próximas a Curitiba: a mecanização

da agricultura no Paraná e o processo intenso de industrialização de Curitiba e região metropolitana, constituído, ao longo das décadas de 1970 e 1980, sendo um espaço de referência para os imigrantes, tanto para os do próprio Estado como aqueles vindos de outras regiões do país (DESCHAMPS, 2004). Já em 2010 o Censo Demográfico do IBGE apontou que havia 93.279 habitantes no município. Entre 1990 e 2010 houve o desmembramento do município de Pinhais e o fato de não haver novas grandes áreas de ocupação, explica esta aparente diminuição da população.

Existe uma divisão marcante entre os moradores do município que pode ser observada no mapa 2. Cerca de 35% dos habitantes moram na região central, e são em sua maioria descendente de famílias colonizadoras da região e de ascendência italiana, alemã e polonesa. Mais 10% ocupam a região da Vila Macedo onde estão estabelecidos os presídios. O restante da população, quase 50 mil pessoas, está concentrada em uma grande área de ocupação irregular, o bairro do Guarituba, uma antiga região de chácaras que pertencia a famílias tradicionais e foi ocupada ao longo da década de 1970 por famílias do interior do Paraná após a crise do café, e também de outros estados na busca por oportunidades na capital.

No mapa podemos observar a localização do Guarituba em relação ao centro de Piraquara e à capital do Estado:

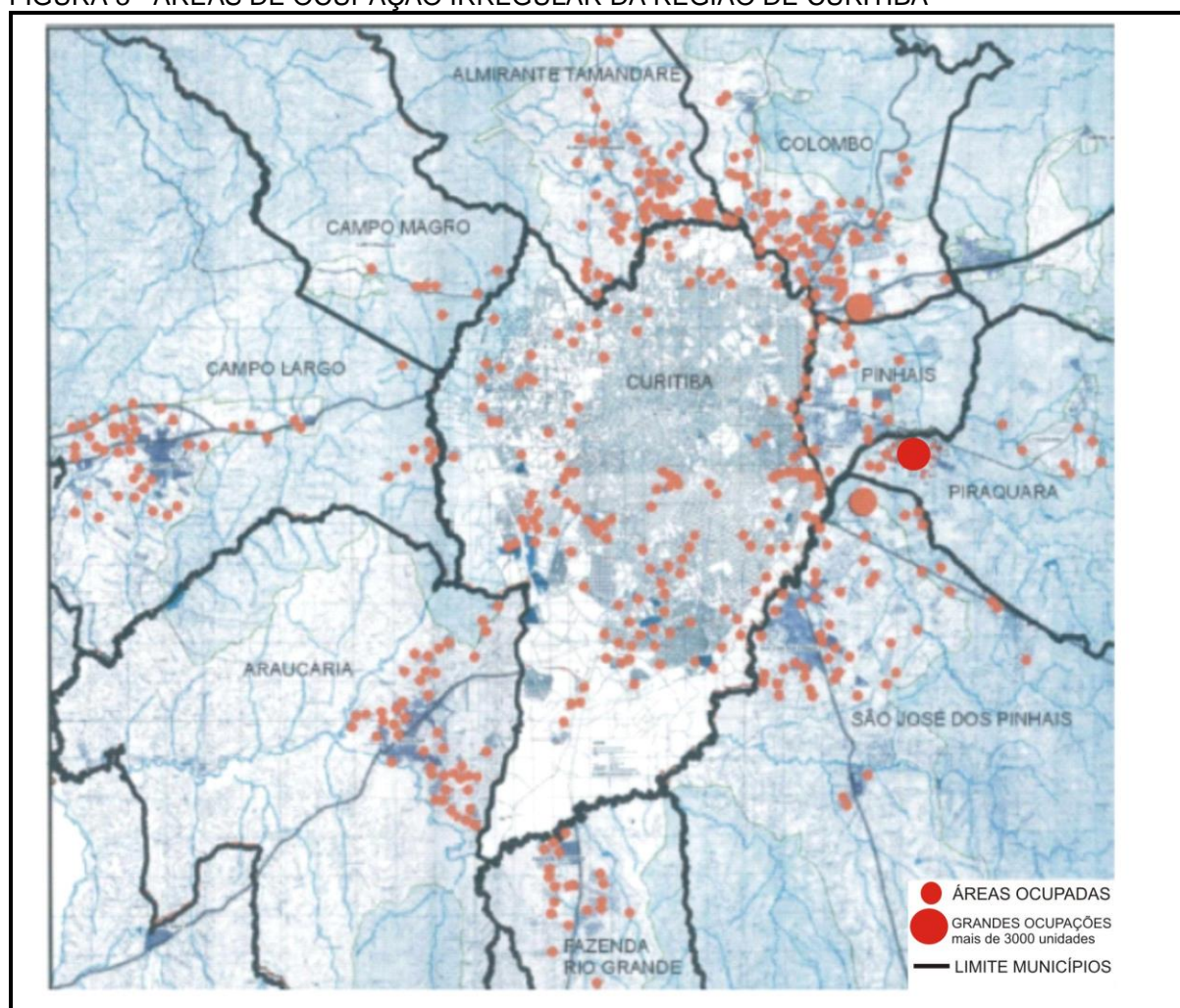
FIGURA 2 - MAPA DE PIRAQUARA COM ÁREA DO GUARITUBA



FONTE: COMEC (2006)

O Guarituba constitui a maior área de ocupação irregular do Estado e existem poucos aglomerados proporcionais ao seu tamanho, como demonstrado no mapa da COMEC:

FIGURA 3 - ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR DA REGIÃO DE CURITIBA



FONTE: COMEC (1999)

A área foi sendo ocupada de maneira irregular por uma população de baixa renda, com reduzido índice de escolaridade, e mão de obra reciclável, prestação de serviços na construção civil, serviços domésticos e outros que não exigem qualificação profissional. (Plano Diretor de Piraquara, 2006, p. 172).

Segundo o plano municipal de regularização fundiária sustentável do município, “a ocupação do Guarituba fez com que os índices de precariedade habitacional no município alcançassem níveis nunca antes assistidos e já impunha uma situação de emergência social desde a metade dos anos 1990” (2009, p.9).

Em 1992, através de plebiscito regulamentado pela lei nº 9.906, Piraquara sofreu o desmembramento do município de Pinhais perdendo a parte de seu território que gerava maior arrecadação. Pinhais faz divisa com a capital e fica a apenas 7 km do centro de Curitiba e não se constitui em área de manancial é considerado um grande potencial econômico da RMC, sendo a 14ª Economia do Estado. Desse modo, a partir do desmembramento “Piraquara perdeu parte

significativa de sua estrutura produtiva e capacidade de geração de empregos, sofreu a queda na arrecadação de tributos e na capacidade de investimentos.” (SECJ, 2009).

Como o sistema de financiamento municipal se apoia principalmente no IPTU, cobrado de terrenos e edificações regulares, Piraquara leva grande desvantagem, dado que apenas 38% dos seus habitantes residem em áreas regularizadas. A grande maioria, além de morar em terrenos irregulares, desloca-se ou para Curitiba ou mesmo para Pinhais para trabalhar, gastando parte de seus rendimentos nos municípios onde trabalham, mas gerando para Piraquara as demandas de infraestrutura, saúde, educação, entre outras. Por essas razões, a dependência dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios³⁴ é muito grande. Fecha-se um círculo vicioso: o município perde com o desmembramento de Pinhais e perde o percentual do FPM, na medida em que sua população total diminui. O fato de possuir hoje população total inferior a 100 mil habitantes, faz com que o montante de recursos para investimento próprio seja muito baixo.

A população que ocupa o bairro do Guarituba tem pouco acesso à saúde, educação e serviços, visto que o bairro fica a 7 km do centro de Piraquara e 23 km de Curitiba, o acesso mais próximo é o município de Pinhais, onde parte da população é atendida com serviços de saúde e educação, porém sempre numa condição de segregação, como não moradores do município de Pinhais.

A base desse processo pode ser analisada como uma espécie de filtro que segrega as populações pobres em locais distantes - do emprego, dos serviços públicos e do lazer - onde a construção da casa própria, geralmente autoconstruídas, em locais desprovidos de infra-estrutura urbana e em terrenos ilegais, ou mesmo um aluguel mais barato, é a principal fórmula de moradia. (KOWARICK, 1982, p. 43).

As condições do Guarituba são precárias devido à falta de serviços e dos curtos passos em obras de infraestrutura, além dos alagamentos e desabrigados constantes. Intervenções vêm sendo realizadas através do “Plano de Recuperação Ambiental e Urbanização do Guarituba”, por meio do projeto “Direito de Morar” que

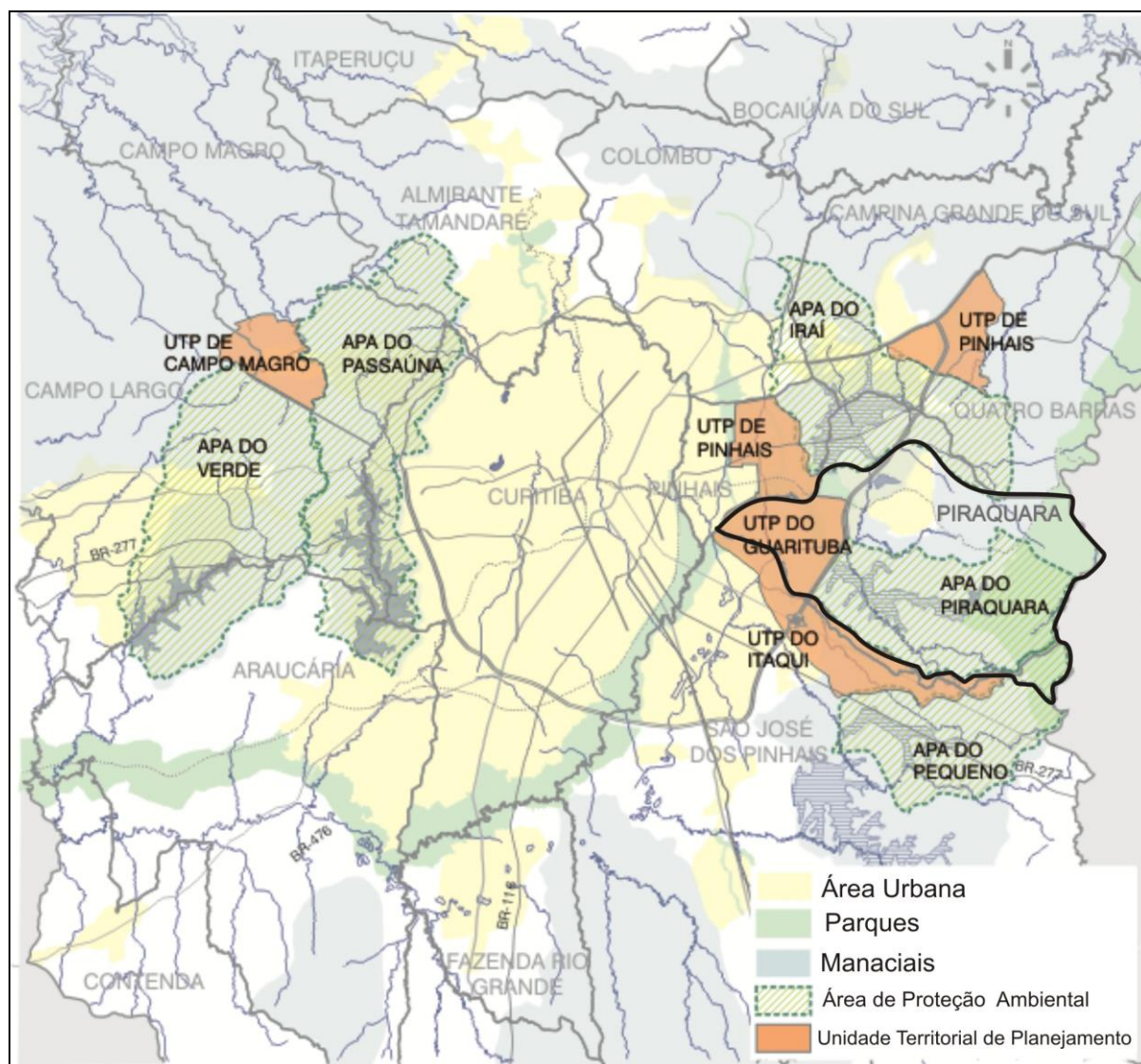
34 O FPM é distribuído entre os municípios da seguinte forma: 10% aos municípios capitais de Estados, 86,4% aos municípios não capitais e 3,6% constituem uma reserva a participação dos municípios mais populosos acima de 142.633 habitantes. Nos municípios não capitais a distribuição se dá de acordo com o número de habitantes e a partir de 10.188 habitantes, a cada 3.400 habitantes o valor recebido sobe 0,2% da divisão total dos 86,4%, portanto os municípios que possuem mais de 142.633 habitantes recebem o percentual maior e ainda a divisão dos 3,6 da reserva. Para melhor compreensão, ver o trabalho de (MENDES, MIRANDA e COSIO, 2008).

é a maior obra de urbanização em andamento no país e possui ações nas áreas de drenagem, sistema de esgoto, regularização fundiária, realocação de famílias em área de risco, ampliação da rede de energia elétrica, pavimentação de ruas e recuperação da área ambiental degradada. Em Piraquara, o projeto está sendo elaborado através de um convênio firmado entre as Secretarias de Desenvolvimento Urbano - Sedu/Paranacidade, Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Secretarias Estaduais de Planejamento e de Meio Ambiente, Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, Companhia Paranaense de Energia - Copel, Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, Mineropar e Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Para viabilizar estas obras, o programa conta com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano³⁵.

A partir dessas ações, ocorrerá também entrega de termos de posse de terrenos e construção de moradias populares buscando remover as famílias que estão em áreas de risco. No entanto, o espaço que pode ser regularizado é pequeno, pois das mais de 45.000 famílias que se encontram em situação irregular, apenas cerca de 800 serão retiradas de áreas de risco e relocadas em novas habitações e 8.000 irão obter a posse da terra onde vivem (COHAPAR, 2007). Assim, apesar de um investimento milionário, menos de 20% da população local poderá ser regularizada, pois o Guarituba se trata de uma área de mananciais e de proteção ambiental, como podemos observar no mapa:

35 A principal fonte de recursos é a captação através de investimentos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, visando a urbanização de favelas e habitação nas micro-bacias dos rios Itaqui, Iraí e Piraquara. O investimento proveniente do governo federal soma mais de 90 milhões de reais (ALMEIDA, 2010).

FIGURA 4 - MANANCIAIS HÍDRICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



FONTE: COMEC (2008)

Segundo Cristina Lima e Francisco Mendonça, voltando a atenção para a ocupação em áreas de mananciais, verificam-se que os municípios de Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais têm sido objeto de intenso processo de parcelamento do solo, em áreas urbanizadas ou não, dentro do perímetro urbano ou em zonas rurais. A variação das taxas de crescimento das ocupações irregulares ocorridas nos municípios da região metropolitana entre 1992 e 1997, configurou focos para tal tipo de assentamento: na liderança encontra-se o município de Piraquara, com uma taxa de 69,81%, seguido por São José dos Pinhais e Bocaiúva do Sul. Esses três municípios são integrantes do vetor leste de crescimento metropolitano. (LIMA; MENDONÇA, 2001).

A partir da necessidade de conciliar as diversas questões que permeiam esse espaço, entre elas as áreas para crescimento urbano e as de proteção aos mananciais, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, enquanto instituição responsável pelo planejamento das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Curitiba, coordenou a elaboração, em conjunto com a SANEPAR, IAP e SUDERHSA, de um arcabouço legal/técnico/institucional específico para as áreas de mananciais da Região de Curitiba. Essa iniciativa resultou na aprovação da Lei de Proteção aos Mananciais da RMC - Lei Estadual nº 12.248, de 11 de julho de 1998, que criou o Sistema Integrado de Gestão e Proteção aos Mananciais da RMC – SIGPROM. Com a concepção dessa lei foram adotados novos conceitos de gestão do uso e ocupação do solo dos mananciais, visando responder às necessidades identificadas como: tratamento diferenciado de áreas de manancial sob pressão por ocupação, compartilhamento do processo de decisão, entre estado e municípios, e a necessidade de um efetivo monitoramento e fiscalização do uso e ocupação do solo. (COMEC, 1998).

Grande parte da população do Guarituba é jovem e está muito próxima da criminalidade e do tráfico de drogas presente na região, além da dificuldade de acessar os serviços de educação, qualificação e trabalho. Entre os 200 jovens qualificados nos projetos de qualificação que ocorreram em Piraquara, apenas 60 eram dessa região, as razões para esse baixo número se dão devido à dificuldade de deslocamento, divulgação e escolaridade mínima para realizar os cursos, embora nessa região residam a maioria dos jovens que são o público que atende aos critérios dos cursos. Ainda assim, a maior parte das entrevistas foi realizada no Guarituba, pois eles continuam morando no local, embora muitos trabalhem fora do bairro, muitas vezes continuam nas mesmas casas, até mesmo alguns dos jovens que se casaram continuam, ou na casa da mãe ou constroem no mesmo terreno da família, alguns conseguem até comprar imóveis em Guarituba, por serem mais baratos devido à irregularidade da terra. As condições locais não permitem que ocorram grandes mudanças de vida, há uma estagnação devido a fatores como a pobreza e a dificuldade de acesso à Curitiba e ao centro de Piraquara através do precário transporte coletivo.

A população desse bairro não se considera de Piraquara, pois costumam dizer “eu vou para Piraquara hoje”, e não expressões como “vou para o centro da

cidade". Falam também coisas como: "Lá em Piraquara é mais fácil". Não existe o sentimento de pertencimento com relação à cidade: mostram-se e falam permanentemente como estrangeiros num local que não lhes é agradável e que não lhes oferece o que desejam, pois não tem, por exemplo, um comprovante de residência que os identifique. Muitos não têm água ou luz regularizada, a maioria é abastecida por fornecimento clandestino, os chamados "gatos".

Além disso, os moradores revelaram que quando vão fazer entrevistas de emprego ou cadastros em lojas dão o nome da vila em que moram, por exemplo, "Jardim das Orquídeas", uma das subdivisões do bairro, pois relatam já terem perdido oportunidades de emprego quando afirmam ser Guarituba seu local de moradia. Eles compreendem o preconceito que existe com o local, mas não desejam sair dali, e sim regularizar seus direitos de moradia. Afinal, diante da incerteza e a falta de condições, o Guarituba também não oferece subsídios para que se estabeleçam e possam criar os vínculos locais e familiares.

Segundo Elias e Scothson (2000) apesar de serem unidos por um mesmo espaço físico, para que se constitua uma comunidade, é necessário possuir vínculos de interdependência entre si e o local. Não se pode dizer que não existem vínculos entre os moradores do Guarituba, porém estes são muito frágeis, tanto enquanto comunidade quanto com o espaço físico, por se tratar de uma área relativamente nova, com pessoas de descendências, crenças e costumes diversos, aglomeradas no mesmo local. Dessa forma, as subdivisões do bairro tentam separar os "iguais": os que pertencem a famílias tradicionais de imigrantes que possuíam chácaras na região, os que moram há mais tempo e ajudaram a construir o bairro e os que apresentam "risco", como traficantes e dependentes químicos, assim por diante. A constituição de vínculos depende da certeza do estabelecimento e da seleção dos círculos de convivência que se estabelecem, assim, o vínculo entre os moradores do Guarituba está constituído preponderantemente na vulnerabilidade.

Somam-se à vulnerabilidade social e à irregularidade fundiária do Guarituba, indicadores insatisfatórios quando se analisa a população geral do município: da totalidade da população de Piraquara que trabalha ou estuda 51,37% saem do município para exercer suas atividades; destes, 71,26% dirigem-se à capital. Estes dados colaboram para evidenciar a falta de postos de trabalho no município (SECJ, 2009).

Além disso, Piraquara aparece entre os municípios com os maiores números de mortes violentas no Brasil, sobretudo de jovens. A respeito dos homicídios, o mapa da violência mostrou que Piraquara ocupou o 88º lugar do país na primeira publicação em 2004, com 59,5 assassinatos/cem mil habitantes; já na segunda versão da publicação, contando os anos subsequentes de 2005 e 2006 subiu para o 70º lugar com 61 assassinatos/cem mil habitantes. Em relação aos homicídios entre a população jovem, no recorte de 15 a 24 anos, o município disparou para o 26º lugar em ambos os estudos. (CEBELA, 2004-2012). Dentre os municípios do Paraná, até 2004 Piraquara encontrava-se no segundo lugar em homicídios no Estado, com taxas de 145,6 assassinatos/cem mil habitantes, perdendo somente para Foz do Iguaçu que se encontra no 1º lugar nacional. Já entre 2005 e 2006 Piraquara caiu para o 4º lugar do Paraná, com taxas de 140,4 assassinatos/cem mil habitantes, embora não tenha alterado sua posição nacional.

Devidos a estes altos índices, muitas ações intervencionistas são direcionadas para o município, como o programa “ATITUDE”³⁶ que atendeu as 10 regiões mais violentas do Estado e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania- “PRONASCI”³⁷.

A partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Criança e Juventude (2009), o rendimento médio mensal das famílias no município era de R\$ 799,00. Já a renda per capita das famílias mais pobres com população de 15 a 24 anos situava-se em torno de R\$ 59,55. No quadro abaixo é possível observar os dados que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano³⁸ em Piraquara.

36 O “ATITUDE” executado pela SECJ entre os anos 2009/2010 teve como foco a superação da violência infanto-juvenil e foi implementado nos dez municípios paranaenses com maior ocorrência de casos onde crianças e adolescentes são vítimas e autores de violência.

37 Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o PRONASCI é uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. A execução do Programa se dá por meio de mobilizações policiais e comunitárias e é composto por 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência. Entre os principais eixos destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional.

38 O IDH busca medir a qualidade de vida da população e leva em conta critérios de riqueza, educação e esperança média de vida.

TABELA 4 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) - 2000		
INFORMAÇÃO	ÍNDICE	UNIDADE
Esperança de vida ao nascer	67,47	anos
Taxa de alfabetização de adultos	91,39	%
Taxa bruta de frequência escolar	74,84	%
Renda per capita	208,89	R\$ 1,00
Longevidade (IDHM-L)	0,708	
Educação (IDHM-E)	0,859	
Renda (IDHM-R)	0,664	
IDH-M	0,744	

FONTE: IPARDES (2012)

Com um IDH de 0,744, Piraquara situa-se em 184º lugar na classificação estadual no total dos 399 municípios do Paraná e ocupa a 2.044ª posição na classificação nacional, ou seja, o índice é médio, assim como quase todos os municípios da região metropolitana de Curitiba, exceto Pinhais, São José dos Pinhais, Rio Negro e Araucária em que os índices são elevados.

Já o índice IPARDES de Desempenho Municipal – IPDM, mostra que as taxas de educação, emprego e renda estão em “médio baixo”³⁹, apresentando todos os índices abaixo da média estadual, conforme tabela⁴⁰:

TABELA 5 - ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) - 2009

INFORMAÇÃO	ÍNDICE DE PIRAQUARA	ÍNDICE ESTADUAL
IPDM - Emprego, Renda e Produção Agropecuária	0,4638	0,4888
IPDM – Educação	0,5875	0,7502
IPDM – Saúde	0,7626	0,7899
Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) - Geral	0,6046	0,6763

FONTE: IPARDES (2010)

39 Os grupos de desempenho municipal foram classificados em: baixo (0,000 a <0,400); médio baixo (0,400 a <0,600); médio (0,600 a <0,800) e alto desempenho (0,800 a 1,000).

40 O IPDM de 2000 e 2009 são muito parecidos, portanto optamos por usar os dados mais recentes.

A diferença apresentada pelos índices IDH-M e o IPDM é derivada dos critérios metodológicos. Principalmente no quesito educação, em que a discrepância se sobressai. O IDH-M é definido pela taxa de matrículas e de frequência escolar do nível fundamental e médio, enquanto o IPDM faz uma média entre as matrículas nos níveis infantil, fundamental e médio, sendo mais criterioso e considerando as especificidades de cada município⁴¹. Assim, enquanto o IDH-M mostra uma situação razoável no nível de vida da população, e até elevado no quesito educação, o IPDM aponta a discrepância na educação, uma vez que incorpora a educação infantil, de responsabilidade do município, em fase de implantação da obrigatoriedade e com custo unitário bastante elevado. Somando-se a isso, se considerarmos os dados apontados pelo CENSO 2010, em que os jovens de 15 a 29 anos constituem 22,8% da população da cidade, e a maioria estuda em escola pública, a taxa de rendimento médio educacional mostra que o abandono dos estudos no ensino médio chega a 5,7% ao ano, assim como a distorção da idade/série chega a 40,1%, ou seja, reafirmando os resultados do índice criado pelo IPARDES, o IPDM.

Observamos, a partir destes dados, que apesar da visibilidade de como os dados e médias explicitam os problemas do Guarituba, evidenciando e destacando a pobreza e as irregularidades da região, os índices gerais são muito parecidos com os dos demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, devido aos problemas que a ocupação desregrada acarreta para todas essas regiões.

Deste modo, o que faz do município um caso particular é a soma dos fatores que o constituem: o imaginário negativo sobre a cidade, as condições ambientais restritas ao uso do espaço e as discrepâncias sociais locais, que refletem e influenciam na vida de seus habitantes.

41 A média é feita considerando diferentes percentuais para a distribuição dos indicadores: taxa de não distorção da idade-série, percentual de docentes com curso superior, taxa de não-abandono e média do IDEB. A maneira como o índice é calculado pode ser encontrada em “Nota Metodológica de cálculo do IPDM” do IPARDES (2012).

3.2 IMPRESSÕES DO CAMPO E PESQUISA

Nossa relação com o município e com as ações de qualificação profissional se deu devido a um trabalho desenvolvido juntamente com a Secretaria Municipal de Ação Social. Ao atuar juntamente com os jovens e acompanhar duas turmas durante a qualificação percebemos as dificuldades e problemas da política; e ao comparar a execução com as propostas político-pedagógicas observamos muitas falhas e ações indefinidas, dando margem a problemas na execução e que no momento da qualificação apenas podiam ser diagnosticados e remediados. Entre os principais problemas estavam: um mesmo jovem fazendo dois cursos simultaneamente, falta de compreensão dos jovens quanto aos conteúdos e falta de estrutura para que o jovem possa continuar fazendo o curso, o que consequentemente leva ao abandono.

Apenas depois do término dessas duas turmas e com a abertura de outras duas é que conseguimos apreender as dificuldades da política, ao nos depararmos com vários dos mesmos jovens que haviam terminado recentemente um curso de qualificação, buscando se inscrever em outro. Isso era intrigante para todos os profissionais que estiveram próximos aos alunos, visto que o objetivo da qualificação era o de inseri-los no mercado de trabalho. Foi aí que surgiram nossas primeiras questões: por que um investimento tão alto em qualificação se o resultado final de inserção no mercado de trabalho não era satisfatório? Por que então o governo continuava investindo e, ainda mais, por que os jovens continuavam buscando a qualificação se esta já não lhes garantia uma chance de se empregar? A partir dessas indagações é que desenvolvemos toda a nossa pesquisa, quase quatro anos após aquelas turmas terem concluído a qualificação.

Conseguimos os contatos dos jovens através da Secretaria de Assistência Social, com alguns endereços e telefones. Os dados dos telefones estavam bastante defasados, fomos então, em busca dos endereços e percorremos muito o município para encontrá-los. Sempre que conseguíamos falar com um ou uma jovem perguntávamos se sabia onde moravam outros e assim fomos os encontrando, um após outro. As entrevistas foram realizadas de novembro de 2011, como exploratórias, até maio de 2012 quando finalizamos com as entrevistas dos instrutores.

O retorno ao local, tanto ao município quanto aos lugares que desenvolviam as ações relativas aos programas de qualificação, dessa vez como pesquisadora, trouxe alguma insegurança, pois não sabíamos qual seria a receptividade e o tratamento que nos ofereceriam, ou como iriam nos reconhecer diante da imagem pré-formada que já tiveram no passado como participante da ação⁴². De fato, conforme nossa expectativa, a experiência anterior influenciou a recepção, sendo tratada em várias ocasiões como gestora da política de qualificação, muitos dos jovens ainda tinham a impressão de que fazíamos parte da administração local, sendo frequentes suas perguntas sobre antigos instrutores ou novos cursos.

Buscando desfazer essa imagem explicamos inúmeras vezes que se tratava de uma pesquisa para um trabalho acadêmico. Mesmo assim a associação da imagem de gestora do programa continuou em alguns casos, principalmente pelas mães que nos tratavam como “autoridades” e se dirigiam a nós como possíveis contatos para concessão de benefícios. Mesmo assim, pudemos perceber que a pesquisa e as entrevistas não foram prejudicadas por esta impressão, pois tanto as mães, quanto os jovens falavam e davam ênfase em suas opiniões justamente por achar que podíamos fazer algo a respeito das dificuldades locais.

O objetivo era fazer a entrevista em família e verificar a opinião do jovem em relação à da família, porém foi muito difícil coincidir os horários dos filhos e pais e apenas duas entrevistas foram feitas em conjunto, todavia isso não prejudicou a pesquisa, pois em todos os casos pudemos perceber que os dados coletados foram muito proveitosos e com poucas diferenças ou influência nas falas graças à presença (ou ausência) da família. As entrevistas com os jovens foram realizadas em diversos lugares, restaurantes, shoppings, locais de trabalho ou nas próprias casas. Tanto devido à dificuldade de horários e como em alguns casos por vergonha de me receberem em suas casas. Com as mães quase todas as entrevistas foram realizadas em casa, com exceção de apenas uma, que se deu no local de trabalho dela.

42 Nossas atividades no município de Piraquara se deram de 2007 a 2009 na coordenação de qualificação. Nosso contato não era direto com os alunos, apenas na organização e intermediação entre os parceiros envolvidos, professores e jovens. A relação era distanciada e formal, apenas como gestores da política. Acreditamos que a pesquisa não foi prejudicada por esta relação, mas que, pelo contrário nos proporcionou acesso a informações e observações muito importantes e impossíveis para um pesquisador sem esse tipo de relação.

Em relação aos jovens, sentimos da parte deles uma relação que nos colocava como uma professora, mesmo nunca tendo ministrado aulas para eles. A maioria ficou à vontade e falou bastante de suas expectativas e opiniões. Em geral eles ressaltavam o quanto estão bem, que foram além das próprias expectativas e das de seus familiares. Que estão em melhor situação que seus amigos próximos e desejam isso para os irmãos e amigos. Mesmo os jovens desempregados contam as experiências que tiveram, ainda que agora não estejam trabalhando. Eles falam muito do futuro, dos sonhos e mostram as muitas incertezas que tem com frases do tipo “Amanhã eu vou ver um emprego”, “Eu vou ver no que vai dar”, “Eu vou esperar meu filho nascer depois ver no que vai dar”. A incerteza aparente ocorre devido às poucas perspectivas que existem para eles mesmos, assim, estas não existiam antes dos programas de qualificação, e agora com mais horizontes eles tem mais sonhos e desejos a expressar.

Em geral percebemos que o fato de participar do curso não colaborou, para a maioria deles, na escolha de uma profissão, mas a questão está em compreender se é o jovem que não consegue escolher uma profissão, ou se as perspectivas para tal realmente não existem. Os jovens também expressam a vontade de ajudar seus familiares no futuro a partir das condições que alcançarão a partir de uma concepção de sucesso ou realização pessoal que eles constroem, dada por fatores como casa própria, carro, estabilidade no emprego e família.

Em relação aos instrutores os dados são diferentes, porque segundo eles, as perguntas que fizemos não eram o que esperavam, eles acreditavam que a pesquisa seria mais no sentido técnico ou metodológico do curso e não dos jovens, por esse motivo as respostas foram muito espontâneas. Todos se mostravam muito curiosos em saber como os jovens estavam e o que eles estavam fazendo, pois existia um apego quase afetivo pela interação entre instrutores e alunos que a metodologia proporcionava. Isso ressaltou ainda mais a necessidade da pesquisa com os egressos, pois os próprios instrutores desejavam saber se o processo foi bem-sucedido e se sua intervenção foi válida na vida dos jovens.

Tomamos, portanto os jovens do Guarituba como foco de nossa pesquisa, devido às condições locais precárias já expostas e ao significativo número de entrevistas no local, visto que 9 dos 13 jovens entrevistados eram do Guarituba. Assim do total de entrevistas realizadas $\frac{3}{4}$ foram com jovens deste bairro, em

relação ao número de jovens que participaram de programas no município apenas ¼ dos participantes eram desse bairro.

3.3 CONTEXTO DA PESQUISA

No município de Piraquara foram executados 5 programas e projetos entre 2007 e 2009, que ofereceram 10 cursos e 200 vagas no total:

QUADRO 2 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PIRAQUARA/PARANÁ

PROGRAMA/ PROJETO	ANO	ORGÃO	EXECUTOR	Nº DE VAGAS	CURSOS
Jovem Aprendiz	2007	MTE	SENAI/PR	40	Auxiliar de Haras e Serviços turísticos
Escola de Fábrica	2007	MEC	ETUFPR	40	Iniciação profissional em informática e iniciação Profissional em Gestão de Serviços Turísticos
Juventude cidadã	2008	MEC	CIAP	40	Telemarketing e Auxiliar administrativo
Escola de fábrica	2008	MEC	ETUFPR	40	Costura industrial e Panificação e confeitaria
Jovem aprendiz	2009	MTE	SENAI/PR	40	Mecânica Básica industrial

FONTE: Pesquisa de campo (2012). Elaborado pela autora.

As características dos cursos eram e continuam sendo muito parecidas. Geralmente possuem de 350 a 600 horas e são divididos em módulos, sendo em média 35% da carga horária voltada para a qualificação social com conteúdos de ética e cidadania, noções de direito trabalhista, saúde e higiene, meio ambiente, entre outros; e o restante para a qualificação profissional em áreas específicas de formação, conforme já citado neste e observável no ANEXO A. As aulas eram realizadas preferencialmente nos horários matutino e vespertino com duração média de seis meses. A execução dos cursos teve início após o Departamento de Ação Social da Prefeitura Municipal de Piraquara ser ampliado e se tornar Secretaria Municipal de Ação Social no final de 2006 e iniciar a gestão básica do atendimento previsto no Sistema Único de Assistência Social - SUAS⁴³.

43 Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas) e

Os cursos oferecidos se deram em parceria com o Governo Federal e Municipal, através de executoras, nos quais os papéis seguiam as normas previstas para cada projeto especificando a função e as contrapartidas de cada um. O Governo Federal é o órgão que elabora e gere a política, normatizando sua execução. O Município ou Estado é o ente parceiro responsável pela organização do projeto e a executora é uma instituição especializada em serviços de qualificação, responsável pelas aulas, conteúdos etc. geralmente contratada por processo licitatório pela prefeitura ou estado parceiro da ação. O financiamento dos programas se dá pelo Governo Federal com contrapartida municipal, que corresponde a percentuais financeiros, como aluguel de espaços para as aulas, transporte e/ou lanche para os alunos.

Depois daquelas ações houve outras tentativas de convênios para execução de mais cursos, mas a exigência de contrapartida, as questões burocráticas, jurídicas e a falta de recursos da prefeitura impediram os convênios, principalmente após a realização dos primeiros cursos, quando os projetos do governo foram unificados no PROJOVEM. Foram conveniados 7 programas até 2009, enquanto três não foram conveniados por falta de recursos financeiros e/ou humanos da parte da prefeitura, mas apenas os 5 apresentados na tabela foram realmente executados e somente até 2009. Posteriormente em 2010 e 2011 foram conveniadas mais três ações: duas do Projovem Adolescente e uma do Projovem Trabalhador, mas nenhuma foi executada⁴⁴.

A secretaria Municipal de Ação Social obteve a gestão plena em 2009, tornando-se Secretaria Municipal de Assistência Social e a receita total para sua administração neste período era cerca de R\$ 2.587.677,41 entre recursos municipais e recursos do Governo Federal. Naquele período o valor representava cerca de 3% da receita total do município, excluídos os destinados aos recursos humanos.

funciona com três níveis de gestão: inicial, básica e plena de acordo com o porte do município, o número de centros de referência da assistência social - CRAS que possui e do montante populacional que consegue atender. (NOB/SUAS - 2005)

44 Ressaltamos que quando um programa é conveniado ele é aceito pela prefeitura, mas caso não seja executado o recurso é devolvido para o órgão proponente, neste caso o MTE.

QUADRO 3 - RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PIRAQUARA/PR EM 2009

Fonte de Recursos	Valor Mensal em R\$	Total Ano em R\$
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social	5.000,00	60.000,00
Piso Básico Fixo (CRAS – Centro de Referência de Assistência Social) - FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social	9.000,00	108.000,00
IGDBF (Índice de Gestão Descentralizada Bolsa Família) - FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social	9.000,00	108.000,00
Piso Fixo de Média Complexidade III – (CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social) - FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social	2.200,00	26.400,00
Piso Fixo de Média Complexidade II – (CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social) - FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social	10.300,00	123.600,00
SUBTOTAL	35.500,00	426.000,00
Fonte Recursos Livres – Prefeitura Municipal de Piraquara		2.161.677,41
TOTAL GERAL		2.587.677,41

FONTE: Fonte de Recursos e Relatório das Despesas por Setor/Unidade (2011).

Destes recursos é difícil de mensurar a parcela destinada para a qualificação, pois está dentro dos recursos destinados aos CRAS e da fonte de recursos livres. Nos projetos em parceria com os Governos Federal e Estadual⁴⁵ a contrapartida do município se dá de acordo com o percentual estabelecido pelos projetos; no caso do Projovem é de no mínimo 5% do valor total da execução.

Além dos programas em parceria com o governo federal, o município tem projetos próprios de qualificação voltados para o público em situação de vulnerabilidade, são eles os projetos: **Água Viva**, que oferece cursos de artesanato, manualidades e costura industrial; e **Inclusão Digital** que oferece informática básica para jovens, adultos e idosos. Há também convênio com o Centro de Promoção Humana Rede Esperança que oferece cursos de panificação e confeitaria, corte e costura, cabeleireiro e manicure, além de atividades educacionais e esportivas para crianças. Estes projetos também atendem jovens acima de 16 anos, mas não têm ações especificamente direcionadas para eles, priorizando a questão da vulnerabilidade e necessidade de geração de renda.

45 Em 2009/2010 foi executado o projeto ATITUDE em parceria com o Governo do Paraná, que ofereceu qualificação e ações de cidadania, esporte e lazer em diversas áreas para adultos, jovens e crianças.

Conforme já afirmamos anteriormente, dos cerca de 21.000 jovens residentes em Piraquara, apenas 200 jovens foram atendidos pelos cursos de qualificação profissional, ou seja, apenas 1%. Depois disso, não houve mais ações devido a não destinação de recursos por parte da prefeitura para fazer frente à exigência de contrapartida do Governo Federal, mostrando que a prioridade dos gestores locais não está neste tipo de ação, visto que o MTE ofereceu, em todos os anos posteriores, propostas de convênios para ações de qualificação profissional de jovens.

3.4 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

QUADRO 4 - SITUAÇÃO DOS JOVENS NO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO

Bairro	Sexo	Subsídio Social (PBF ou outros)	Idade	Escolaridade	Curso	Ano
Centro	Masculino	-	17	2º ano EM	Auxiliar Administrativo	2008
Guarituba	Feminino	-	16	1º ano EM	Panificação e Confeitaria	2008
Centro	Feminino	-	17	3º ano EM	Costura Industrial	2008
Guarituba	Feminino	PBF	17	EJA EM	Costura Industrial e Auxiliar Administrativo	2008
Guarituba	Feminino	PBF, Leite das crianças	16	1º ano EM	Panificação e Confeitaria	2008
Guarituba	Feminino	PBF	16	1º ano EM	Telemarketing	2008
Guarituba	Feminino	PBF	22	EJA EM	Panificação e Confeitaria	2008
Guarituba	Feminino	PBF	18	8º EF	Telemarketing	2008
Guarituba	Feminino	PBF	19	EJA EM	Costura Industrial	2008
Guarituba	Masculino	PBF	16	8º EF	Panificação e Confeitaria	2008
Centro	Feminino	-	17	2º ano EM	Telemarketing	2008
Guarituba	Masculino	PBF	17	2º ano EM	Panificação e Confeitaria	2008
Centro	Feminino	-	16	1º ano EM	Costura Industrial	2008

FONTE: Pesquisa de campo (2011-2012). Elaborado pela autora.

Dos 13 jovens entrevistados, 3 tinham mais de dezoito anos no período de realização da qualificação, uma tinha mais de vinte e um anos, os outros 10 tinham entre dezesseis e dezoito anos. Foram entrevistados 3 homens e 10 mulheres, com escolaridade média no primeiro ano do ensino médio, escolaridade essa alcançada por 4 destes, através de programas de educação de jovens e adultos - EJA.

QUADRO 5 - ESCOLARIDADE MÉDIA DOS JOVENS NO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO DO CURSO E POSTERIOR A PARTICIPAÇÃO

Nível de Escolaridade	Antes	Depois
Ensino fundamental incompleto	3	-
Ensino médio incompleto	8	4
Ensino médio completo	2	7
Ensino superior incompleto	-	2

FONTE: Pesquisa de campo (2011-2012). Elaborado pela autora.

Podemos constatar que houve elevação da escolaridade dos participantes dos programas de qualificação, no entanto, a própria idade que eles se encontravam também é propícia à essa elevação, mas visto que havia jovens cursando Educação de Jovens e Adultos – EJA, o fato de quase todos terem concluído o ensino médio e também haver jovens na universidade, reforça a elevação da perspectiva de futuro profissional dos que participaram do programa.

QUADRO 6 - SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS JOVENS NO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO DO CURSO E DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO

Situação de Trabalho	Antes	Depois
Nunca teve ocupação	8	-
Empregado ocupado	2	4
Autônomo	1	1
Empregado com carteira assinada	-	4
Desempregado	2	4

FONTE: Pesquisa de campo (2011-2012). Elaborado pela autora.

Observamos que poucos jovens já haviam exercido alguma atividade remunerada antes de participarem do programa, e nenhum havia sido empregado com carteira assinada. Depois da passagem pelo curso todos já haviam trabalhado como empregados, com ou sem registro. Mas as trajetórias se mostram instáveis, pois apesar de 9 jovens estarem em situação de trabalho e 4 desempregados ou sem ocupação, todos relataram ter passado por várias atividades neste período entre a participação no programa de qualificação e a realização desta pesquisa, inclusive períodos de desemprego.

A iniciativa dos jovens ao fazer a qualificação não era buscar uma profissão, mas qualificação para conseguir o primeiro emprego e aprendizado para outras funções, portanto realizavam cursos em qualquer área. Apenas 3 dos

entrevistados queriam trabalhar e seguir carreira na área em que se qualificaram. Outros 3 haviam conseguido emprego na área de qualificação, mas não pretendiam continuar nessa profissão.

A bolsa-auxílio que recebiam pela participação funcionava como atrativo para início do curso, mas não garantia a permanência no mesmo, pois segundo os próprios jovens, ela perdia a importância ao longo do curso, visto que a maioria recebeu o benefício com atraso ou apenas no final do curso.

Apesar de todos os jovens que participaram dos programas estarem classificados como pobres e fazerem parte do Cadastro Único da Assistência Social - CADÚnico⁴⁶, alguns possuem condições financeiras muito inferiores aos demais, assim seus anseios se dão de acordo com a condição em que vivem, visto que os jovens com melhores condições conseguiam fazer outros cursos, até mesmo pagos, enquanto os outros não tinham as mesmas oportunidades. Exploraremos essa condição da diferença entre os jovens que são públicos de uma mesma política no próximo capítulo, a partir do que pudemos perceber nas falas deles mesmos.

Além dos jovens, realizamos entrevistas com 6 mães e 4 instrutores. Duas mães eram viúvas, duas divorciadas e duas casadas com os pais dos jovens. Uma era funcionária pública de nível médio, outra funcionária pública de nível fundamental aposentada, uma delas era dona de casa com ensino fundamental incompleto, uma pensionista e uma empregada doméstica que não trabalhava mais por problemas de saúde. Todas as mães veem o estudo e a qualificação como único acesso às poucas oportunidades que os jovens podem ter de “crescer na vida”. Elas demonstraram bastante vontade de falar sobre a realidade local e atribuem ao governo algumas dificuldades no cuidado com os filhos. Consideram o local da qualificação como um local seguro para seus filhos estarem. A perspectiva das mães é que os jovens vão chegar mais longe que elas e terão melhores condições no futuro, podendo assim, também cuidar dos pais na velhice.

Já os instrutores representam a instituição. Percebemos neles a vontade de auxiliar o jovem, entendendo a participação no programa como nova oportunidade

46 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Atualmente o Cadastro Único tem mais de 21 milhões de famílias inscritas.

para enfrentar os desafios do mundo do trabalho com uma proposta diferente da escola formal. Os instrutores são selecionados a partir de indicações do município, segundo as áreas de conhecimento. Principalmente os instrutores de conhecimentos gerais como português e matemática eram professores de escolas estaduais de Piraquara, já os de conhecimentos específicos foram indicados pelo município ou pelas executoras. Alguns projetos exigiam que os instrutores tivessem nível superior ou técnico em áreas afins das quais iriam ministrar conteúdos e o pagamento era feito por hora/aula no valor de R\$ 21,00, quase três vezes o valor pago pelo ensino público que, na época, era em média de R\$ 8,00 por hora/aula. Outros projetos como o Juventude Cidadã, não exigiam nível superior, apesar de a única instrutora entrevistada que participou desse projeto também ter graduação em Pedagogia; neste a remuneração por hora/aula era muito baixa, cerca de R\$ 5,00 por hora/aula.

Dois dos instrutores entrevistados continuavam trabalhando no município como agentes da Secretaria Municipal, uma era advogada do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, enquanto a outra, pedagoga, também estava vinculada a outro projeto com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O psicólogo também foi coordenador de programas de medida socioeducativa e no momento da entrevista trabalhava no Governo do Estado na coordenação dos Centros de Socioeducação. Apenas a monitora é que saiu da área da assistência social.

Em alguns pontos as falas dos instrutores são muito comuns à dos jovens e das mães, mas o instrutor consegue perceber as nuances da política pública, com suas perspectivas e dificuldades, justamente por estar inserido nela. Eles percebem a diferença entre o proposto nas diretrizes dos programas e projetos pedagógicos e o que de fato se consegue atingir, fazendo muitas críticas quanto às condições de trabalho e afirmam que faltam equipamentos, apostilas e material de apoio para que possam vencer os conteúdos propostos de maneira satisfatória e esperada pelos projetos pedagógicos. Ressaltam também que ao iniciarem o trabalho, veem que os jovens têm limitações maiores do que esperavam, visto que a base educacional não é condizente com sua idade e com o requisitado pelo programa para que possam acompanhar os conteúdos.

Assim, todos esses fatores desde as condições locais, com todas suas peculiaridades e discrepâncias, a forma com que se deu o estabelecimento do

município, o perfil socioeconômico local, a situação dos jovens até as próprias diferenças entre os participantes, trazem um campo de análise muito amplo e com diversas facetas. A pesquisa irá revelar que as condições locais e o negativismo do imaginário em torno do município, influenciam na situação do jovem perante a sociedade e que por isso, ele busca elevar sua condição de modo a adquirir um *status* mais elevado, visando a superação desse estigma. A participação nos cursos é tida como uma oportunidade para esta superação, inicialmente pela perspectiva de qualificação e, portanto, de trabalho e renda e, posteriormente, pela socialização e formas de integração social que a participação pode proporcionar.

4 A EXPERIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DOS SUJEITOS

“A gente não quer só dinheiro/ a gente quer dinheiro e felicidade/ a gente não quer só dinheiro/ a gente quer inteiro e não pela metade [...]Desejo, necessidade, vontade/ necessidade, desejo, necessidade, vontade.”

O trecho da música “comida”⁴⁷ remete ao universo jovem que busca a satisfação de seus desejos e anseios remotos, o suprimento das suas necessidades materiais e urgentes, e o alívio de suas vontades mais tangíveis e explícitas. As palavras da música remetem, portanto, à realidade de muitos jovens que precisam suprir suas necessidades antes de pensar em realizar seus desejos e vontades, por mais básicas que estas vontades sejam.

Do mesmo modo, as políticas públicas de qualificação profissional, visam oferecer ao jovem auxílio em sua trajetória voltada ao desenvolvimento profissional, buscando proporcionar condições apenas para gerar trabalho e renda – de preferência imediatos - e que este indivíduo beneficiário possa, portanto, suprir suas necessidades através de seu trabalho.

As políticas de qualificação partem da esfera federal para a municipal com um modelo único de atuação e são marcadas pela impessoalidade com que são oferecidas, sem levar em conta as diferentes realidades locais e discrepâncias regionais. Como já observado, os resultados esperados também são os mesmos em todo o território nacional principalmente em relação à inserção no mercado de trabalho.

Apesar disso, temos como hipóteses que o benefício da política pública de qualificação profissional relaciona-se muito mais com os fatores de sociabilidade e integração social do que efetivamente em relação à inserção no mercado de trabalho, e que a participação pode fornecer subsídios para o jovem traçar sua trajetória de vida, com direitos assegurados e condições para realizar suas escolhas sociais e profissionais.

Nosso objetivo neste capítulo é compreender a partir da visão dos beneficiários dessa política, quais foram os resultados ao participar desses

47 Lançada no álbum “Jesus não tem dentes no país dos banguelas” (1987) da banda Titãs, liderada pelo compositor Arnaldo Antunes.

programas e da permanente demanda por qualificação profissional por parte dos jovens. Assim, as pesquisas nos ajudarão a compreender os motivos que levam os jovens à participar das ações e o sentido da mesma, buscando trazer a tona impressões e expectativas, considerando também a opinião das mães e dos instrutores que são fundamentais para a compreensão de todo esse processo.

Utilizaremos trechos das entrevistas⁴⁸ com 13 jovens egressos de cursos de qualificação profissional em Piraquara/PR, realizadas entre os anos de 2011/2012, e também com 6 mães, 3 instrutores e 1 monitora. Todos os nomes são fictícios para proteger a identidade dos entrevistados.

Como já registrado anteriormente, mesmo sendo todos de baixa renda - condição para cumprir os critérios dos programas - existem diferenças marcantes entre os jovens que fizeram os cursos. O critério de renda para participar da qualificação era de até um salário mínimo e meio per capita, mas alguns jovens estão muito abaixo dessa faixa, inclusive sem nenhuma renda familiar fixa. A diferença aparece principalmente entre os jovens das outras regiões de Piraquara e os do Guarituba, que tinham as piores condições. Lembramos porém que em um universo de 200 jovens qualificados, 60 eram do Guarituba e entre os 13 jovens entrevistados 9 eram desse bairro. Dos jovens do Guarituba apenas uma tinha condições superiores aos critérios para recebimento de subsídio social como bolsa família; os demais viviam em condições de pobreza e problemas familiares, como alcoolismo e outras drogas e falta de planejamento familiar.

Ao longo dos capítulos anteriores apontamos as condições que tornam o bairro do Guarituba um caso específico, bem como a situação dos jovens participantes da qualificação que são um público vulnerável. A junção desses fatores permite-nos construir um quadro de referência e fazer uma comparação com a vida e perspectiva dos jovens que moram em outras regiões de Piraquara, de suas mães e dos instrutores. Portanto, tomaremos os residentes do Guarituba como principal foco de nossa pesquisa, para, a partir deles, buscar entender o universo da qualificação profissional na vida dos jovens, relacionando com os outros jovens entrevistados.

48 Usamos as entrevistas de acordo com a estrutura com que foi realizada, porém suprimindo trechos que desviavam do assunto e não mantivemos os vícios de linguagem para melhor compreensão, ressaltando que isso não prejudicou a veracidade das falas aqui colocadas.

A pesquisa demonstrou pontos convergentes nas impressões de todos os grupos de entrevistados, tanto dos jovens e mães, quanto dos instrutores. Os maiores destaques foram as mudanças que a participação no processo de qualificação acarreta, principalmente:

- aprender a se comportar e agir em ambientes públicos;
- ter mais chances no mercado de trabalho;
- melhorar a comunicação e vencer a timidez;
- entender sobre seus direitos e deveres sociais;
- desenvolver o senso de responsabilidade;
- ampliar a perspectiva de futuro profissional dos jovens.

Consideramos esses pontos convergentes como categorias que podem ser classificadas em trabalho, socialização e integração. Esses três eixos norteadores perpassam as falas de todos os sujeitos e revelam inúmeras nuances do processo de qualificação, mostrando que a participação vai além da qualificação profissional e proporciona ao jovem desenvolvimento pessoal e social, principalmente entre os que moram no Guarituba, detentores de trajetórias mais instáveis que os demais. O aprendizado adquirido na qualificação contribui muito para mudanças em suas vidas, com elevação das perspectivas profissionais, sociais e mudança de trajetória de vida⁴⁹.

4.1 TRABALHO

Como tratamos ao longo dos capítulos anteriores, as mudanças no mundo do trabalho e a constituição do mercado de trabalho brasileiro determinaram diferentes formatos aos programas de qualificação profissional. O caráter social atribuído a esses, principalmente a partir dos anos 2000, fez com que se consolidassem em políticas públicas com forte cunho social e com destaque para a qualificação de jovens.

49 Pierre Bourdieu trata o conceito de trajetória como dependente da posição ocupada pelo agente no campo, assim as ações e o percurso de vida do indivíduo estão condicionados pela sua posição no campo e por todo o aparato social de formação de uma identidade, ou seja, pelo seu *habitus*. (Bourdieu, 1989,1998). Não abriremos mão do sentido bourdieusiano em alguns momentos de nossa discussão, até por que estamos situando os jovens como pertencentes a uma condição específica. Mas, em geral, trataremos do termo trajetória no sentido *latu* da palavra como um caminho traçado entre um ponto de partida e um ponto de chegada.

Deste modo, o trabalho é o sentido da existência dos programas, buscando preparar o jovem para entrar e permanecer no mercado de trabalho, impedindo sua exclusão precoce. Para os jovens, a expectativa é semelhante, uma vez que a participação nesses programas muda sua perspectiva de vida e ultrapassa inclusive a possibilidade de conseguir um emprego, criando a perspectiva de estar preparado para o mundo do trabalho em suas mudanças e exigências.

A instabilidade das relações do trabalho afeta toda a perspectiva laboral do jovem na medida em que o mercado exige experiência, qualificação, habilidades e competências para contratar, condições que eles ainda não possuem, pois a visão empresarial liberal parte do princípio que a produtividade do jovem é inferior à do adulto e, por isso, seria preciso oferecer compensações ao empregador para a contratação de um trabalhador jovem (POCHMANN, 2007). Assim, nas últimas décadas, observa-se um fenômeno em que os jovens buscam se qualificar cada vez mais e adiam sua entrada no mercado de trabalho, visando conquistar melhores postos e construir trajetórias mais sólidas.

Os jovens que são o público alvo dessas políticas públicas de qualificação, vão na contramão do movimento: não têm acesso à especialização e os estudos ficam em segundo plano. Além disso, devido à situação de vulnerabilidade em que vivem, acabam ingressando precocemente em trabalhos precários e em atividades esporádicas de baixa remuneração. Assim, cria-se um círculo vicioso de pobreza e falta de expectativa profissional e social. Para a maioria deles a prioridade é trabalhar, independente das condições do local, da remuneração e do que terão que abrir mão para conseguir colocações que forneçam seu sustento.

Em nossa pesquisa não foi diferente: os jovens do Guarituba vivem essa situação da prioridade do trabalho, as condições das escolas do bairro não são um atrativo para a permanência dos alunos no processo educacional, além do mais, o trabalho representa um dos símbolos de passagem para a vida adulta, e como precisam se sustentar, na falta de outras possibilidades familiares ou comunitárias, o ingresso no trabalho torna-se a ação mais interessante e atrativa em seu contexto de vida.

No imaginário local que perpassa toda a cidade, o trabalho é a garantia de sobrevivência e reconhecimento, prova de honestidade e responsabilidade, a certeza de não estar envolvido com drogas e tráfico, portanto atingirá um futuro honesto. Assim, quanto mais cedo ingressar no mundo do trabalho, mais concreta

é a garantia de que o jovem está “a salvo” dos perigos das drogas e do crime, como relatou uma mãe:

“Ah!, pra mim começava aos 12 e não aos 16, eles ocupam a cabeça muito mais e é uma fase que eles param de ter o interessezinho mais pessoal e começam a pensar em serviço”. (Lucia, mãe, Guarituba).

Apesar do problema do alcoolismo, por exemplo, ser bastante grave no bairro, ainda assim acreditam que o fato de entrar no mercado de trabalho afasta o indivíduo dos perigos da ilegalidade e mesmo do crime. Portanto, o mercado de trabalho funciona muito mais de forma imaginária que “salva” quem está trabalhando, do que uma condição concreta de acesso ao mundo ilícito. Dessa maneira, vários jovens e adultos acabam se tornando usuários de drogas lícitas ou ilícitas, mesmo após o ingresso no mercado de trabalho.

A mãe de um jovem que foi assassinado dois anos após participar da qualificação e ingressar no mercado de trabalho relatou,

“Ele entrou em um mercado [supermercado] [...] E depois do que aconteceu, ainda pegamos uma indenização do serviço que a gente nem sabia que o mercado tinha, né. Mas pelo currículo, por que ele já tinha um pouco de estudo e por causa do curso”. (Eva, mãe, Centro).

Essa mãe considerava que o jovem estava em segurança por estar trabalhando e, mesmo após a morte do filho, considerava o assassinato uma fatalidade, uma “confusão dos bandidos”, uma vez que já estava encaminhado na vida. Esse episódio remete à crítica social que Chico Buarque de Holanda canta na música de sua autoria “O meu guri”, e retrata preocupação e esperança das mães para seus filhos como podemos observar nesse trecho: *“...Chega no morro com carregamento, pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador. Rezo pra ele chegar cá no alto, essa onda de assaltos tá um horror. Eu consolo ele, ele me consola, boto ele no colo pra ele me ninar. De repente acordo, olho pro lado e o danado já foi trabalhar, olha aí...”*. O poeta-cantor retrata muito bem a realidade de muitas mães que vivem em condições precárias, com muitas dificuldades para criar seus filhos em meio à pobreza e falta de condições e que, por impossibilidade ou por

necessidade de sobreviver, não percebem o mundo real ao qual seus filhos estão submetidos, pois só o que desejam é um futuro melhor para eles.

A maioria dos jovens que não recorrem a meios ilícitos para ganhar dinheiro acabam ingressando muito cedo em atividades laborais precárias como babá, auxiliar de pedreiro, faxineira, entre outras, sem registro profissional e sem garantias trabalhistas. Inicialmente, os jovens buscam trabalho para conseguir dinheiro para satisfazer suas necessidades sociais, como roupas e objetos eletrônicos, símbolos de *status* nos seus grupos de convivência. Depois continuam trabalhando para sua própria subsistência, ficando cada vez mais afastados da escola. Como o caso de um jovem que queria desistir do curso para trabalhar e a mãe relatou:

“Por que, ele mesmo entrou por que ele queria um tênis e um celular, daí como ele não conseguiu eu falei assim ‘- Eu compro o tênis e o celular pra você e você continua o curso’ daí ele continuou”. (Ivone, mãe, Guarituba).

Os jovens do Guarituba veem o trabalho como uma possibilidade de romper com o ciclo de pobreza e discriminação. Apesar das condições locais, os jovens têm esperança de conseguir uma vida melhor e acreditam que o trabalho é um meio de atingir este objetivo. Almejam, a partir dele, avançar no seu *status* de cidadão e em sua condição social; assim entendem a necessidade dos estudos e da qualificação para terem mais chances, mas em muitos casos retornar à escola e buscar qualificação é muito difícil quando já se está trabalhando.

“Não, não cheguei a terminar o segundo grau, por que tinha que trabalhar e não deu tempo de fazer nada”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

Conforme tratamos no capítulo anterior, havia vários critérios para participar dos projetos de qualificação profissional, como renda, idade, entre outros. Também era obrigatório estar estudando, portanto, alguns jovens que estavam fora da escola e desejavam participar do curso tiveram que voltar a estudar, isso levou alguns a concluir o ensino médio. Dos 9 jovens entrevistados no Guarituba, 4 não haviam concluído o ensino médio e apenas uma estava cursando o Ensino de

Jovens e Adultos - EJA, em contrapartida, entre os jovens da região central da cidade, todos haviam concluído o ensino médio.

Como hoje, a educação formal é considerada um requisito mínimo para o ingresso no mundo do trabalho e o mercado exige cada vez mais escolaridade, mesmo que para tarefas subalternas como limpeza e serviços gerais, os jovens também entendem a necessidade de voltar a estudar como “passaporte” para o mercado de trabalho,

“[...] eu acho que a pessoa, já sem estudo ela já não consegue um serviço bom né! E sem curso ainda...”. (Janine, Telemarketing, Guarituba).

No entanto, a percepção dessa exigência nem sempre é tão direta, pois alguns acabam entendendo essa necessidade apenas após o término da qualificação e o ingresso no mercado. Assim, entre estudo e qualificação, ainda consideram que essa última poderia suprir a baixa escolaridade.

“Eu parei de estudar no segundo ano, só que como eu parei eu perdi tudo daí eu tive que voltar pro começo, e faltavam sete matérias pra eu terminar, só sete. Daí eu tive que voltar pro início tudo de novo, agora eu voltei a estudar agora vou fazer o regular, não vou mais fazer supletivo”. (Franciele, Auxiliar Administrativo, Guarituba).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a qualificação profissional e a educação formal andam juntas nesse processo de busca por colocação no mercado.

A qualificação profissional representa, para esses jovens pobres, a única oportunidade para conseguir corresponder às exigências do mercado formal. Possuir a qualificação é um diferencial em suas vidas e coloca-os numa posição elevada em relação aos que não a tem, como uma jovem comentava sobre a irmã que não queria fazer cursos:

“E aí eu acho assim, que nem ela não tem curso nenhum, ela vai fazer 16 anos, nesse mundinho e parou de estudar e eu falei “– Se você continuar aí vai fazer isso

o resto da vida.” Daí ela vai conseguir trabalhar de diarista ou doméstica, porque não corre atrás”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

Essa não é uma opinião apenas dos jovens do Guarituba, mas pode ser atribuída a grande parte da juventude brasileira, em especial entre os jovens pobres. Segundo Ana Luisa Sallas, o “senso de realidade”, típico dos segmentos populares sobre os espaços possíveis a eles destinados na sociedade, está presente desde a juventude, exatamente pelo valor atribuído aos cursos profissionalizantes. Enxergam nesses cursos uma das poucas possibilidades para construir um futuro promissor, à medida que este tipo de curso estabelece a ponte com a realidade mais concreta do mundo do trabalho. (2008, p.152). Junto com a noção de “espaços possíveis” que os jovens adquirem em função de sua classe social, há outros elementos como a incerteza quanto ao futuro, mas um novo leque de possibilidades que as políticas sociais, fortalecidas a partir do governo Lula trazem para os jovens, colocam em discussão esse senso de realidade de que trata Sallas como possibilidade de poder ir além destes espaços à eles destinados em função de classe.

Apesar da situação de exclusão, eles procuram entender os caminhos do trabalho e como se adaptar às necessidades do mercado, assim buscam cada vez mais qualificação em todas as áreas possíveis. Apesar da grande dificuldade em entender o que mercado espera deles, devido à tendência mercadológica da especialização e da busca por trabalhadores com alto grau de eficiência, estar muito longe da realidade desses jovens. Para eles estar apto, ser “empregável” é sinônimo de qualificação para muitas funções.

“Tem a vaga [de trabalho], mas não tem o pessoal qualificado, então se tem a oportunidade de fazer um curso nem que seja de uma semana, vai e faça, vá se aprimorando por mais que você não vá trabalhar. [...] Ai chega lá eles começam a perguntar um monte de coisa pra você, ai você não tem e já fica, né. Você tem que se especializar, você tem que buscar uma qualificação”. (Eliane, Costura, Centro).

A reprodução desse discurso é algo que muitas vezes não condiz com sua própria realidade. Apesar de buscarem qualificação os percursos no mundo do trabalho revelam instabilidade, com empregos de pouca duração e muitas

incertezas. Ainda assim, atribuem à qualificação as poucas chances que conseguem:

“Sem curso ainda é pior; e eu pelo fato de não ter estudo e não ter experiência, se eu não tivesse o curso eu não teria conseguido e por causa do curso eu consegui mesmo o serviço”. (Janine, Telemarketing, Guarituba).

Mesmo os jovens que já têm experiência profissional, voltam para outros cursos, buscando melhores oportunidades de trabalho.

“Eu trabalhei, daí eu saí do serviço, daí fiquei um tempo em casa, entrei num que eu estou até agora, mas vou sair. Estou pra fazer um curso a distância, um curso técnico, pra conciliar no final de semana um horário vago que eu vou mudar de emprego e esse meu novo serviço ele exige um curso técnico”. (Eliane, Costura, Centro).

Marcio Pochmann afirma que a busca por mais qualificação ocorre devido a atribuição da responsabilidade pela empregabilidade aos trabalhadores,

Manter-se atualizado e bem treinado virou exigência básica para sobreviver, enquanto a modernização se acelera e cresce a necessidade de acompanhar os avanços. Patrões pedem mais qualificação, que nem todo sistema educacional fornece. O sonho do emprego para a vida toda acabou. Mobilidade virou norma tanto para o trabalhador quanto para a empresa. (POCHMANN, 2007, p.26).

E, por tomarem a responsabilidade para si, acham que estão sempre um passo atrás das exigências do mercado, sem compreender que esse é um problema para todos os trabalhadores. Se, na história brasileira, sempre tivemos uma grande discrepância entre o número de trabalhadores (a maior) e os postos de trabalho (a menor), a atual situação do mercado se inverte, porém com uma nova exigência: qualificação.

“Não sei, eu queria terminar esse curso pra ver se conseguia um emprego melhor, eu acho que não querer ser mais que os outros, não por nada, mas eu acho que tem que querer ir pra frente. [...] Às vezes nem pedem tudo e curso você tendo aquilo ali, às vezes você nem usa muito [...] Tomara que venha um que eu consiga fazer e terminar”. (Cida, Costura, Guarituba).

Apesar da atual situação do mercado de trabalho brasileiro, com baixos índices de desemprego e até rumores de pleno emprego, a rápida desatualização do trabalhador, devido ao constante surgimento de novas tecnologias, principalmente informacionais, gera uma rotatividade muito grande e assim, apesar de ser relativamente fácil conseguir um trabalho, não é fácil conseguir um bom emprego, tanto registrado quanto autônomo, que dê plenas condições de subsistência e estabilidade. Por conseguinte, a qualificação é fator determinante para ingresso em determinadas funções e, portanto, é necessária a constante atualização.

Além das exigências do mercado de trabalho, o fato dos jovens buscarem diversas qualificações está também relacionada à fase característica da juventude que é momento de escolhas em sua vida. À revelia do que as condições de classe e de local de moradia lhes colocam como “destino”, já estabelecendo *a priori* uma trajetória, precisam constituir, por si mesmos, sua trajetória de vida procurando desvendar quais os meios para realizar seus desejos e o que pretende para si como projeto pessoal e profissional. Isso pode, no limite, implicar no rompimento com toda trajetória anterior. Por esses motivos, observamos que a indecisão não é uma característica apenas desses jovens pela sua situação de vulnerabilidade, mas de todos os jovens.

“Indiferente acho que da classe social que você vive é um período de insegurança assim ‘– Ah o que eu vou fazer agora?’ e tal”. (Monitora Adriana, Escola de Fábrica e Aprendiz).

Mesmo entre os jovens que não moravam no Guarituba a indecisão foi bastante ressaltada:

“Eu comecei a fazer licenciatura (em artes) e tudo, mas era muito restrito. A faculdade era à tarde e o leque era muito restrito e pós-graduação em artes tem bastante. [...] E ai depois de que eu fiz um concurso eu fui fazer outros concursos [...] Dai eu sai da loja aqui por que eu estava trabalhando muito. Ai no meio de janeiro o gerente de um bar me ligou perguntando se eu queria trabalhar lá, por que eu tinha deixado currículo pra ele, ai eu fui lá como free lancer. E agora eu vou

pegar um emprego de seis horas, à tarde, por que daí eu posso conciliar o bar com outro emprego e ganho bem, né?” (Jéssica, Costura, Centro).

A indecisão se dá, principalmente, devido às dificuldades que o mundo do trabalho apresenta. A criação e extinção de profissões, elevação e queda de perspectiva de cada profissão em poucos anos e exigências cada vez maiores para todas as profissões, dificultam ainda mais a escolha dos jovens e nem mesmo a formação superior garante empregabilidade.

“A minha mãe vive perguntando “- No que você vai trabalhar quando você terminar a faculdade?” Então, eu ainda não sei. Eu ainda estou pensando no que eu vou fazer, ela falou “- Mas você tem que decidir, você tem que ver isso, tem que ver aquilo”. “- Ai calma, relaxa, eu ainda estou pensando ainda não sei, preciso de um pouco de tempo”. Mas eu vou fazendo outras coisas, até eu achar aquilo que eu vou fazer”. (Eliane, Costura, Centro).

Assim, até mesmo os jovens que já estão na universidade, não têm garantia que isso lhes colocará ou manterá no mundo do trabalho e as incertezas se acumulam para todas as classes e idades. “Diante do considerável avanço do que se reconhece cada dia mais por sociedade pós-industrial, acumulam-se novas e importantes perspectivas acerca do trabalho do futuro (mas não tão distante), muito mais como dúvidas do que necessariamente como certezas”. (POCHMANN, 2007, p.19).

Reiterando o discurso dominante que imputa ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, os jovens do Guarituba acreditam que sua condição de incerteza em relação ao futuro se dá devido à baixa qualificação, baixa escolaridade, dificuldade de acesso à qualificação, distância do local de moradia, entre outros. E, ainda, que suas escolhas profissionais também estão muito relacionadas à própria trajetória de vida.

As trajetórias estão constituídas a partir do lugar de moradia ilegal e marginal, com condições sociais precárias e falta de infraestrutura, pois esses jovens provem de famílias imigrantes em busca de emprego na capital e que passaram a ocupar a área irregular do Guarituba por não conseguirem trabalho ou não terem condições de comprar um local de moradia. Em alguns casos, decorrem

também de situações de extrema pobreza, de instabilidade e abandono familiar, de mudanças frequentes de moradia e da falta de apoio ou condições dos cuidadores. Todos esses fatores influenciam nas oportunidades, nas escolhas e nas perspectivas profissionais desses jovens.

Deste modo, apesar da indecisão poder ser atribuída à fase da juventude, existe grande diferença entre a indecisão e incerteza que acomete o jovem em situação de vulnerabilidade e é público dos programas sociais e dos jovens de classes mais elevadas. A indecisão do jovem vulnerável se caracteriza na própria sobrevivência, suas decisões se dão no âmbito da necessidade material, da subsistência e, portanto, muitas vezes escolher entre o estudo, ou pela inserção imediata no trabalho mal remunerado, mas que garantirá seu sustento. Essa trajetória de escolhas é diferente da dos jovens que podem escolher entre postergar o ingresso no mercado de trabalho, ou entre diferentes cursos ou faculdades, diferentes profissões, entre outros. Assim não se pode caracterizar apenas pela indecisão, mas é importante buscar compreender as condições que criam no jovem a indecisão e as incertezas, se entre diversas oportunidades de escolha ou pela necessidade latente.

De todos os jovens entrevistados, apenas os pais de dois deles tinham o ensino médio completo; os demais tinham ensino fundamental incompleto e uma mãe e um pai de diferentes alunos eram analfabetos. A instabilidade financeira também estava presente, sendo 8 jovens de famílias beneficiárias do programa bolsa família. Alguns jovens mudaram várias vezes de moradia e tiveram que abandonar a escola, por diversas razões, como distância para trabalhar, ou mesmo por falta de compreensão dos pais e deles mesmos na importância da escolarização. Outros, quase nunca haviam saído do Guarituba e conheciam muito pouco da dinâmica social do mundo do trabalho e das dificuldades que enfrentariam social e profissionalmente. A perspectiva de jovens com trajetórias tão complexas acompanha o pouco que conhecem e conseguem esperar para si mesmos, como podemos observar na trajetória de uma das jovens,

“Eu morava aqui aí eu fui embora pra Pinhais, aí eu trabalhava numa panificadora e acabei trabalhando numa boate e tal. Nossa, aconteceu tanta coisa, meu pai sofreu um acidente e tudo, daí ele foi embora e minha mãe entrou em depressão e agora ela não sai mais, não faz mais nada. Daí eu tive que correr atrás, o que ela fez por

mim eu tive que começar a fazer, daí eu tive que trabalhar no que dava, daí eu fui trabalhar no mercado, daí eu vim pra cá depois que ele (filho) nasceu, ele tinha três meses, agora eu estou grávida de novo”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

A falta de informação e as difíceis condições sociais influenciam de tal modo que muitas jovens são mães precocemente. Entrevistamos 5 jovens que eram mães, duas com mais de um filho e dessas, duas estavam casadas. As outras 3 tinham filhos de pais diferentes e não recebiam pensão, contando apenas com a ajuda da família para sustentar seus filhos. Uma delas relatou que as duas irmãs que participaram do curso também já tinham filhos e moravam com a mãe.

Mesmo não sendo nosso foco nessa discussão, não há como as questões de gênero passar despercebidas, visto que além das condições de precariedade social de todos, as jovens têm que deixar o trabalho para cuidar dos filhos pequenos, muitas sem qualquer ajuda do pai das crianças:

“Daí arrumei numa panificadora de atendente e acaba ajudando, aí fiquei mais um tempo lá, saí e logo engravidei do meu menino, daí parei de estudar e daí parou um pouco a minha vida”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

Com filhos pequenos e falta de creches as jovens mulheres se afastam do mercado de trabalho. Duas garotas haviam perdido o emprego durante a gravidez:

“Quando eu engravidei estava trabalhando como freelancer, era promotora, na verdade a gente trabalhava todos os dias era contrato e tudo. E aí acabou o contrato e eles viram que eu não ia aguentar mais e me dispensaram, na hora que eu mais precisava, né? Não da nada, a gente leva pra frente”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

E buscam criar estratégias para conseguirem se manter:

“Pretendo voltar a trabalhar, eu até estava conversando com a minha mãe esses dias, que se por um acaso eu não conseguir um emprego, eu até queria abrir um comércio [...] Uma lanchonete alguma coisa, daí eu posso cuidar da neném, posso

ficar mais tempo com ela e posso ficar trabalhando também". (Karem, Panificação, Guarituba).

Assim, as jovens sofrem com a falta de estrutura social para auxiliá-las no cuidado com seus filhos e buscam meios para voltar ao mundo do trabalho, mas, em geral, a espera é muito grande, pelo menos até conseguirem vagas na creche ou reorganizarem a estrutura familiar para que as mães ou parentes possam cuidar das crianças.

"A minha irmã estava trabalhando, mas agora ela saiu por que a menina dela fica muito doente e a outra estava trabalhando de estagiária num colégio, mas ela saiu também da escola". (Janine, Telemarketing, Guarituba).

Outros 5 jovens tiveram mais condições, com estrutura familiar mais estável, ou seja, pelo menos um dos pais morava com eles e conseguia garantir o sustento da família. Isso significa não somente melhor condição financeira, mas também acesso à informações e preocupação com o futuro dos filhos. Entre pais dos jovens que moravam no centro de Piraquara, duas mães eram funcionárias públicas e pelo menos um dos pais tinha, no mínimo, o ensino médio completo. Estes jovens tiveram mais facilidade em concluir os estudos e realizar diversos cursos.

Nesse caso, os 4 entrevistados que moravam fora do Guarituba haviam terminado o ensino médio, duas já haviam ingressado na universidade e os outros dois também tinham planos para cursar a universidade. Mesmo os que não estavam na universidade, já estavam em melhor situação, tendo passado por outros cursos e com empregos melhores, além de um ter se tornado empreendedor individual e abriu seu próprio negócio.

Além desses impedimentos relacionados a cuidados, gênero, gravidez e maternidade, há também os que se envolvem com tráfico de drogas e criminalidade. Um jovem do Guarituba teve que deixar a escola e morar com o pai fora do bairro por ter se envolvido com traficantes do local⁵⁰. Posteriormente, ele

50 Devido a gravidade da informação foi solicitado pela mãe que este ponto da entrevista não fosse gravado, por isso não há trecho que narre esse episódio, apenas alusões ao ocorrido na fala dessa mãe.

pode voltar ao bairro para morar com a mãe, mas ainda não havia voltado para a escola.

No Guarituba, apenas uma teve acesso a outros cursos pagos e pode escolher não trabalhar para estudar; ela já havia concluído o ensino médio e estava fazendo outro curso para trabalhar na área que desejava. Desse modo, a procedência social também influencia nas escolhas profissionais de jovens.

O abandono da escola é um problema que vai se agravando em todas as trajetórias, levando a trabalhos cada vez mais precários, já que se exige escolaridade mínima para quase todas as funções.

“Dai a gente estudava também, dai eu comecei e lembra que meu pai morreu, dai eu não consegui terminar. [...] Dai eu trabalhei de agente em um projeto social, dai eu comecei a trabalhar de limpeza em março do ano passado até outubro e em outubro tive que sair do serviço”. (Cida, Costura, Guarituba).

Deixar a escola ou não buscar qualificação acarreta um processo de “desclassificação profissional”, ou seja, apesar de possuir condições para exercer determinada função, o indivíduo não é aceito devido ao elevado nível de exigência escolar para a função. Assim, a expectativa de futuro também é diferente entre os jovens. Todos os jovens do Guarituba pensam em trabalhar e ter condições de manter uma vida estável, mas com perspectivas relativamente humildes de futuro,

“Em que série você parou?”

Parei na oitava.

O que você sonha pra você?

Ah!, investir na carreira de telemarketing mesmo por que é uma área que eu gosto bastante, eu quero crescer na carreira de telemarketing”. (Janine, Telemarketing, Guarituba).

Mesmo os que desejavam ingressar na universidade, tinham essa perspectiva como distante, apesar de todos já estarem com mais de 20 anos de idade:

“Então o que eu quero fazer, estou trabalhando ali na cozinha e eu trabalho sempre assim direto. [...] Eu pretendo fazer educação física de faculdade só que eu estou

juntando dinheiro pra pagar. Quero ser pessoal". (Cristiano, Panificação, Guarituba).

Já todos os jovens entrevistados que moravam no centro de Piraquara tinham expectativas mais elevadas para seus projetos futuros:

"Eu trabalho na fábrica de cosméticos. Estou esperando ver se chamam para trabalhar ou na área de segurança ou na cadeia pra trabalhar de agente qual é melhor assim, e se aparecer os dois de uma vez, ver qual é o melhor por que o da cadeia é do Estado, né? Em dezembro eu vou tentar concurso pra civil (polícia) por que a militar é só pro ano que vem, e ai quem passar na civil trabalha na copa, em 2014, só que eu vou tentar a civil já, pra não ficar muito tempo parada, né. Então eu faço a gestão pública (faculdade) e ai já faço a civil". (Jussara, Telemarketing, Centro).

As perspectivas de alguns jovens são tão baixas que veem a participação na qualificação como única chance de entrar no mercado de trabalho:

"Tem gente que não tem essa oportunidade. Se eu não tivesse essa oportunidade eu não ia entrar no mercado, registrado ainda, e acaba ajudando". (Daiane, Panificação, Guarituba).

Outros, mesmo quando tiveram mais oportunidades, consideram que outros fatores como a escolaridade e as oportunidades que surgem individualmente influenciam nas escolhas,

"O objetivo desse curso, não vou dizer que não serviu na minha vida, serviu pra muita coisa, porque aprender, conhecer gente nova serve pra muita coisa. Mas assim, por objetivo de qualificação, de carreira, essas coisas assim, panificação e confeitaria é uma coisa assim que eu adoro fazer, mas não é uma coisa que eu pretendo seguir na minha vida, tanto que agora eu faço curso de cabeleireiro". (Camila, Panificação, Guarituba).

No entanto, todos, independente do lugar de moradia, concordam que a passagem pela qualificação profissional eleva as chances de se empregar:

“Por que você vai no trabalho, tipo telemarketing, trabalhar tipo de cobrança, um serviço que é de telemarketing, daí um curso a pessoa não tem, aí eu vou escolher você que tem, porque você já tem noção, já sabe como funciona. Se não eles vão ter que explicar desde o começo, eles vão preferir aquela pessoa que já tem uma noção né, aí só adapta as normas da empresa, não aquela pessoa que tem que pegar tudo desde o comecinho.” (Jussara, Telemarketing, Centro).

Mesmo se sentindo mais confiantes após a qualificação, os jovens têm dificuldade de escolher uma profissão:

“Vou ver se eu fico nesse caminho, se eu sigo carreira militar que é o que eu mais gosto, se eu faço economia ou se eu faço administração. Também pro lado da polícia seria bom se eu fizesse direito [...]. Mas eu ainda estou pensando, vou ver”. (Paulo, Auxiliar Administrativo, Centro).

Apesar das dificuldades da escolha e mesmo com diferenças entre eles, as expectativas de todos haviam se elevado com a participação na qualificação profissional: jovens que não pensavam em universidade, que aceitavam sua condição e acreditavam em uma trajetória fadada a funções subalternas, passaram a ver novas possibilidades e acreditar que poderiam ir mais longe profissionalmente e em relação ao contexto social em que vivem,

“Que eu ainda quero fazer aqueles bolos de casamento de festas, acho lindo, aí eu aprendi algumas coisas assim no curso e lá também e aí foi onde eu fiz o curso de doceira, que daí eu vou levar pra frente, se Deus quiser quero fazer gastronomia. [...] E quando você gosta do que tá fazendo é legal”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

A participação na qualificação proporciona uma expansão dos horizontes profissionais. Os jovens passam a entender melhor a dinâmica do mundo do trabalho e começam a ver novas possibilidades, entendendo que precisam e podem ir além da qualificação básica, superando a expectativa da sociedade a respeito deles.

“Ai eu fiz o concurso [da SEAP] e passei em primeiro lugar, que legal, é nível fundamental, mas passei. E ai depois que eu fiz esse concurso eu fui fazer outros concursos [...] Dai esse da SEAP é o meu garantido, eu fiz e vou entrar esse ano ou ano que vem. Ai eu fiz o do correio e passei, mas não passei no teste físico, fiquei de cara, mas não passei. Ai eu fiz o do TRE agora, estou esperando o resultado; E o da Secretaria do Trabalho, semana passada. Eu fiz o da COHAPAR também e eu me lasquei, uma prova mal feita enorme [...] Dai eu fiz o do TRE agora, mas o do TRE sem chance é muito difícil”. (Jéssica, Costura, Centro).

Assim, a qualificação traz diversas perspectivas, como segurança, apoio profissional e maiores chances no mercado de trabalho. Os jovens acreditam realmente que a qualificação pode trazer resultados satisfatórios para suas vidas, pois passam a compreender as “regras do jogo” do mundo do trabalho, por exemplo conhecem a possibilidade e os caminhos para passar em concursos ou ingressar na universidade.

Em todo processo da qualificação profissional e do trabalho, existe ainda a expectativa das mães desses jovens. Para elas, a participação dos filhos em projetos representa segurança com relação ao futuro profissional deles. Entendem que o acesso ao trabalho é uma garantia de futuro, pois ao ingressar no mercado de trabalho o jovem estará afastado das drogas e do crime e não se tornará um “desocupado”.

“Daí eu acho assim, que Deus abençõe que tenha outros cursos o ano que vem, pros jovens nossa! que é uma coisa muito boa, que venha a fazer de volta pra eles, que olha pra tirar eles assim das ruas, do mundo das drogas e fica aí desse jeito, é só curso. É só assim, a cabeça deles estando ocupada o tempo todo. Então terminou o curso já arrumar um lugar no mercado de trabalho lá já pra poder ir trabalhando e encaminhado.” (Eva, mãe, Centro).

As mães veem a qualificação, além de uma possibilidade de futuro longe das drogas e do crime, como um ambiente de contraturno escolar e desenvolvimento pessoal, mas o que consideram mais importante é a participação dos jovens para a profissionalização:

“Eu acho legal essas coisas, tipo o Projeto Atitude que tem aqui, mas pra esses que moram aqui, pode ser legal pra eles que ficam brincando de capoeira, brincando de grafite, brincando disso, mas tem que ter uma profissão”. (Ivone, mãe, Guarituba).

Elas sentem segurança ao ver a elevação das perspectivas dos filhos e começam a acreditar que eles podem ir além do que elas esperavam para eles. É como se houvesse um horizonte real de sua história de vida que finalmente seus filhos poderão superar, inclusive naquilo que elas mesmas haviam projetado para eles.

“Quanto a Jussara foi bom, por que eu não sei se ela falou pra você dos cursos que ela fez, agora, de escolta armada, e ela fez de vigilante e o sonho dela é ser policial, né. E eu falei pra ela que ela ia ser, em nome de Jesus ela vai ser. Então assim é uma coisa assim que quanto mais vocês fizerem, mais vocês vão tirar as crianças da rua né. É isso que tem que fazer, progredir, não parar”. (Eva, Mãe, Centro).

Concordando com as mães, os instrutores também acham que a qualificação profissional eleva a perspectiva do jovem com relação a si e ao trabalho,

“Eles foram vendo que eles tinham outras possibilidades além daquilo que eles estavam, quem foi, por exemplo, para o curso de auxiliar administrativo, eles disseram até que queriam aprender a organizar arquivo e a fazer alguma coisa no computador e acho que isso mudou. Acho que eles ficaram com uma ambição maior que isso de sair de lá com mais que isso. Tanto é, essa intenção de fazer vestibular, por exemplo, acho isso bem importante”. (Prof. Helena, Juventude Cidadã).

E que, ao iniciar o curso, os jovens foram em busca do ambiente de contraturno e da perspectiva imediata de conseguir um emprego;

“Mas o que o jovem procura é uma coisa imediata e não que dure seis meses na verdade, por que ele quer ir ingressando no mercado de trabalho e depois ir

fazendo isso, essa qualificação, ele não quer o contrário. Então, eu não sei assim, eu acho que nem eles sabem, acho que vão procurar por que precisam trabalhar e pronto”. (Prof. Helena, Juventude Cidadã).

Mas, ao longo do curso, a expectativa com relação à qualificação do jovem vai mudando e se elevando:

“Motivou a fazer o curso [...] a possibilidade que existia de conseguir um emprego, que não fosse entregar panfleto no sinal, entregar água de bicicleta, é uma coisa mais seleta uma coisa mais bonita ‘– Ah eu vou ficar no escritório atendendo telefone’. Um cargo bonito, ficar atrás de uma mesa atendendo telefone, poxa que coisa legal, um emprego bom, assim”. (Monitora Adriana, Escola de Fábrica e Aprendiz).

Contudo, os instrutores não acham que a possibilidade de inserção imediata no mercado de trabalho deveria ser o único objetivo da qualificação, como prevê o governo quando propõe a qualificação e a meta de inserção de no mínimo 30% dos jovens no mercado de trabalho,

“E aí a gente, não me lembro de ter uma expectativa no sentido de profissionalizar tanto, mais era pra dar um conforto pros adolescentes, pras famílias e dessa possibilidade de fazer alguma coisa nova mesmo”. (Monitora Adriana, Escola de Fábrica e Aprendiz).

A monitora ressalta as diferenças entre o tempo de estudo e de trabalho, e também entre a formação que o jovem precisa adquirir e a fase da indecisão que estão vivendo. Isso difere da opinião das mães, que entendem que começar a trabalhar cedo fará com que eles sejam mais responsáveis e que o trabalho os afastará dos “perigos da rua”,

“Eu acho assim, que na questão se a gente tá pensando que vai criar profissionais com 16 anos, eu reprovo a prática. Por que adolescente não tem que ser profissional em nada ainda, sabe! Não precisa ter uma responsabilidade tão grande de trabalhar. Mas nessa situação de começar num lugar como aprendiz, de ter a possibilidade de conseguir esse primeiro emprego de uma forma diferente que um

monte de gente se bate, eu acho muito bacana". (Monitora Adriana, Escola de Fábrica e Aprendiz).

Na opinião dos instrutores, a qualificação tem muitos problemas que prejudicam a formação, do qual podemos elencar três principais: a falta de estrutura para atendê-los, o descaso do governo federal com a opinião dos instrutores sobre o processo de execução e o formato da qualificação que é bastante restrito para os educadores, mas destacam que apesar das dificuldades da execução, a participação abre diversas possibilidades para os jovens no mundo do trabalho,

"Eu acredito que é um diferencial bem grande, entre o adolescente o jovem que se forma no ensino médio, sem um curso que pensa efetivamente no mercado de trabalho e um adolescente que concomitantemente faz um curso mais voltado pra questão da profissionalização. Acho que a educação formal, o ensino médio deixa bastante a desejar nesse sentido de formação pro mundo do trabalho. [...] Então eu acredito que esses espaços de formação complementares fazem total diferença sim, na inserção profissional do jovem no mercado de trabalho". (Prof. João, Escola de Fábrica).

Em síntese, o trabalho está cercado de elementos que influenciarão nas escolhas e na própria trajetória profissional dos jovens. O trabalho está acima da formação e qualificação profissional, na medida em que abarca diversas dimensões como a trajetória de vida, os recursos para se qualificar, o conhecimento e apoio da família e a educação formal, superando aqueles através dos quais iniciamos nossa investigação a saber, questões da área de qualificação e das mudanças no mundo do trabalho.

A busca por qualificação e melhor colocação no mercado de trabalho e na sociedade são, na verdade, esforços para romperem com o estigma que sofrem e para obterem reconhecimento social. Segundo Norbert Elias (2000) existe uma ordem oculta do lugar determinado a que cada pessoa pertence em que todos os indivíduos exercem uma função, mesmo que seja subalterna. Essa ordem forma uma rede de funções interdependentes pela qual os indivíduos estão ligados entre si através de leis próprias à medida que a sociedade impõe suas exigências da existência social nas configurações sociais. Pode-se considerar que o nível de

exigência de cada função muda de uma para outra, desse modo a busca por aprendizado é para atingir um determinado patamar e mudar de função na sociedade.

O autor discute ainda que a divisão de tarefas deixa pouca margem de manobra para os que buscam ascender, mas que há esperança de mudança a partir dos elementos que o aprendizado lhes proporciona, passando assim de atividades mais simples para funções mais complexas e com melhores salários. Um dos motivos da existência dos conflitos sociais é a tentativa dos indivíduos de, tanto romper com a ordem estabelecida, como ocupar outro lugar que não o determinado nessa ordem (aparentemente) invisível. Nessa perspectiva, a busca pela qualificação por parte dos jovens se dá no sentido de buscar elementos com vistas a maiores oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, elevar seu *status* social. Apesar disso ser difícil e o rompimento ser quase inatingível, buscam avançar em sua condição e função no trabalho, melhorando suas condições de vida.

Funciona, portanto, como uma espécie de degrau para os sujeitos que estão socialmente à margem e que conseguem avançar para uma posição mais segura, no sentido de garantir sua sobrevivência.

4.2 SOCIALIZAÇÃO

Outra categoria sociológica que emergiu na pesquisa qualitativa, foi a temática da socialização que se manifestou no processo vivido pelos jovens e pode ser entendida como a capacidade de aquisição de elementos para interagir, não apenas na comunidade familiar e local, mas nas relações em outros espaços públicos, principalmente nos ambientes profissionais.

Segundo Berger e Luckmann, a socialização é o processo de internalização da sociedade, enquanto realidade objetiva “a apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido”. (2003, p. 174). Os autores afirmam que a socialização é dividida em duas fases: primária e secundária. A primária fornece os elementos básicos da interação social “a socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral”. (2003, p. 178). Mas a socialização pode ser diferente

mesmo entre pessoas de um mesmo grupo pertencentes a uma mesma classe social de um mesmo local de moradia,

Assim a criança das classes inferiores não somente absorvem uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorve esta percepção com a coloração particular que lhe é dada por seus pais (ou quaisquer outros indivíduos encarregados de sua socialização primária). A mesma perspectiva da classe inferior pode introduzir um estado de espírito de contentamento, resignação, amargo ressentimento ou fervente rebeldia. Como consequência uma criança da classe inferior não somente irá habitar um mundo grandemente diferente do que é próprio da criança de classe superior, mas pode chegar a ter um mundo inteiramente diferente daquele da criança de classe inferior que mora na casa ao lado. (BERGER E LUCKMANN, 2003, p. 176).

Já a socialização secundária é baseada em instituições e pode ser considerada uma espécie de nivelamento para que o indivíduo consiga interagir em outros ambientes diferentes do de origem. Ao falarmos de jovens, sempre estaremos nos referindo à socialização secundária, afinal todos já possuem os elementos da socialização primária,

A socialização secundária é a interiorização de 'submundos' institucionais ou baseados em instituições. [...] podemos dizer que a socialização secundária é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho. [...] A socialização secundária exige a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. (BERGER E LUCKMANN, 2003, p 185).

De todos os elementos que compõe o processo de socialização, a comunicação é um dos principais fatores, pois através dela pode-se identificar a posição social, o grau de cultura e as formas de socialização primária do indivíduo. A comunicação é um instrumento da interação social e o primeiro passo para tal. O domínio da comunicação é para os jovens, uma forma de se apoderar de um conhecimento que garante interação em diversos ambientes. A dificuldade em se expressar os coloca numa posição de inferioridade e insegurança,

“Eu tinha medo! Até de andar na rua, dai agora eu estou bem melhor, pra trabalhar, conversar. Antes até na escola, o que eu não conseguia conversar com as pessoas, eu tinha medo. Nossa era terrível! Na verdade foi bem lá que eu mudei que eu perdi [o medo]. Por que lá você tem que falar”. (Jenifer, Telemarkeitng, Guarituba).

Conseguir se comunicar com pessoas diferentes do seu círculo e aprender a interagir através da palavra lhes dá segurança para transitar por outros espaços e inclusive na busca por emprego:

“[...] mas em todos os sentidos, eu aprendi a me relacionar melhor com as pessoas também, eu era quietinha assim, mais tímida, e lá eu aprendi dinâmicas essas coisas, pra gente se soltar mais”. (Karem, Panificação, Guarituba).

Os espaços em que costumam interagir estão adaptados às suas características, ou seja, a escola que frequentam e sua comunidade são espaço de socialização conhecidos. São nestes espaços e com as pessoas que os constituem que desenvolvem suas primeiras formas de sociabilidade. Desse modo, a qualificação proporciona elementos para avançar no processo de socialização, para que participem de novas formas de sociabilidade e que atendam a outras normas sociais, pois os (re)orienta desde os comportamentos elementares através de aulas de saúde e higiene pessoal, sexualidade, ética e meio ambiente. Ou seja, se a socialização primária estiver aquém à dos padrões sociais exigidos, no processo de qualificação ele será reorientado, desde como lidar com seu próprio corpo e seu comportamento, até falar e vestir.

“Então acho que pra ele foi bom, ele até mudou tipo o jeito, até de andar assim. E eu acredito que seja né, pelos cursos que a gente faz, que é mais cabeça, que não é tão brincadeira assim.” (Jussara, Telemarketing, Centro).

A interação social exige determinados comportamentos individuais para aceitação, e a rejeição dos que não estão “suficientemente socializados” é manifestada cotidianamente. Os jovens pobres são discriminados por sua aparência, comportamento e pela maneira característica de vestir e falar. Quando não atingem os padrões mínimos de aceitação social, tentam reafirmar a diferença com o uso de roupas, linguagem e comportamentos que são considerados inadequados, num aparente comportamento “marginal”, mas percebemos que, em geral, a vontade é de se adaptar e de ser reconhecido.

“[...] E eu lembro que lá ele fazia assim dando aula, quais suas qualidades? Coisa que a gente fazia no curso, chegou lá, eu fiz na empresa que estava contratando, aí eu sabia o que falar, eu sabia responder. Então o que você quer? por que é só isso que você sabe falar, então é crescer. Eu aprendi muita coisa”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

Dominar certos elementos da cultura e dos costumes proporciona ao indivíduo a capacidade ou as ferramentas para interação em ambientes diversos. Tais aparatos capacitam os jovens para avançarem nas próprias perspectivas de vida, elevando assim suas exigências sociais, processo ao qual denominamos “qualificação social”.

A maneira como lidam com esses novos elementos que têm acesso passa a refletir no seu cotidiano, sempre no sentido de se apropriar de um conhecimento que vai protegê-los e colocá-los, do ponto de vista de sua identidade, em situação de igualdade e até mesmo de superioridade em relação aos demais jovens do seu grupo comunal, redefinindo assim sua identidade. Isso proporciona segurança para interagir e se posicionar em ambientes diversos:

“Então eu tive aula com a professora de direito, aí ela explicou pra gente como funciona a parte trabalhista, aí você já aprende, aí você vê mais ou menos o que é ética como que é pra ser ética com uma pessoa, então aí se a pessoa começar a me xingar eu olho e digo ‘- Eu vou te processar.’ eu não preciso nem ficar ali batendo boca com a pessoa, descendo no nível dela eu vou e processo ela e pronto, por que agora eu sei”. (Eliane, Costura, Centro).

E dizem fazer uso dessas ferramentas sem nenhum medo de errar. O pouco que tiveram acesso funciona como uma forma de proteção, mesmo sem muitas vezes entender as outras faces da lei e que existem inúmeras outras leis que também o protegem ou que protegem as outras partes com as quais estão lidando.

“Tipo de lei trabalhista, quando eu sai de um trabalho, eu fiz mais de 80 horas extras e eu não recebi nenhuma. E quando eu fiz aula com a professora de direito e ela me ensinou um monte de coisas, que quando eu sai, e eu era amiga do gerente e tudo, mas eu falei “- Não, não é assim” e ele falou que era. E eu fui lá a

e peguei meu caderno do curso e eu disse: “ - Então você me arruma um livro atualizado por que até onde eu sei e assim”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

Os jovens se sentem empoderados pelo conhecimento que receberam e procuram usar tudo que sabem a seu favor, na busca da diminuição da diferença que percebem entre si e outros grupos sociais de classes superiores.

A qualificação social é algo que o torna apto a estar em determinados lugares, a participar de outros grupos sociais e de corresponder ao que é esperado do indivíduo tanto em ambientes públicos, como em entrevistas de emprego, entre outros,

“Aprendi a falar melhor, às vezes as coisas me estressavam ‘- Você não entende o que eu falo!’. Mas acho que fiquei mais calma, já consigo atender normal, já falo normal. Que as vezes eu era muito estressada, falava “– Ah, não entendeu tchau, quero nem saber”, agora não, falo ‘ – Ah pode repetir, tal, a gente não conseguiu entender’, fiquei mais tranquila agora”. (Jussara, Telemarketing, Centro).

Com a aquisição destes elementos de socialização, passa a vislumbrar novas possibilidades, a desejar acessar melhores empregos e bens materiais. Eleva, portanto, sua expectativa de sucesso, passa a confiar em sua capacidade para alcançar coisas que antes não esperava conseguir:

“Eu ia pagar a faculdade e eu já tinha combinado com minha mãe pra gente rachar, mas não vale a pena eu resolvi estudar mais, me esforçar e tentar pedagogia na Federal que nem é tão concorrido assim”. (Jéssica, Costura, Centro).

Para eles passar em uma universidade federal significa estar apto para concorrer com jovens de classes mais altas e, assim, a inferioridade aparentemente desaparece. Mas, ao entrar na faculdade, a diferença se materializa novamente, e no dia a dia retornam as condições de classe pela dificuldade em fazer parte de grupos sociais de fora de sua convivência, evidenciando aspectos de diferenciação oriundos da socialização primária.

Mas a noção de sucesso persiste. Não apenas no sentido de conseguir um emprego e sustentar-se, mas ser feliz e realizar-se socialmente, ou seja,

materializar seus sonhos. Para os jovens entrevistados o referencial de sucesso é ter uma vida confortável possuindo bens, trabalho estável e família,

“Você tem que ter uma casa, uma vida estável, você tem que dar pro teu filho mais do que você teve e eu com essas coisas sou muito chata, então eu prefiro não ter filho. Então vou casar, terminar o curso e ver se consigo passar na polícia e depois de uns dois, três anos ai casar ai depois vou ter filho”. (Jussara, Telemarketing, Centro).

A imagem de família “estruturada” é um forte indicador de sucesso para os jovens, pois a maioria mora com apenas um dos pais, em moradias coletivas com avós, cunhados, sobrinhos, agregados entre outros. Ter uma família modelo (pai, mãe e filhos) e condições de mantê-la é o diferencial da realidade vivida que desejam para si. Este modelo de família permeia constantemente seu imaginário, pois alcançá-lo significa fugir de um padrão marginal das famílias pobres.

“É isso, daqui uns 10 anos eu penso em ter um filhinho, uma família, é isso que eu falo pra minha mãe quando eu tiver minha casa mobiliada ou pelo menos minha carreira já estando pronta, eu tendo alguma coisa no banco, um marido...(risos).” (Franciele, Auxiliar Administrativo, Guarituba).

Apesar dessa imagem de “família modelo” que os jovens idealizam para si, nas entrevistas tanto com os jovens como com as mães não foram remetidas nas falas as opiniões dos pais desses jovens. Apesar de só termos entrevistado mães, e dessas, apenas duas serem casadas com os pais dos jovens, em poucos momentos ouvimos falar deles, e toda a responsabilidade pela educação dos filhos era delas, bem como o interesse em melhorar e encaminhar o jovem. Assim, a figura paterna existe, porém ela não está presente e nem exerce outro papel social na vida do jovem além da restrita figura do provedor quase ausente de afetos, inclusive no caso de pais separados.

O referencial de sucesso dos jovens se transfere para um patamar superior, ou seja, coisas que só viam pela televisão e não acreditavam ser reais passam a fazer parte de seus sonhos e metas. Apesar de buscarem modelos virtuais e inatingíveis, ou profissões e carreiras que demandam investimentos anteriores e

longo percurso de estudos, embora ainda muito distante da sua realidade, com a elevação da perspectiva profissional do jovem e sua busca por atingir os ideais que passam a almejar podem leva-los a, conseqüentemente, atingir melhores postos de trabalho e elevar sua condição social.

As mães entendem que, devido às suas próprias trajetórias, não tiveram condições de oferecer todos os elementos necessários para a socialização dos filhos:

“Por que a gente vê pela gente que não teve oportunidade, tem muita situação que a gente não sabe de alguma coisa, às vezes uma palavra, alguma coisa tem grande diferença [...] Elas me ajudavam, agora aprender as coisas dentro de casa é bom, mas estudo essas coisas é mais importante”. (Lucia, mãe, Guarituba).

As mães destacam dois grandes obstáculos: primeiro sua condição social de mulheres pobres e segundo a falta de apoio do Estado, pois esse, segundo elas, não proporcionou condições dignas de moradia, estudo e trabalho para as famílias. Nesse sentido, reconhecem ser de corresponsabilidade do Estado ajudá-las a criar os filhos, oferecer espaços de qualificação e preparo para que não tenham as mesmas dificuldades que elas:

“Agora o mundo tá muito evoluído, então pra segurar o jovem só tem que ser através de curso, então ocupar a cabeça deles é ir pra escola e da escola ir pra um curso, e chegar em casa da escola, mal chegar em casa pra comer e sair pro curso pra fazer. Por que precisa urgentemente. Ter responsabilidade e não ter tempo de ficar na rua, por que hoje em dia assim as mães tem que trabalhar e os pais tem que trabalhar.” (Eva, Mãe, Centro).

A importância da política de qualificação fica explícita nesse ponto, de modo a garantir aos jovens condições de sobrevivência e de preparo para o mundo do trabalho e que auxilia na aquisição dessas condições que as mães não tiveram como oportunidade de estudo e trabalho e conseqüentemente melhores condições sociais. Veem assim, o espaço institucional como um lugar seguro, onde os filhos estão protegidos, local de educação e aprendizado,

“Porque eu falava com as mães que estavam sempre com o mesmo problema, porque eu acho que beneficiou bastante porque desfocalizou, tirou ela um pouco daqui por que ela ficava a tarde toda pra lá e trouxe ela pra um outro mundo, na época eu falei foi o que salvou assim”. (Vilma, mãe, Guarituba).

Segundo as mães, a socialização deve estar voltada para a profissionalização, os elementos que seus filhos precisam adquirir são para auxiliá-los em sua vida profissional, permitindo percursos novos e diferentes para melhor, fugindo do destino que as mães conhecem tão bem.

Já os instrutores ressaltaram muito a mudança que pode ser observada nos jovens durante o processo da qualificação e veem como o maior benefício da qualificação o aprender a se posicionar no mundo, ter opções para escolher e entender como transitar por diferentes espaços sociais.

“Até de conversar com eles assim mesmo, todos eles que eu encontro, dizem que “- Nossa me ajudou muito”. Acho que ninguém seguiu carreira com o curso que fez, mas ajudou bem isso, aprendeu o caminho pra procurar emprego”. (Monitora Adriana, Escola de Fábrica e Aprendiz).

A qualificação apoia o jovem na interação social e para sua inserção social e, conseqüentemente, a profissional. Isso é o que os instrutores consideram mais importante e proveitoso,

“Aprendeu o caminho pra procurar emprego, que não vai zoada na entrevista, não vai de decote, que nem sempre o que é bonito pra mim é bonito pra um trabalho. [...] é isso que eles me dizem deu bem certo, consegui um emprego, não sei o que”. (Monitora Adriana, Escola de Fábrica e Aprendiz).

Os instrutores, como já mostramos anteriormente, apesar de conhecerem a realidade dos jovens, provêm de outros estratos sociais e possuem outras condições sociais. Sua visão de mundo é muito diferente das mães e dos jovens participantes dos programas. Entendem que depende muito da vontade e interesse dos jovens para que mudanças ocorram em suas vidas. Ainda assim, apesar de acharem que a política não é a única chance de melhoria de vida, veem pontos

positivos, como a qualificação social e melhor compreensão do que é esperado deles pela sociedade.

Eles entendem que se os jovens tivessem outros espaços de socialização, a qualificação não seria necessária, pois acreditam que o triunfo profissional depende muito mais das oportunidades dos jovens do que da qualificação propriamente dita.

“Embora eu ache que é isso, que amplia horizontes e tudo mais, mas não acho que mude imensamente a perspectiva deles. [...] Eu acho que isso depende muito mais deles do que do curso que eles participaram. Se há um interesse disso na escola, por exemplo, eles vão conseguir ampliar ou desenvolver as habilidades, provavelmente eles terão algum espaço pra fazer isso”. (Professora Helena, Juventude Cidadã).

Desse modo, a opinião dos instrutores é oposta tanto à opinião das mães que consideram a participação dos filhos como uma salvação para seu futuro, assim como contrária a opinião dos próprios jovens que consideram a experiência da qualificação uma condição básica para terem mudado diversas perspectivas.

Outros espaços de socialização, exceto o da qualificação profissional, praticamente não existem para a maioria destes jovens, principalmente do Guarituba, devido às próprias condições sociais e locais que não lhes permitem acesso, por exemplo, à cultura, ao esporte e ao lazer de qualidade e à convivência com outros meios sociais. Geralmente, o único espaço que eles têm para convivência e interação, fora do âmbito familiar, é a escola. Essa, por sua vez, não consegue cobrir outros conteúdos para além da educação formal, devido à falta de estrutura das redes de educação tanto municipal quanto estadual.

Em síntese, a socialização que a participação na qualificação social proporciona aos jovens é baseada em elementos de interação social de grupos diferentes dos de origem, visto que as exigências para sua aceitação na sociedade são também diferentes dos códigos sociais que recebeu, principalmente nas relações de trabalho. Segundo Norbert Elias, ao dominar a maneira de se expressar, agir e interagir de outros grupos, o indivíduo pode ser aceito, é isso que dá o ritmo da mudança da sociedade, a “evolução social” (2000). A busca pela satisfação dos desejos pessoais é o que move o processo de evolução social, da passagem de um nível social para outro e da aceitação de novas configurações no

meio social. Para isso, os indivíduos precisam aprender as regras e padrões de autocontrole e de comportamento, mas as regras da socialização nunca são totalmente dominadas, “não sendo a socialização jamais completa e estando os conteúdos que [o indivíduo] interioriza continuamente ameaçados”. (BERGER E LUCKMANN, 2003, p. 196).

4.3 INTEGRAÇÃO

A socialização antecede o processo de integração social. A integração se dá para o indivíduo através do seu reconhecimento da sociedade e da sociedade para com ele. Todos os indivíduos costumam estar integrados a um grupo, geralmente o de origem e não são aceito por outros grupos com culturas muito diferentes da sua.

No caso dos jovens do Guarituba eles estão integrados naquela comunidade, mas sentem-se desintegrados da própria cidade e do restante da sociedade que precisam conviver. Existem muitos motivos para isto: o Guarituba é considerado desintegrado por si só, devido à área de ocupação irregular e do “estigma” sobre o bairro, assim seus moradores também são estigmatizados. Os jovens sentem esse preconceito e isso os deixa inseguros nas relações sociais e de trabalho, eles não se reconhecem como iguais em outros lugares e na disputa por uma vaga de trabalho e muitas vezes isso os impede até mesmo de procurar trabalho. Eles mesmos se entendem como inferiores e procuram funções e espaços de convivência que condigam com o que estão acostumados e onde sejam reconhecidos. Segundo Berger e Luckmann

Os significados que estabelecem a mediação deste mundo para ele modificam o mundo no curso da mediação. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um. O mundo social é "filtrado" para o indivíduo através desta dupla seletividade. (2003, p.185).

Após participar da qualificação alguns jovens mudam suas expectativas e suas escolhas são filtradas por outros elementos da estrutura social que antes não reconheciam.

“No pessoal mesmo, trabalhar com o público por que ali a gente fazia curso de apresentação, elaborar as coisas assim, daí igual eu falava eu era muito tímida, muito, muito, muito. Mas o pessoal mesmo, pra trabalhar com as pessoas ajudou muito, assim foi bom desenvolver, por que eu era bicho do mato mesmo”. (Franciele, Auxiliar Administrativo, Guarituba).

Começam a sentirem-se capazes de exercer outras funções e conviver em outros espaços, que não são os de origem, porém ainda precisam que a sociedade também os reconheça para estarem integrados. O reconhecimento social que necessitam para se sentirem integrados está fundamentado nos elementos que adquiriram no processo de socialização. Essa é uma condição comum dos jovens, porém entre os pobres fica mais evidente por incorporarem, ao longo da vida, menor volume de códigos materiais e simbólicos que possa auxiliá-los no reconhecimento social.

Para o jovem, o ingresso no mundo de trabalho é uma das principais formas de integração, pois a partir da fase em que começam a trabalhar tem que sair do seu meio social e conhecer novos padrões de comportamento, interação com outros indivíduos e conviver em ambientes muito diferentes dos que conheciam. O trabalho funciona então como um grande integrador da sociedade moderna, apesar de existirem vários outros integradores como família, religião, entre outros. O trabalho é um indutor que atravessa todos esses campos, é algo que torna possível a “integração das integrações sem fazer desaparecerem as diferenças ou conflitos”. (CASTEL, 1998, p.532). Principalmente entre as classes baixas e entre os jovens, a necessidade de se integrar está subscrita no trabalho, pois isto lhes garante identidade e oferece uma posição de reconhecimento dentro da sociedade. O trabalho pode significar a condição da própria vida (POCHMANN, 2007, p.26), como ação que os liberta das necessidades limitadas à sobrevivência e gera oportunidades de participação e inclusão social.

Como os jovens do Guarituba não sabem como lidar com as diferenças entre o grupo de origem e os grupos em que precisam participar, consideram e interpretam a qualificação como elo que permite construir o processo de compreensão do que é esperado dele pela sociedade.

“Eu Acho, o jeito de falar, por que eu falava muitas gírias era muito menina, eu não sabia conversar com as pessoas e fez muita diferença, tipo assim falar com outras pessoas diferentes, tipo era o mundo e eu não conhecia nada fora, dai pra mim fez muita diferença”. (Daiane, Panificação, Guarituba).

O reconhecimento é recíproco entre indivíduo e sociedade, portanto o jovem também precisa se reconhecer como parte do grupo social, seja o profissional, o cultural, o regional, entre outros; assim o jovem busca formas de se sentir integrado em algum meio e poder se reconhecer. No caso da qualificação o jovem busca uma identidade profissional que corresponda à sociedade.

“Antigamente a gente já não ligava muito pra esse negócio de costura e roupa essas coisas assim, hoje em dia elas [minhas irmãs] já veem a costura como uma profissão, hoje em dia elas se veem como costureiras”. (Janine, Telemarketing, Guarituba).

Desse modo, os elementos da socialização primária vão se alterando, os “filtros” do mundo vão sendo selecionados de diferentes formas e mudam seu comportamento em direção à integração nos diferentes grupos com os quais precisam conviver.

“Ela [Minha mãe] achou que melhorou bastante, até o comportamento dentro de casa, das meninas, elas estavam mais comportadas, ajudou muito na postura. A gente cresceu, eu acho que eu cresci muito, muito, muito, tanto na postura na ética, tudo, tudo”. (Franciele, Auxiliar Administrativo, Guarituba).

A mudança de comportamento após passar por processos de socialização como a qualificação, fica evidente no comportamento dos jovens, na medida em que buscam corresponder ao que a sociedade espera deles enquanto indivíduos, profissionais e cidadãos, pois “a objetividade do mundo institucional nos oferece um arsenal de códigos particulares para que possamos alcançar outras fases da vida, espera-se uma série de conhecimentos para crescer, desenvolver e relacionar-se” (BERGER e LUCKMANN, 2003). Desse modo, através da qualificação profissional buscam dominar esses códigos para se sentirem aceitos e reconhecidos pela sociedade, principalmente em relação ao mercado de trabalho.

Apesar dos elementos que adquirem para auxiliar no processo de integração, persiste um imaginário a respeito do jovem e de sua falta de experiência e compromisso, que funciona como uma barreira para o reconhecimento social e profissional.

“E outra coisa sabe o que rolou comigo: preconceito, por eu ser novinha e tudo. Que as costureiras eram mais velhas, senhoras. Ai elas perguntavam pra mim “- O que você está fazendo aqui?”. “- É gente, eu estou aqui ué, eu fiz um curso pra trabalhar, qual o problema?”. Rolava um preconceito delas e dos contratantes também.” (Jéssica, Costura, Centro).

O preconceito está também ligado ao seu local de moradia, tido como reduto de violência e criminalidade. Por isso não se referem ao Guarituba como local de moradia, mas as subdivisões do bairro que possuem outros nomes para tentar se proteger do estigma sobre o bairro. A discriminação de acordo com o local de moradia não é um problema apenas dos jovens do Guarituba, mas de todas as periferias como mostra Mirian Abramovay: “o fato de morar na periferia, vilas ou comunidades pode fazer do endereço mais um fator de discriminação podendo ser um critério importante para seleção às vagas no mercado de trabalho.”. (2012, p.25).

Assim, as oportunidades estão também condicionadas às diferenças sociais e, mesmo com muito esforço, uma boa colocação profissional depende de muitos aspectos que estão longe do alcance do jovem como a posição social, o lugar de moradia, ensino básico que recebeu, entre outros.

Os jovens procuram reduzir essa diferença de várias formas e muitas vezes aceitam qualquer tipo de função em busca de uma oportunidade profissional, principalmente, porque são ensinados dessa maneira pelos pais ou cuidadores responsáveis que devem aceitar sua condição.

“E eu tipo assim, minha mãe, os meu pais sempre me ensinaram “- Você é subordinado, você obedece, não tem que discutir, se você discutir você vai se lascar”. Mas eu era bobinha, ai quando eu vi eu estava sendo explorada”. (Jéssica, Costura, Centro).

Os próprios cursos também reforçam essa condição, visto que oferecem qualificação apenas para áreas subordinadas na gama de atividades laborais.

A compreensão dos pais a respeito do seu lugar na sociedade é transmitida para os filhos, para que devam também ser ocupantes de lugares e funções inferiores, consolidando o círculo de pobreza/exclusão/baixo grau de expectativa. Reforçam, na maioria dos casos, a posição dominante na sociedade que os distingue como inferiores, sem capacidade de exercer determinadas funções e que não conseguem compreender que estão sendo explorados. Isto já é tido como condição da socialização para os jovens e demarca seu lugar social, em que a boa educação é a que o mantém em seu lugar.

Por todos esses elementos elencados, a busca por qualificação profissional é justamente para romper com esse preconceito e para que possam ser vistos como profissionais e reconhecidos como tal, mas esperam menos do que realmente ocorre, pois seu objetivo é ter condições de desempenhar determinada função, mesmo que subalterna sem ser explorado ou inferiorizado. A positividade da qualificação é que ela proporciona mais do que isso, pois passam a conhecer alguns direitos e formas de comportamento que estão acima da profissionalização.

Entre os atributos de diferenciação podem ser elencados: a maneira de melhor se comunicar, a maneira de agir, de vestir e de entender quando estão sendo enganados, e que o auxiliarão em todas as funções que puderem exercer. Adquirem então, aportes para se proteger dos preconceitos e passam a ser vistos como indivíduos que merecem respeito e que têm condições para responder ao que se espera deles socialmente.

“Eu trabalhei numa loja de bolsas, daí eu nem sabia que eu ia entrar no quartel e estava chegando o dia que eu ia me apresentar e a minha chefe gostava muito de mim, tanto que me dava funções assim que não dava pra ninguém, tanto que ela falou, ‘- se você não for ficar no quartel pode voltar aqui que eu te emprego de novo, te dou o emprego’.” (Paulo, Auxiliar Administrativo, Centro).

As mães procuram incentivar os filhos a fazer cursos e estudar para que cheguem a uma posição melhor que a delas na sociedade.

“Uma por que eu nunca tive oportunidade de fazer. Eu acho assim se eu nunca tive eu gostaria de ter dado pra eles, que nem ela fez aula de informática no centro”. (Ivone, Mãe, Guarituba).

Mesmo esperando que eles possam ir além delas, ainda assim a expectativa sobre os filhos é baixa, pois se contentam que sejam empregados subalternos e que tenham uma vida honesta. Nos casos em que os filhos já haviam superado tais expectativas, elas falavam com orgulho como se eles já tivessem conseguido superar a predestinação de um destino de pobreza e discriminação. Também se altera o *status* da família, pois se o filho está em outra posição social, conseqüentemente sua família também se encontra em melhor posição perante a comunidade local.

“Tanto é que quando ela falou ‘- Mãe vou arrumar um emprego pra mim pagar meu curso, por que eu acho que não é justo, eu tenho mais de 18 anos eu posso muito bem arrumar um emprego’. E foi trabalhar e assim e nunca falei nada pra ela, quando era no pagamento ela já ia lá, já pagava o curso e juntou um dinheiro. [...] Ela deu conta, planejou as coisas acho que ela está encaminhada pra vida assim”. (Vilma, Mãe, Guarituba).

O ideal de vida honesta é uma maneira de permanecer vivo, mesmo que as condições de vida sejam difíceis e não haja grandes expectativas de ascensão, mas é garantia de prolongamento da vida, ao contrário do possível envolvimento com o tráfico que pode gerar ascensão financeira e social, mas certamente levará ao encurtamento da vida. Esse é o maior medo das mães.

As mães acham que o papel da família influencia muito nas escolhas do jovem, que precisam do apoio da mãe, principalmente para conseguirem ir em frente e seguir um caminho seguro,

“Na verdade eu obriguei ela. Porque apareceu essa oportunidade, daí eu fui lá conversar [...] então isso contribuiu bastante pra carreira dela assim, ainda que ela não tá fixa assim na carreira dela, mas ela tá caminhando assim bem rápido pra uma boa carreira, por que assim ela não tem filhos, ela é livre, mas se eu tivesse deixado naquela época como as mães abandonaram, eu acho que não ia ser

diferente. [...] Até a própria Daiane que ficava dando problemas, ela foi uma das que mais deu problemas, até porque a mãe na época estava presa”. (Vilma, Mãe, Guarituba).

Desse modo, apesar dos benefícios da qualificação como espaço de socialização e aprendizado, as mães entendem que a moral, a ética e o caráter está na educação que vem da família e que isso é que os leva a buscarem se qualificar e progredir. Sem esses princípios, os jovens não iriam conseguir participar da qualificação e não chegariam na sua atual condição que, para elas, é melhor que a dos outros jovens que não participaram do curso.

Assim como as mães, os instrutores entendem que a participação na qualificação profissional auxilia o jovem no processo de integração social,

“Acho que o (jovem) que participou do curso tem mais aporte do ponto de vista das relações pessoais mesmo, ele sabe se colocar melhor, [...] numa entrevista de emprego ou numa relação com o empregador se colocar com mais segurança, com mais maturidade, então acredito que é válido sim.” (Prof. João, Escola de Fábrica).

Mas com uma visão mais distanciada que a das mães, acreditam que os programas poderiam e deveriam oferecer mais suporte, com melhor qualidade para garantir essa integração, principalmente nas relações de trabalho, pois o que se oferece é apenas o mínimo.

“Olha, que não contribui pra vida eu não tenho como dizer. Eu acho que contribui por que dependendo de com quem eles estão lidando ali com o profissional que está ali, alguma coisa vai se acrescentar na vida deles, com certeza contribui. Agora não atinge os objetivos propostos, isso é fato. Então mudar alguma coisa na vida do jovem eu acho que sim, mas somente isso”. (Prof. Helena, Juventude Cidadã).

Ainda que com críticas, consideram o processo de qualificação válido como ação governamental diante da necessidade de oferecer alguma atenção ao jovem, mesmo que considerem essa ação insuficiente, mas como algo benéfico para eles:

“Então tudo que aparecia de novo era muito legal e a gente sabe que Piraquara não tem nenhuma opção para adolescente e tal, então vem um curso, isso é uma coisa que a comunidade cobrava assim da prefeitura das secretarias ‘-Não tem curso nenhum pra adolescente, não tem nada acontecendo em Piraquara’. E quando apareceu nossa foi bem legal”. (Monitora Adriana, Escola de Fábrica e Aprendiz).

Na opinião dos instrutores, a política de qualificação deixa muito a desejar em todos os aspectos e por isso não beneficia tanto o jovem quanto poderia, devido à sua estrutura de execução, pois não existe capacitação para os instrutores, não é dada a devida importância para o tipo de formação ou para o que estava sendo oferecido,

“Não, nenhuma capacitação. Eu preparei [as aulas] com base nos conhecimentos que eu tinha, fui pesquisando assim e preparei as minhas aulas. Mas eu não tive capacitação eu fui pesquisando por conta mesmo do que eu podia. Tinha até coisas que eu nunca tinha ministrado aula nenhuma”. (Prof. Helena, Juventude Cidadã).

E acabavam se decepcionando com os resultados que conseguiam observar:

“E eu acho muito engraçado, que depois houve outros [cursos], e a gente encontrou alguns desse que já tinham participado do Escola de Fábrica ali novamente. E eu fiquei me perguntando, mas que tipo de seleção foi essa que está privilegiando um aluno que acabou de sair de um curso muito semelhante? Só tem esses adolescentes aqui em Piraquara? E por que ele voltou? Por que as matérias são muito parecidas! Por que ele voltou pra cá? É contraturno de novo? Por que se é, então a gente realmente não está alcançando o que queria alcançar”. (prof. Maria, Escola de Fábrica).

Como agentes dessa ação governamental, compreendem que há benefícios da qualificação para a vida do jovem, porém seu ponto de vista é diferente do das mães e os próprios jovens que veem na qualificação uma perspectiva de mudança

de vida. Mas, para os instrutores, há uma decepção pelo fato de não colocar estes jovens no mesmo patamar de outros de classes mais elevadas. Há a constatação que, apesar da qualificação, nunca concorreriam como iguais no mundo do trabalho e nem circulariam nas mesmas condições na teia das relações sociais. Por isso, entendem que as políticas públicas não cumprem seu objetivo de qualificação profissional.

“Acho que pra grande maioria funcionou como contraturno ‘-Não tenho o que fazer em casa, num período eu faço escola e no outro eu vou conversar com a galera, por que é legal’. Por que dava pra perceber que eles se divertiam ali. Pra muito poucos ali serviu realmente como motivador, mas de qualquer forma houve ganho sim, por que mesmo para aqueles que foram pra contraturno, como se fosse contraturno, eles conheceram pessoas novas e tiveram acesso à informações que dificilmente teriam em casa ou na escola, então sempre há ganhos, mas não da maneira que a gente idealiza”. (Prof. Maria, Escola de Fábrica).

Em síntese, os instrutores não veem a política como transformadoras da carreira profissional do jovem como esperavam no início desses projetos, mas concordam que funciona como instrumento de socialização, moldando o indivíduo e auxiliando-o na compreensão do que a sociedade espera, disciplinando seu comportamento para que consiga interagir e transitar por outros ambientes sociais, principalmente os profissionais. Porém, tudo isso ocorre em grau muito menor do que esperavam, atribuindo este problema ao formato dos programas e à administração da política pública.

Os três grupos aqui analisados, jovens, mães e instrutores, revelam divergências de opinião sobre a qualificação profissional. Enquanto os jovens consideram mais proveitosa a socialização e a integração social, as mães veem a participação dos filhos como a salvação do mundo das drogas e do crime, e como garantia de futuro profissional e ingresso no mercado de trabalho. Já os instrutores não percebem os benefícios dessa mesma maneira e acham que apesar dos benefícios para o desenvolvimento do jovem, não se pode atribuir grandes mudanças de vida à qualificação.

Considerando que partem de expectativas diferentes, os pontos de vista dos participantes da ação também são diferentes quando tentam avaliar o processo. Enquanto os jovens esperavam que a qualificação apenas os ajudasse a conseguir

um trabalho e as mães acreditavam no espaço dos cursos como uma maneira de proteger o jovem e retirá-lo da rua, houve surpresa com o aprendizado e o desenvolvimento proporcionado pela qualificação. Já os instrutores esperavam que os resultados fossem melhores, que o desenvolvimento proporcionado e a profissionalização mais visível, mais satisfatória e mais eficaz no mercado de trabalho.

As questões apontadas nas entrevistas com cada um dos grupos mostrou como cada um age a partir de um tipo de expectativa com relação à qualificação. Por exemplo, entre os **jovens**, pudemos perceber que eles buscavam algo que complementasse sua formação e apoiasse a entrada no mercado de trabalho, porém o processo auxiliou também, e até mais, em outros quesitos do que apenas na busca por emprego, elevando assim suas perspectivas profissionais e sociais, como exemplo do que pudemos perceber nas falas de todos os jovens:

“Eu fui por que eu estava procurando alguma coisa pra fazer. [...] E fez bastante diferença. Eu acho que ajudou bastante não só aquela parte do prático, tanto a outra parte do teórico, a gente aprendeu bastante. [...] Acho que mesmo pras que fizeram costura e não seguiu fazendo costura, ou quem fez panificação e não seguiu fazendo panificação, mas as outras [aulas] ajudaram muito”. (Karem, Panificação, Guarituba).

E a visão da política pública começa a fazer sentido para eles, visto que passam a buscar melhores funções e que entendem que podem ir além daquele processo:

“Minha irmã, por exemplo, não quer trabalhar no mercado de caixa, por que é operariado [...] eu aceitaria. Então é assim, se o governo acha que daqui pra frente ele vai formar assalariados ele está muito enganado. Por que geração que agora tem dez anos de idade, não é assim. Pra mim foi massa, [...] mas eu lembro que as meninas iam pra não ficar em casa. Acho que se rolar uma maior pesquisa e colocar gente interessada pra coordenar o curso, dá pra fazer.” (Jéssica, costura, Centro).

Assim, fica evidente a elevação da perspectiva de trabalho e das relações sociais dos jovens que participaram de cursos.

As **mães** esperam da qualificação uma maneira de manter o jovem a salvo dos perigos da rua como criminalidade e drogas, bem como o trabalho como garantia de futuro:

“Daí eu acho assim, que deus abençõe que tenha outros cursos o ano que vem pros jovens, que é uma coisa muito boa, que venha a fazer de volta pra eles. Pra tira eles assim das ruas, do mundo das drogas e fica ai desse jeito, é só curso. É só assim a cabeça deles estando ocupada o tempo todo, então terminou o curso é já arrumar um lugar no mercado de trabalho pra poder ir trabalhando e se encaminhando”. (Eva, Mãe, Centro).

Em geral, elas entendem o espaço institucional dos cursos como um apoio do Estado para encaminhar o jovem para um futuro honesto.

Já os **instrutores** entendem a qualificação como possibilidade de profissionalização e de preparação para concorrer no mercado de trabalho, minimizando as diferenças, mas acabaram se decepcionando com os poucos resultados observados nesse sentido.

“Olha, que não contribui pra vida eu não tenho como dizer [...] Agora não atinge os objetivos propostos, isso é fato. Quando você pega o programa nacional e lê os objetivos dele, nem chega perto dos objetivos propostos”. (Professora Helena, Juventude Cidadã).

Apesar dos resultados observados no desenvolvimento social dos jovens, a expectativa era abrir possibilidades de formação e aporte para iniciar a carreira profissional, portanto, não consideram os resultados que conseguem observar tão proveitoso para os jovens.

Concluimos que diante das expectativas que são levantadas pelos participantes das ações das políticas públicas, é fundamental comparar os objetivos da política de qualificação com os resultados na vida dos jovens, visto que as expectativas são diversas. Já as proposições nacionais da política de qualificação visam atender ambas as expectativas, mas o foco tende com mais

afinco a aspectos que não são considerados os mais proveitosos para os jovens como a socialização e integração social que o processo proporciona.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa dissertação observamos que a trajetória dos programas de qualificação no Brasil em mais de 70 anos de existência, perpassam diferentes formas de organização. A partir de um histórico de ações voltadas para atividades que atendessem o interesse de um país em desenvolvimento industrial, até as grandes mudanças nas formas de produção e da flexibilização do mercado de trabalho. Para tanto, os programas foram sendo adaptados visando atender as novas demandas que surgiam.

Devido às muitas mudanças nas configurações do trabalho, a qualificação profissional foi tomando forma de política social para atender o grande montante de pessoas em situação de vulnerabilidade. Tida como preparatória para as mudanças que ocorreram e continuam ocorrendo, principalmente em relação aos jovens que, dependendo de sua posição de classe social, podem ser excluídos antecipadamente do mundo do trabalho.

Apesar do forte direcionamento social dessas políticas, os programas são implantados e alterados devido a critérios que não são claros em relação à sua avaliação. Assim, os motivos que mantêm essas políticas públicas estão mais ligados ao clientelismo e à barganha política do que à avaliação positiva dos resultados alcançados. Diante do cenário do mercado de trabalho flexível, no qual as qualificações tornam-se rapidamente obsoletas, os programas não procuram conhecer a realidade para ofertar seus cursos, mantendo a qualificação para áreas que são capazes de gerar mudanças reais na vida do beneficiário, de fato eles visam atender mais ao mercado que aos próprios beneficiários.

Ainda que com poucos resultados sólidos para analisar, a demanda por cursos é muito grande, pois mesmo com a recente diminuição dos índices de desemprego no país, os programas são vistos pelas parcelas mais vulneráveis da população como uma possibilidade concreta de inserção no mercado de trabalho ou auxílio na busca por melhores posições no mercado de trabalho.

Buscamos, portanto, discutir quais são as possibilidades que a participação em programas de qualificação trazem para os cidadãos, principalmente os jovens, e o que eles pensam a respeito das perspectivas dos programas e dos seus objetivos pessoais com relação à participação e o que essa participação acarreta em suas vidas. Visto que os objetivos principais dos programas, que são a

inserção no mundo do trabalho e o suprimento de mão de obra para o mercado, não alcançam resultados consideráveis.

O destaque dado para a juventude como público específico de políticas sociais, mostra a construção do conceito de juventude e do desenvolvimento de políticas específicas direcionadas para este público a partir da situação social da juventude brasileira, visto que o desemprego entre jovens no país é em média 3 vezes maior que entre adultos, além disso, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho afetam de forma particularmente intensa este público jovem.

Observamos que o caráter social atribuído às políticas passa a atender, por meio do reconhecimento desse público, sujeitos de direito que se constituem através da representação dos movimentos sociais que se fortaleceram muito nas últimas décadas. A noção de jovens como sujeitos de direito envolve seu desenvolvimento integral atendendo os direitos civis e sociais. Assim, a constituição de políticas públicas contribui ativamente para novas formas de representação.

Em nossa pesquisa tratamos do reconhecimento e das perspectivas geradas a partir da opinião dos jovens egressos, suas mães e seus instrutores. A partir de entrevistas realizadas em Piraquara/PR, com características peculiares que somam pobreza à exclusão e altos índices de violência. Além de possuir a maior área de ocupação irregular do Paraná, o Guarituba que concentra a maior parte da população do município e faz dele um caso particular.

Inicialmente tratamos do município como um todo, mas com o andamento da pesquisa tomamos o bairro do Guarituba como referência devido à situação de vulnerabilidade e ao fato de que a maior parte das entrevistas foram realizadas com jovens desse bairro. Sua condição de excluídos socialmente os faz sentir necessidade de inserção social, principalmente através do trabalho, e veem nos programas essa possibilidade.

Como os alunos, mães e instrutores nos tinham como referência “de dentro” da política, suas entrevistas podem ter enfatizado algumas questões como o benefício da política e privilegiado temas que podem não ser os principais a serem considerados, ainda assim, os pontos destacados e as questões que pudemos observar são convergente nas diversas falas e, portanto, nos deram base para discutir essas similaridades e também as divergências.

Através da pesquisa observamos convergências nas impressões de todos os grupos de entrevistados, tanto dos jovens e mães, quanto dos instrutores.

Destacando seu desenvolvimento social, comunicacional e comportamental, que geram maiores chances no mercado de trabalho e ampliação das perspectivas de futuro. Estes aparecem sempre como fatores de destaque no que consideram mais proveitoso na qualificação e foram aqui tratados como as categorias socialização, integração e trabalho.

Deste modo, observamos a importância de considerar esses outros fatores que não aparecem na análise geral das políticas de qualificação, mas que existem no contexto dos programas, como o afastamento do jovem das drogas e do crime, a elevação da escolaridade e a ampliação dos conhecimentos profissionais, permitindo acesso posterior a outros cursos ou à universidade. A influência na sociabilidade e metas de vida do jovem, entre outros elementos que não estão presentes nos indicadores atuais, podem constituir motivos para a continuidade desses programas e demandas permanentes por este tipo de ação do Estado.

Como considerações finais às questões tratadas, observamos que os programas de qualificação profissional para jovens desde as primeiras ações tinham os mesmos objetivos, mas com ênfases diferentes. Todos atendiam jovens em situação de vulnerabilidade e visavam à qualificação profissional e a capacitação para o mundo do trabalho ou para atividades geradoras de renda. Conforme tratamos no capítulo 2, todos esses programas de qualificação foram posteriormente abarcados e convertidos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, que foi dividido em modalidades de atendimento para cada necessidade específica e que continua vigorando até o presente.

As ações do Projovem buscam desenvolvimento humano para o jovem com elevação da escolaridade e da qualificação profissional. O eixo do Projovem trabalhador, que abarcou os projetos “Juventude Cidadã” e “Escola de Fábrica”⁵¹ visa a reinserção no processo educacional e qualificação profissional para áreas mais amplas, e inserção ou reinserção no mercado de trabalho em diversas áreas, através do desenvolvimento das habilidades do jovem, reunindo assim os objetivos de ambos os projetos.

Os programas têm objetivos muito parecidos, alguns com prioridades para o desenvolvimento humano e social, voltados para as relações do trabalho, outros

51 Nossa pesquisa foi realizada com jovens egressos desses dois projetos.

com ênfase na inserção no mundo do trabalho, mas todos articulam as mesmas finalidades. Podemos assim elencar os objetivos em ordem de prioridade estabelecidos por suas diretrizes:

1. Inserção no mercado de trabalho através de mão de obra qualificada em uma atividade específica e foco técnico.
2. Qualificação para o trabalho em áreas diversas para maior competitividade no mercado, com aprendizado sobre várias atividades em uma grande área para adequação e preparo para as mudanças nas relações do trabalho e variadas funções.
3. Elevação da escolaridade.
4. Qualificação social, através do desenvolvimento pessoal e formação humana voltada para as relações de trabalho.

Os programas objetivam sempre a inserção, reinserção ou permanência no mundo do trabalho, voltando seus esforços para formar profissionais com habilidades para se adequar às mudanças do mundo do trabalho e se adaptar às incertezas do mercado, além de preparar empreendedores ou trabalhadores autônomos para que possam garantir seu sustento. Mesmo as ações de desenvolvimento humano, são elementos para que o jovem consiga interagir e atender as expectativas dos empregadores como funcionários proativos, que saibam se comunicar, relacionar e compreender o que lhes é cobrado, visto que geralmente compõe cerca de 1/3 da carga horária total dos cursos. Dessa forma o ideário de preparação voltada às necessidades do mercado se mantém como nos programas dos anos de 1990, incorporando ao discurso neoliberal duro e limitado uma moldura mais social, dadas as ações de qualificação.

Dito de outra forma, os objetivos e finalidades dos programas tomam a realidade social dos jovens pobres como algo quase irrefutável, tentando retirá-los da situação de absoluta exclusão, mas mantendo-os inserido nos lugares sociais a eles destinados na divisão de classes – de extrema desigualdade social – presentes na sociedade brasileira. Pelas modalidades de qualificação observamos que na estruturação dos programas, a esses jovens são destinados lugares na sociedade que condizem com sua origem social, pois oferecem qualificação para tarefas subalternas, que não exijam altos níveis de escolarização, que qualifiquem

rapidamente e que tenham uma rápida demanda de empregabilidade. Se isso ocorre na qualificação, igual processo se dá na educação formal, na medida em que a certificação escolar que alguns programas oferecem permite tão somente a conclusão do ensino fundamental.

O contraste do que é oferecido e do que os jovens absorvem dos programas que pudemos observar através de nossa pesquisa com os egressos, é que os programas geram resultados inesperados e que não são levados em consideração na construção dos indicadores de avaliação dos próprios programas. As mudanças que ocorrem na vida dos jovens são muito mais em função da qualificação social do que apenas para o trabalho, desenvolvendo outros aspectos que não são o foco principal dos programas como senso crítico, relações pessoais e socialização. Esses conteúdos ministrados inicialmente para situar e integrar os qualificandos, são os que de fato os fazem se sentir socialmente qualificados, geram novas perspectivas de futuro e esperanças para ascender a outros estratos sociais. Portanto, a qualificação que receberam passa a ser um desafio de superação para ir além dela mesma.

Esse fator que adota a condição de classe como determinante do lugar pretendido no futuro, esteve presente todo o tempo em nossa pesquisa. As condições sociais como escolaridade, fragilidade da estrutura familiar, entre outros, influenciam muito no patamar que pretendem atingir. Assim, mesmo com a qualificação ou outras ações destinadas pelo governo, a influência da condição social é decisiva para o lugar que o jovem conseguirá alcançar. A construção social de sua realidade se dá de acordo com a própria condição do meio de que o jovem provém, internalizando a condição do lugar que deve ocupar socialmente.

O que observamos através da análise de Berger e Luckmann é que nesses jovens entrevistados, a situação social anterior gera um sentimento de resignação que o acompanha ao menos no período inicial da qualificação. À medida que têm contato com conteúdos que os “resignifica no mundo”, o sentimento se transforma para contentamento, mesmo sendo mínimo o que recebem. A possibilidade de simplesmente conseguir um emprego com mais facilidade e de maiores chances no mundo do trabalho os atrai e satisfaz. Mesmo assim, a elevação da perspectiva é algo a ser avaliado, visto que o jovem percebe a possibilidade de um futuro melhor e geralmente passa a buscar a elevação da sua condição para atingir suas novas expectativas.

A expectativa de futuro e trabalho de todos os jovens entrevistados havia se elevado ao final do curso e sua pretensão, a partir dali, era ir além daquela atividade para a qual havia sido qualificado. O interesse em trabalhar nas áreas para as quais os programas oferecem qualificação era anterior à passagem pelos cursos, depois a perspectiva de futuro se elevou e os jovens passaram a vislumbrar outras possibilidades profissionais. Assim a qualificação passa a servir como trampolim para a busca de novas perspectivas de futuro.

A avaliação que o governo faz dos programas de qualificação é de sucesso segundo os indicadores utilizados, que são o número de qualificados e de inseridos, levantados através dos sistemas de banco de dados dos programas. Mas esses indicadores não levam em consideração o desenvolvimento do jovem, a área de formação e inserção e as condições em que foram realizados os cursos.

Pelo viés da política pública, se a avaliação se der através da análise de processo, que trata da eficiência e eficácia dos programas, eles possuem baixo grau de eficiência, pois o esforço empregado na qualificação profissional visa principalmente inserção e permanência do jovem no mercado de trabalho, e este não é completamente atingido, pois é comum o retorno dos jovens para uma segunda qualificação. Deste modo, também não traz o retorno do investimento público para inserir os jovens nas áreas que demandam empregados e, ao mesmo tempo, também não garante que ele irá imediatamente se inserir no mercado de trabalho.

Quanto à eficácia, que considera a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos, ou seja, a sua metodologia, o projeto de aplicação e a forma com que são executadas ações, observamos que os resultados não são fiéis aos instrumentos, pois a maior carga horária é de qualificação profissional, além de alguns preverem prática profissional como parte das horas do curso, enquanto os resultados mais marcantes são reflexos das poucas horas do curso dedicadas ao desenvolvimento humano e social. Além disso, ocorre a inserção no mercado, cumprindo a meta de 30% dos qualificados a serem inseridos, conforme as diretrizes do programa, no entanto, esta inserção não se dá estritamente na área da qualificação. Exemplo disso, é que dos 60 jovens qualificados no programa “Escola de Fábrica” em Piraquara nas áreas de panificação e costura industrial, nenhum foi inserido na área de formação, mas em outras ocupações do comércio.

Como nossa proposta de investigação era de avaliação de impacto, numa vertente qualitativa, pudemos observar que são esses resultados que mais podem constituir motivos para continuidade dos programas. Através da avaliação de impacto, que trata da efetividade e busca a relação entre produto oferecido e o resultado atingido após o término da ação, em relação aos resultados na vida do jovem, a política ultrapassa suas metas (quantitativas) na medida em que não forma apenas “operários”, mas sujeitos que passam a compreender seus direitos e buscar um futuro mais digno, elevando assim suas perspectivas e sendo capazes de mudar sua realidade.

Assim, a política propõe determinados resultados como inserção no mercado e qualificação para tarefas específicas, mas seus resultados se dão na esfera do desenvolvimento pessoal e social, que consequentemente os ajudará na inserção no mercado de trabalho, mas de maneira diversa à proposta do programa.

Ou seja, o curso é pouco útil para as finalidades para as quais foram formulados, que é qualificar e inserir imediatamente em tarefas subordinadas e garantir trabalhadores que consigam sobreviver sem subsídios sociais do governo. De outro modo, serve para que os jovens adquiram informações e elementos de socialização secundária que lhes permite transitar no mundo do trabalho e, com isso, construir expectativas de chegar a um futuro melhor. É um processo de tomada de consciência de seu potencial individual, ainda que frágil e inicial, porque entendem que se conseguiram chegar a esse nível e concluíram um curso de qualificação, ao menos elevaram sua escolaridade e conseguiram um emprego, com possibilidades concretas de ir mais longe, cursar uma faculdade e até mesmo escolher uma profissão para além daquelas ofertadas pelos cursos.

Esses resultados, a nosso ver são os mais importantes, porque interferem na qualidade de vida dos egressos, não são avaliados qualitativamente pelos responsáveis pela decisão da manutenção, correção ou supressão dos programas, ou pelo menos não são explicitados nas avaliações. As falas dos egressos, de suas mães e dos instrutores, conforme analisamos anteriormente, mostram o quanto a qualificação social torna o curso mais proveitoso e o quanto essa relação de causa e efeito entre capital social adquirido e as perspectivas de melhorar suas vidas podem justificar a existência e permanência dos programas.

A avaliação de sucesso ou fracasso de um programa depende dos indicadores avaliados e da maneira como se utilizam os dados que se pretende

analisar. Até por que nem sempre a avaliação é determinante para manter ou estabelecer programas,

A avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das políticas tende a ser apenas um dos elementos [...] na decisão pela adoção, reformulação ou supressão de um programa público, dado que as razões do mercado eleitoral têm forte influência no processo decisório. (ARRETCHE, 1998, p.8).

Assim, os resultados não são o fator que mais pesa na decisão pela ampliação ou consolidação de programas. Apesar do baixo grau de influência que a avaliação tem no processo, outros fatores para consolidação dos programas tem ganhado espaço. São as próprias demandas da sociedade civil e dos jovens, em particular, por qualificação. Estas demandas podem se constituir enquanto motivos para permanência dos programas a partir do espaço conquistado nas conferências e audiências públicas, e em construções coletivas como o CONJUVE, que são um referencial para que o Estado possa responder às solicitações desse grupo etário, reconhecendo-os como sujeitos de direito.

O Estado deve também garantir segurança material para que a trajetória educacional do jovem não seja prejudicada pela necessidade de se garantir sobrevivência própria ou de seus familiares. Hoje o que se tem é uma perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade, e outros que, quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos que tolhem a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos. (CONJUVE, 2007, p. 28).

Apesar das propostas nacionais, a política pública de qualificação tem caráter compensatório e visa suprir falhas na formação inicial e no atendimento à direitos básicos e, portanto, não tem obrigatoriedade na formação. Ou seja, quaisquer resultados podem ser considerados satisfatórios. Desse modo, o Estado não enfrenta realmente o problema, tratando as ações de qualificação profissional como meramente paliativas, visto que atendem apenas cerca de 5% da população de jovens do país, e apesar desse montante caracterizar milhares de jovens atendidos por ano, ainda é muito pouco significativo diante da necessidade social.

As formas de atendimento da política ainda não foram consolidadas, é uma busca constante, através de projetos piloto, unificação e lançamento de novos programas, para se chegar a propostas que deem conta das necessidades,

Trata-se, portanto, de encontrar mecanismos que vinculem de maneira mais efetiva o aumento dos níveis de escolarização, a educação profissional e o acesso ao trabalho. Talvez essa seja uma forma de se

pensar na constituição de uma política estrutural de trabalho juvenil, em que se possa aproveitar o que já existe em termos de formação para o trabalho. (CONJUVE, 2007, p.29).

Essa é uma demanda que deveria ser atendida anteriormente com educação de qualidade, lazer e segurança social, para constituir a base de uma rede que dará o aporte necessário para o indivíduo se desenvolver e fazer suas próprias escolhas de vida social e profissional. Assim, os programas não são capazes de suprir anos de falta de assistência do Estado.

Nesse processo todo se verifica uma extrema centralização das ações, que são decididas na instância federal, tomando o país como um todo, sem levar em conta as especificidades regionais, com pouca ou nenhuma margem de participação das instâncias subnacionais, como as administrações estaduais. A participação dos municípios se dá na condição de executora local, através de contrapartidas como infraestrutura e/ou com a destinação de parte dos recursos orçamentários do programa. Isso exige certo grau de adesão política à proposta federal, o que nem sempre é interessante para o município, de acordo com o jogo partidário e de interesses locais. Por esses motivos, uma mudança nos quadros políticos locais, por exemplo, pode significar outras prioridades de investimentos, como observamos em Piraquara, visto que o município deixou de destinar as contrapartidas exigidas pelos programas, inviabilizando outras ações de qualificação e frustrando as perspectivas de inclusão dos jovens, por mais precárias que estas possam ser.

Ainda assim, os jovens atendidos confiam na política pública e acreditam que ela pode mudar suas vidas. Por isso a procura e solicitação por cursos ainda é muito grande, pois gera resultados visíveis em suas vidas como o primeiro emprego, ou o retorno ao mercado de trabalho de forma menos precarizada, e também mudanças no comportamento pessoal e social. A expectativa do jovem com relação aos estudos e ao trabalho se revertem na qualificação através da possibilidade de conseguir um trabalho, que reduzirá a incerteza e insegurança em relação ao futuro. Isso de fato ocorre, pois, apesar de não garantir o fim da incerteza lhes fornece alguma perspectiva de futuro.

Assim, essas políticas concentram seus esforços em qualificação para o mercado, auxiliando na inserção no mundo do trabalho, mas os resultados que atingem é muito mais proveitoso para o desenvolvimento social do jovem. A partir

desse aporte ele consegue, além de se reconhecer como sujeito de direitos, inserir-se em um mundo de trabalho que exige profissionais cada vez mais autônomos e com condições para se adaptar às mudanças, não ficando restrito apenas à função para a qual recebeu qualificação.

As políticas compensatórias, como as de qualificação, foram criadas para amparar uma demanda que não foi atendida em relação a direitos básicos universais, assim foram concebidas para acabar, sem a pretensão de fixar um caráter permanente, apesar de já possuírem uma longa trajetória de existência. Mas para que as compensações acabem, é necessário que o atendimento aos direitos sociais básicos estejam garantidos, como o acesso à educação, formação social, cultural, entre outros. Apesar disso, o Estado vem adotando essas políticas como estratégia permanente, desviando seu objetivo de compensar e tornando-se prática corriqueira, gerando altos investimentos em paliativos e deixando de lado a prevenção, invertendo assim a lógica de ação.

Nesta trajetória a formulação de leis e criação de novas estratégias para anteder a constante demanda por qualificação continuam sendo elaboradas pelo Governo Federal, afinal, não se pode deixar de compensar o que não foi anteriormente garantido. Assim, enquanto houver falhas na garantia dos direitos universais as políticas compensatórias continuarão sendo necessárias.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de educação**, São Paulo, n. 5-6, p.25-36, 1994. Número Especial.
- ABRAMOVAY, Mirian. **Gangues, galeras, chegados e rappers**. Juventude, violência e cidadania nas cidades de periferia de Brasília. Rio de Janeiro. Garamond, 2012.
- ALMEIDA, Beatriz. **Ocupação irregular em área de manancial**: análise do programa de regularização fundiária do Guarituba – município de Piraquara/Paraná. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Construção Civil, UFPR, 2010.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a centralidade e as metamorfoses do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 13ed. 2001.
- ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In ANTUNES, R; SILVA, Maria A. (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: expressão Popular, 2004.
- ARRETCHE, Marta T. **Avaliação de Políticas Sociais**: Uma Questão em Debate. In RICO, Elizabeth Melo (org.) São Paulo: Cortez. 1998.
- AZEREDO, Beatriz. **Políticas Públicas de emprego**: A experiência brasileira. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET. São Paulo, 1998.
- AZEREDO, Beatriz. Políticas Públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In. OLIVEIRA, Marco A. **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas, instituto de economia/Unicamp, 1998.
- BANGO, Julio. Políticas de Juventude na América Latina: Identificação de desafios. In. FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C. (Org.) **Políticas Públicas**: Juventude em pauta. São Paulo:Cortez, 2003.
- BAPTISTA, Tatiane A. O jovem trabalhador brasileiro e qualificação profissional: a ilusão do primeiro emprego. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da realidade**: Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, Pierre. 1998.
- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL, Flávia de P. Território e territorialidades nas políticas sociais. In: FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge (org.) **Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC minas, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.629 de 4 de novembro de 2008. Diário Oficial da república federativa do Brasil. Poder executivo. Brasília, DF. **Diário Oficial da União**. Seção 1. 05/11/2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 8.906 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Presidência da República. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394 acesso em 11/11/2012.

BRASIL. Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Casa Civil. Brasília, DF. **Diário Oficial da república federativa do Brasil**. Seção 1 - 01/07/2005, p.1.

CARNEIRO, Lucianne. Taxa de desemprego entre jovens chega a 12,7% no mundo e deve permanecer alta até 2016. **Agência O Globo**. seg, 21 de mai de 2012. Disponível em: br.noticias.yahoo.com/taxa-desemprego-jovens-chega-12-7-mundo-deve-003443756. Acesso em 21 de jan de 2013.

CARVALHO, Sônia N. Avaliação de Programas Sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. In **São Paulo em Perspectiva**, 17(3-4): 185-19, 2003.

CASA CIVIL. **Lei nº 10.748 de 22 de outubro de 2003** - Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2003.

CASA CIVIL. **Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005** - Institui o Projeto Escola de Fábrica. Brasília, 2005.

CASA CIVIL. **Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. Brasília, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS. **Mapa da Violência**. FLACSO Brasil. 2012. Disponível em mapadaviolencia.org.br/mapa2012. acesso em 10 nov 2012.

COMEC. **Mapas**. Disponível em www.comec.pr.gov.br. Acesso em 07 nov 2012.

COSTA, Bruno L. Avaliação das políticas de assistência social: desafios para sua consolidação e relevância. In: FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge (Org.) **Gestão e avaliação de Políticas Sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC minas, 2007.

COSTA, Jean C.; SANTOS, Swamy S. MOIZINHO, Carmem. LEWTCHUK, Maira. FREIRE, Marília. **Modernidade, Juventude, Risco e Reconhecimento: Análise Das Estratégias sócio-culturais do Projovem**. In: XI Encontro de iniciação a docência. Paraíba: UFPB, 2008.

COSTA, Jean C; SOARES, Swamy. **Reconhecimento, redistribuição e participação: o Projovem e a teoria social pós-crítica**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CUNHA, Edite P. **Políticas Públicas Sociais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissionalizante na irradiação do industrialismo**. 2ª Ed. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: flcso, 2005.

DAYRELL, Juarez. **Juventude e Escola: Reflexões sobre o ensino de sociologia no ensino médio**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia - UFPE, Pernambuco, 2007.

DESCHAMPS, Marley V. **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Curitiba**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

DRAIBE, Sônia M. **As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas**. IPEA/PLAN: Brasília, 1990.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Portugal: nova enciclopédia, 1990.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA, Carlos A. P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003. 18 (51): 21-30.

FARIA, Vilmar. Políticas públicas e governabilidade: desafios teóricos e práticos. In: FAUSTO, A. (Org.). **Desenvolvimento e integração na América Latina e no Caribe: a contribuição das Ciências Sociais**. Brasília: IPRI/Funag/Flacso/Ministério da Cultura, 2003.

FIEP. **Federação das indústrias do Estado do Paraná**. Disponível em sistemafiep.org.br. Acesso em 11 nov 2012.

FIGUEIREDO, Argelina, C. **Princípios de justiça e avaliação de políticas**. Lua Nova, n. 39, p. 73-104, 1997.

FIGUEIREDO, M. F; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: Um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, 1986. n. 1, p. 107- 127.

FONSECA, Ricardo T. O Direito a Profissionalização: Da Teoria à Prática In: JOSVIAK, Mariane e BLEY, Regina B. (org). **Ser Aprendiz!:** Aprendizagem Profissional e Políticas Públicas: Aspectos jurídicos, teóricos e práticos. São Paulo: LTR, 2009.

FRASER, Nanci. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pos-socialista”. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, 2006.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento, agosto de 2005 / março de 2006. Brasília, **CONJUVE:** Fundação Frederich Hebert, 2007. Disponível em: [http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/3-Livro-II-do- CONJUVE.pdf](http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/3-Livro-II-do-CONJUVE.pdf).> Acesso em 15 jan 2012.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília,n.21, jun.2000, p.211-259.

GOSDAL, Thereza C. **Dignidade do trabalhador:** um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra. 2006. 195f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em: dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/4675/THEREZA%20CRISTINA%20GOSDAL.PDF?sequence=1. Acesso em 21 de jan de 2013.

HARVEY, David. **A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX**. São Paulo: Loyola, 2010.

HONNETH, Axel. **Lutas por Reconhecimento:** A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003 (*Kampf um Anerkennung*, 1992).

ÍNDICE IPARDES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Nota Metodológica**. IPARDES, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD)**. Síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) Educação. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise, n. 18. Brasília, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) **Situação social nos Estados**. Paraná. Brasília, 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico: Município de Piraquara**. Curitiba, setembro/2012. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/index.php>>. Acesso em: 29 set 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Perfil dos municípios: Piraquara**. Curitiba, 2011. Disponível em < <http://www.ipardes.gov.br/index.php>>. Acesso em: 05 jun 2011.

KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: KOWARICK, Lúcio et. al. **Cidade, povo e poder**. CEDEC/ Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.

KUENZER, Acácia. Educação Profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão. In: **Revista Educação Social**. Campinas, vol. 27, n. 96 Especial, p. 877-910, out. 2006.

KULAITIS, Fernando. **Espaço social e auto-imagem comunitária**: estudo configuracional da Vila Macedo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LANGER, André. **Mutações no mundo do trabalho**. A concepção de trabalho dos jovens pobres. Dissertação. UFPR, 2009.

LIMA, Cristina; MENDONÇA, Francisco. Planejamento urbano-regional e crise ambiental, Região Metropolitana de Curitiba. **São Paulo em Perspectiva**. Vol.15 no., São Paulo Jan./Mar. 2001, ISSN 0102-8839. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102. acesso em 05 nov 2012.

LOPES, Adélia. “Eu amo Piraquara”, a cidade maldita. **O Estado do Paraná**, 22/02/1988.

LOPES, Juarez B. Globalização, mercados de trabalho urbanos e rurais e políticas públicas. In FAUSTO, Ayrton; PRONKO, Marcela; YANNOULAS, Silvia. (Org.) **Políticas Públicas de trabalho e renda na América Latina e Caribe**. Tomo I e Tomo II. Brasília: FLACSO/Brasil; Editorial Abaré, 2003.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Brasileira de Educação. **Juventude e contemporaneidade**. São Paulo: ANPED, 1997 n. 5/6.

MENDES, Marcos; MIRANDA, Rogério B; COSIO, Fernando B. **Transferências Intergovernamentais no Brasil**: diagnóstico e proposta de reforma. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Textos para discussão 40. Brasília, 2008. Disponível em <senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm> acesso em 09 de out 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Disponível em www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas. Acesso em 07 nov 2012.

NEVES, Jorge (org.) **Gestão e avaliação de Políticas Sociais no Brasil**. PUC minas, Belo Horizonte, 2007.

NOVAES, Regina C. Et al. (org) **Política Nacional de Juventude** – Diretrizes e perspectivas. São Paulo, Conselho nacional de Juventude. Fundação Friedrich Ebert, 2006.

_____. Trajetórias Juvenis: desigualdades sociais, frente aos dilemas de uma geração. In: FERES, Maria José Vieira...et al. **Complementares para Formação de Gestores**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA NOB/SUAS. **Construindo as bases para implantação do sistema único de assistência social**. MDS/SNAS. Brasília. 2005.

OLESKI, Regina. Histórico da Aprendizagem Profissional. In: JOSVIAK, Mariane e BLEY, Regina B. (org). **Ser Aprendiz!** Aprendizagem Profissional e Políticas Públicas: Aspectos jurídicos, teóricos e práticos. São Paulo: LTR, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho decente e juventude no Brasil. **Relatório 2008**. Brasília, 2009. Disponível em: www.oit.org.pe/prejal. Acesso em: 14 ago 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Criança e juventude. **Indicadores de violência nos municípios do Paraná**: diversos anos e faixas-etárias. Curitiba, 2008.

PIRAQUARA. Prefeitura municipal. **Plano Diretor de Piraquara**. Piraquara, 2006.

PIRAQUARA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Termo de Habilitação**: Gestão Plena do sistema municipal de assistência social. Piraquara, 2008.

PIRAQUARA. **Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável**. Piraquara, 2009.

PIZZIO, Alex. As políticas sociais de reconhecimento como elemento de redução das desigualdades sociais. in: **Revista de Ciências Sociais**, Unisinos, vol. 44 (1): jan/abril, 2008.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR. **A experiência para jovens e adolescentes**. Série Cadernos Temáticos. Brasília, MTE, SEFOR, 1999.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR. **Avaliação Gerencial – 1995/1998**: Balanço de um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília, MTE, SEFOR, 1999.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR. **Reconstruindo a Institucionalidade da educação profissional no Brasil**. Série Avanço Conceitual. Brasília, MTE, SEFOR, 1999.

POCHMANN, Marcio. **Nova divisão internacional do trabalho e as ocupações no Brasil**. Unicamp. Campinas: Mimeo, 2000.

_____. **A batalha pelo Primeiro emprego**. 2ª Ed. São Paulo: Publisher, 2007.

_____. Novos e velhos tempos do trabalho. In. OLIVEIRA, Roberto V. (Org.) **Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?** Sobre as condições de participação e controle sociais no sistema Público de Emprego em construção. Vol. 2. São Paulo: A+comunicação, 2007.

PROJOVEM TRABALHADOR - Juventude Cidadã. **Termo de Referência**. Resolução nº991/2008. MTE, 2012. Disponível em portal.mte.gov.br/data/files/.../p_20082711_991_anexol.doc. Acesso em 18 set 2012.

PROJOVEM URBANO EM REVISTA. **Disponível em** <projovemurbano.gov.br/pjrevista/valanco.html > acesso em 25 ago 2011.

REIS, Elisa P. Reflexões Legais para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Fev. 2003, vol.18, nº 51 p.11-14.

ROCHA, Simone. **Possibilidade e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil**: A experiência do programa agente jovem em Porto Alegre. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC RS, 2007.

ROSENFELD, Cinara L; PAULI, Jandir. **Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno**: reconhecimento e direitos humanos. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 319-329, Maio/Ago. 2012

SALLAS, Ana L. et. al (Org.) **Os jovens de Curitiba**: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania. 2.ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

SANTOS, Boaventura S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Afrontamento, 1989.

SANTOS, Wanderley G. A práxis liberal e a cidadania regulada. In **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SARRES, Carolina. Desemprego entre jovens caiu para 15% no país, afirma OIT. Agência Brasil. Publicado em 21/05/2012. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em 21 de jan de 2013.

SAUL, Ana M.; FREITAS, José, C. (Org.) **Políticas Públicas de Qualificação**: desafios atuais. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE. Programa Atitude. **Diagnóstico Participativo**. Paraná, Piraquara, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Projovem Urbano. Avaliação da execução do programa. **Série Diagnósticos**. Volume I. SG/PR. Brasília, 2010.

SILVA, Arthur L. A mecânica do laço enforcado: municipalismo, federalismo fiscal e políticas públicas. In: FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge (Org.) **Gestão e avaliação de Políticas Sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC minas, 2007.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Org.). **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 1986.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude políticas públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.

_____. e CORROCHANO, P. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, 2005.

TAUILE, José R. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo**; Trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: contraponto, 2001.

TOLEDO, Enrique. La flexibilidad del trabajo en América Latina”. In: **Revista latino americana de estudios del trabajo**. São Paulo, 1997, ano 3. nº 5.

TOURAINE, Alain. **Democracia y Juventud en Chile**. Revista Iberoamericana de Juventud. 1996, n.1.

VELASCO, Erivã G. **Jovens e Qualificação Profissional**: Programas e trajetórias de jovens em busca do primeiro emprego em Mato Grosso. Tese de Doutorado. São Luiz, UFM, 2007.

VEJA. **Azar geográfico**. 364 ed. São Paulo, 27/08/1975. p.56. Disponível em veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx. Acesso em 02/01/2013.

ZALUAR, A. M. **Exclusão e Políticas Públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.12, n.35, 1997.

_____. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. in VIANNA, Hermano (org.), **Galeras Cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WASELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2012**. Crianças e adolescentes do Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro – 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PESQUISA SEMIESTRUTURADA COM JOVENS EGRESSOS*

1. Como está sua vida agora, o que você tem feito?
2. Qual sua trajetória escolar e profissional depois do curso?
3. O que te motivou a fazer o curso?
4. Qual curso você fez?
5. Quantos anos você tinha?
6. Até que série você estudou?
7. Você acha que o curso contribuiu para sua vida? No quê?
8. E profissionalmente, você acha que acrescentou alguma coisa?
9. Com quem você mora?
10. O que sua família achou de você fazer o curso?
11. O que você pretende fazer daqui para frente? Quais são seus planos de futuro?
12. Mais alguém da sua família ou algum amigo(a) próximo fez o curso?
13. (se sim na anterior) Você acha que contribuiu em alguma coisa na vida deles (as)?
No quê?

* Devido às entrevistas serem semiestruturadas esta é uma base norteadora para as questões, não sendo necessário seguir um roteiro assim em alguns casos uma resposta pode servir para mais de uma questão, e em outros casos se faz necessário fazer mais perguntas, como aconteceu em nossas entrevistas.

APÊNDICE B - PESQUISA SEMIESTRUTURADA COM MÃES DOS (AS) JOVENS

1. Como você ficou sabendo do projeto de qualificação?
2. Por que você buscou colocar seu filho (a) naquele projeto, por que achava importante a participação dele(a) no curso?
3. Você acha que a qualificação que seu filho (a) recebeu fez alguma diferença na vida dele(a)? Se sim, em quê?
4. Você acha que se ele (a) não tivesse participado do projeto alguma coisa seria diferente na vida dele(a)?
5. Você acha que um(a) jovem que participa desse tipo de projeto e um(a) jovem que não participa tem alguma diferença tanto pessoal quanto nas possibilidades futuras?
6. Você acha que o projeto poderia ter sido diferente? Se sim, em quê?

APÊNDICE C - PESQUISA SEMIESTRUTURADA COM INSTRUTORES

1. Qual sua formação?
2. Ministrou aulas em quais projetos e em que matérias?
3. Como você entrou no projeto que deu aulas, se inscreveu ou foi convidado?
4. Qual sua primeira expectativa assim que ficou sabendo que iria ser instrutor?
5. Você passou por algum treinamento ou orientação pedagógica antes de iniciar as aulas?
6. Depois desse treinamento sua expectativa mudou ou continuou a mesma?
7. Quando as aulas tiveram início, qual sua primeira impressão dos alunos e do projeto em geral?
8. Essa impressão mudou ao longo do tempo?
9. O que você acha que motivou os jovens a fazerem o curso?
10. Você acha que a expectativa dos jovens mudou durante o curso, foi possível visualizar alguma mudança no pensamento ou modo de agir, ao longo do curso?
11. Você acha que os cursos contribuem para a vida do jovem? Em quê?
12. Você acha que o jovem que participou do curso tem possibilidades diferentes dos jovens que não participaram de cursos?
13. Qual o papel do professor/educador neste tipo de projeto?
14. O que você acha que poderia ser diferente, ter se dado de outra forma no curso?
15. Qual sua impressão geral sobre os cursos de qualificação?

ANEXOS

ANEXO A – ÁREAS DE FORMAÇÃO - MANUAL DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS

ITENS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O conteúdo da oferta dos cursos de qualificação profissional deverá ser elaborada com base na seguinte relação de arcos ocupacionais:

- Administração
- Agro Extrativista
- Alimentação
- Arte e Cultura
- Beleza e Estética
- Comunicação e Marketing Social
- Construção e Reparos
- Educação
- Esporte e Lazer
- Gráfica
- Joalheria
- Madeira e Móveis
- Metalmecânica
- Pesca / Piscicultura
- Saúde
- Serviços Domésticos
- Serviços Pessoais
- Telemática
- Transporte
- Turismo e Hospitalidade
- Vestuário
- Outros

O MTE disponibilizará a matriz do material pedagógico que será aplicada pelos Entes que aderirem ao Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã.

ANEXO B – FORMAS DE INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO – MANUAL DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS.

INSERÇÃO DO JOVEM NO MUNDO DO TRABALHO

Fica estabelecida para os Entes Executores do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã a meta mínima obrigatória de 30% de inserção de jovens no mundo do trabalho.

Para fins de comprovação da inserção dos jovens no mundo do trabalho, discriminamos abaixo as modalidades de inserção aceitas pelo MTE e os documentos comprobatórios a serem apresentados:

I - Inserção via Emprego Formal. Serão aceitos como comprovantes cópias legíveis das páginas das carteiras de trabalho dos jovens, onde constam os dados (nome, CPF, Carteira de Identidade) e o registro pela empresa contratante. Serão aceitos, também, comprovantes originários dos sistemas informatizados disponibilizados pelo MTE;

II – Inserção via Estágio ou Jovem Aprendiz. Será aceito como comprovante cópia legível do contrato celebrado com a empresa ou órgão onde o jovem for inserido; e

III – Inserção via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR). Serão aceitos os seguintes comprovantes:

- a) registro e abertura de microempresa pelo jovem ou participação como sócio ou cotista: comprovante de registro ou protocolo e ou licença municipal ou estadual de funcionamento;
- b) registro como profissional autônomo: comprovante do registro ou inscrição;
- c) financiamento para implantação de empreendimento próprio: comprovante do empréstimo, parecer favorável ou financiamento e/ou carta de aprovação do projeto;
- d) aquisição de espaço físico para funcionamento do negócio: contrato de comodato do imóvel, contrato de aluguel do imóvel e/ou termo de parceria para concessão de espaço físico com comprovação da titularidade do imóvel;
- e) prestação de serviço a terceiros, mediante contrato de prestação de serviços;
- f) participação em associação ou cooperativa em funcionamento: contratos sociais, estatutos, ata de diretoria e/ou lista de associados; e
- g) aquisição, pelo jovem, de equipamentos e insumos produtivos: nota fiscal de compra e/ou termo de doação com especificação.

ANEXO C - Grupos e linhas de pesquisas em estudos de juventude, políticas públicas e qualificação profissional no Brasil.*				
Nome do Grupo	Local	Área	tema Linha de interesse do	Descrição
CULTURA, IDENTIDADE, JUVENTUDE, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO - GEPEJURSE	Universidade Federal do Pará - UFPA	Ciências Humanas; Educação	Cultura e identidade	Compreender os processos culturais que contribuem para o processo constituição da identidade de jovens.
CULTURA POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS	Universidade de Caxias do Sul - UCS	Ciências Humanas; Ciência Política	Questão social, demandas sociais e desenvolvimento humano e social	Estudar as diferentes expressões da questão social presentes na sociedade, tendo em vista a compreensão das demandas sociais para o desenvolvimento humano e social.
NÚCLEO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE	Ciências Humanas; Educação	As políticas públicas para a educação profissional brasileira	Mapear as atuais políticas para a educação profissional brasileira, identificando suas características e sua relação com o modelo de Estado vigente.
EDUCAÇÃO E TRABALHO	UFPR	Ciências Humanas; Educação	Juventude, escola e trabalho	Relações entre juventude, escola e trabalho e como perspectiva analítica a investigação dessas relações considerando os sujeitos - jovens de escola pública - e os sentidos e significados atribuídos por esses sujeitos à escola
ESTADO E POLÍTICA - INFÂNCIA E JUVENTUDE	Centro Universitário de Brasília - UniCEUB	Ciências Humanas; Educação	Políticas Públicas	Ciências Humanas; Educação; Planejamento e Avaliação Educacional; Política Educacional

* Grupos de pesquisa encontrados no banco de dados da CAPES, pesquisa realizada no ano de 2012.

JOVENS, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO.	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Ciências Humanas; Educação	GESTÃO PARA A POLÍTICAS JUVENTUDE	Formação Permanente e Outras Atividades de Ensino, Inclusive Educação À Distância e Educação Especial
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Ciências Humanas; Educação	Educação e condição juvenil no Brasil	Desenvolver estudos sobre ações socioeducativas para jovens pobres, participação social, ações coletivas e juventude
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA: TRABALHO, TRAJETÓRIAS E EDUCAÇÃO	Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS	Ciências Humanas; Educação	Juventude, Cultura e Inserção Social	As relações juventude-escola; juventude-família e juventude-sociedade como mediadoras de em suas trajetórias de inserção social. Os espaços educativos formais e não-formais são considerados contextos privilegiados para se compreender a construção de mecanismos de participação social e significação na vida dos jovens
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC	Ciências Sociais Aplicadas; Direito	Direito, Cidadania e Políticas Públicas	Proporcionar o estudo orientado das políticas públicas, da dinâmica da cidadania e do papel do cidadão frente aos operadores jurídicos e seu comportamento na legislação brasileira
POLÍTICAS PÚBLICAS E EXCLUSÃO SOCIAL	Universidade Estadual do Ceará - UECE	Ciências Sociais Aplicadas; Serviço Social	Trabalho, Educação e Juventude	Analisar o desenvolvimento das políticas públicas de educação e trabalho no Brasil para a juventude, discutindo as tendências e desafios da atuação estatal no que diz respeito às ações destinadas à população jovem em termos de profissionalização e inserção no mercado de trabalho.
POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Ciências Humanas; Ciência Política	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas voltadas para a Juventude
POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS	Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP	Ciências Sociais Aplicadas; Serviço Social	Juventude e Profissionalização	Não há descrição

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO - POPE	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Ciências Humanas; Educação	Educação, Juventude e políticas públicas	Levantamento, análise e avaliação do conjunto de políticas públicas voltado para a diversidade dos jovens brasileiros e entre países, com ênfase nas áreas de educação e trabalho.
POLÍTICAS PÚBLICAS, GOVERNANÇA EDUCACIONAL E CIDADANIA: DESAFIOS SOCIAIS LOCAIS E GLOBAIS	Universidade Católica de Brasília - UCB-DF	Ciências Humanas; Educação	Educação, Juventude, Sociedade	Esta linha de pesquisa, vinculada à Cátedra homônima UCB/UNESCO tem se dedicado a investigar temas voltados à articulação dos três tópicos presentes no título da linha. No entanto, no conjunto dos projetos de pesquisa investigados aqui, predomina um interesse pela relação entre escolas, violências e risco psicossocial.
SUJEITOS SOCIAIS E VIDA COLETIVA	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Ciências Sociais Aplicadas; Serviço Social	Sujeitos sociais, vulnerabilidades e sentidos do trabalho	Gerar um debate sistemático acerca das novas configurações do mundo trabalho. Busca-se compreender como se dá a acumulação flexível do capital, os diferentes processos de trabalho em uma base técnica flexível, demandando uma nova organização e gestão.
TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	Ciências Humanas; Sociologia	Trabalho e Qualificação Profissional	Identificar as atuais tendências da Qualificação Profissional em um contexto de profundas transformações no mundo do trabalho
TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Ciências Humanas; Educação	Políticas educacionais	Esta linha de pesquisa objetiva estudar diversas perspectivas de análise sobre Estado e Sociedade, políticas e práticas sociais, educativas e escolares. Políticas de gestão, participação e controle social na educação. Políticas de formação de professores, de financiamento e de avaliação da educação.
TRABALHO, SUBJETIVIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC	Ciências Humanas; Psicologia	Trabalho e Juventude	Desenvolve estudos e intervenções que produzam (potencializem) estratégias teórico-práticas para a inclusão produtiva de jovens.

